



Número: **0867969-88.2023.8.19.0001**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**

Última distribuição : **25/05/2023**

Valor da causa: **R\$ 500.000,00**

Processo referência: **0809863-36.2023.8.19.0001**

Assuntos: **Administração judicial**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes                                                                                  | Advogados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| WALD ADMINISTRACAO DE FALENCIAS E EMPRESAS EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR) |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                         | GABRIELA DE BARROS SALES (ADVOGADO)<br>IGOR GARBOIS FERNANDES RIBEIRO (ADVOGADO)<br>NATHAN DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA (ADVOGADO)<br>PAULO RENATO RIBEIRO (ADVOGADO)<br>CARINE JUNKERT DE FARIA (ADVOGADO)<br>JULIANA FIGUEIRA FONTOURA (ADVOGADO)<br>AUREA LEOCADIO DOS SANTOS (ADVOGADO)                                                            |
| K2 CONSULTORIA ECONOMICA (ADMINISTRADOR)                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                         | GABRIELA DE BARROS SALES (ADVOGADO)<br>IGOR GARBOIS FERNANDES RIBEIRO (ADVOGADO)<br>NATHAN DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA (ADVOGADO)                                                                                                                                                                                                                     |
| PRESERVAR ADMINISTRACAO JUDICIAL PERICIA E CONSUL (ADMINISTRADOR)                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                         | BRUNO GALVÃO SOUZA PINTO DE REZENDE (ADVOGADO)                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (RÉU)                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                                                                         | DIOGO SOARES VENANCIO VIANNA (ADVOGADO)<br>ROGERIO MARINHO MAGALHAES ALCANTARA FILHO (ADVOGADO)<br>MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA (ADVOGADO)<br>DIANA LISE MIRANDA SILVA VARGAS DE FREITAS (ADVOGADO)<br>LUIZ CARLOS MALHEIROS FRANCA (ADVOGADO)<br>JOAO FELIPE VIANNA MARTINS DE ALMEIDA (ADVOGADO)<br>STEPHANIE ROSA TANNURI DOS SANTOS (ADVOGADO) |

| Outros participantes                                                           |  |
|--------------------------------------------------------------------------------|--|
| 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MASSAS FALIDAS DA CAPITAL ( 400058 ) (INTERESSADO) |  |
| MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FISCAL DA LEI)                 |  |
| ADRIANO PINTO MACHADO (PERITO)                                                 |  |

| Documentos |                     |                         |         |
|------------|---------------------|-------------------------|---------|
| Id.        | Data da Assinatura  | Documento               | Tipo    |
| 272871119  | 30/03/2026<br>18:43 | <a href="#">Petição</a> | Petição |

EXMA. SRA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DO FORO CENTRAL  
DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0867969-88.2023.8.19.0001

**WALD ADMINISTRAÇÃO DE FALÊNCIAS E EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA.** nomeada como Administrador Judicial, em conjunto com **PRESERVAÇÃO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL**, no processo de Recuperação Judicial da **OI S.A. – Em Recuperação Judicial e outros (“Recuperandas”)**, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao art. 22, inciso II, “c” da Lei 11.101/2005, apresentar o **34º RELATÓRIO MENSAL DAS ATIVIDADES DOS DEVEDORES (“RMA”)**, no qual serão abordadas as informações financeiras das companhias.

Nestes termos, pede juntada.  
Rio de Janeiro, 30 de março de 2026.

  
**WALD ADMINISTRAÇÃO DE FALÊNCIAS E  
EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA**

Avenida Pres. Juscelino Kubitscheck, nº 510, 8º andar  
CEP 04543-906 | São Paulo, SP

Av. Ataulfo de Paiva, nº 1165, 3º andar  
CEP 22430-210 | Rio de Janeiro, RJ

Tel.: +55 21 2272-9335 | 21 2272-9300 | 21 2272-9313



SUMÁRIO

I. DADOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL .....4  
E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL.....4

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....6

III. BREVE SÍNTESE E STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....7

IV. ORGANOGRAMA .....30

V. DO PASSIVO DAS RECUPERANDAS.....31

VI. QUADRO DE COLABORADORES.....32

VII. FATOS RELEVANTES .....33

VIII. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....40

IX. DAS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS – RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS DA A.J. ....55  
ATIVIDADES..... Erro! Indicador não definido.

X. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE OI S.A., OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A E  
PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ....55

1.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES .....84

1.2 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS OI S.A., OI BRASIL HOLDINGS  
COÖPERATIEF U.A. E PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ....84

1.2.1 Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado .....84

1.2.2 Balanço Patrimonial Consolidado .....90

1.2.3 Demonstração de Fluxo de Caixa Realizado.....93

1.2.4 Demonstração de Fluxo de Caixa realizado da empresa Tahto .....97

1.3 INDICADORES .....98

1.3.1 Liquidez Corrente .....98

1.3.2 Liquidez Seca.....99

1.3.3 Endividamento Geral.....101

1.3.4 Prazos de Recebíveis (Aging).....101

XI. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INDIVIDUALIZADA.....103

11. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INDIVIDUALIZADA .....103

2.1 OI S.A. (Controladora).....103

2.2 OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. ....105

2.3 PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. ....107



XII. DA CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES DO GRUPO OI..... 109

XIII. DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AO DIP ..... 128

XIV. DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL..... 130

XV. INCIDENTES RECURSAIS VINCULADOS AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 137

XVI. CONCLUSÃO ..... 150



I. DADOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SUA EVOLUÇÃO PROCESSUAL

1. A A.J. apresenta abaixo quadro sintético com as datas e prazos inerentes a presente R.J., a serem atualizadas conforme os avanços da R.J:

| Cronograma Processual                                                                                                               |                                                                                                                                                   |                                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Processo nº: 0809863-36.2023.8.19.0001                                                                                              |                                                                                                                                                   |                                     |
| Recuperandas: OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL; PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.; e OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. |                                                                                                                                                   |                                     |
| Data*                                                                                                                               | Evento                                                                                                                                            | Lei 11.101/05                       |
| 31/01/2023<br>Id 44058642                                                                                                           | Pedido de concessão de tutela cautelar incidental                                                                                                 | Art. 6º, §º 12 e 189                |
| 02/02/2023<br>Id 44532251                                                                                                           | Deferimento da tutela cautelar incidental;                                                                                                        | Art. 6º, §º 12 e 189                |
| 02/03/2023                                                                                                                          | Ajuizamento do pedido de recuperação judicial                                                                                                     | Art. 47                             |
| 16/03/2023<br>Id 49913036                                                                                                           | Deferimento do processamento do pedido de recuperação                                                                                             | Art. 52, I, II, III, IV e V e §1º   |
| 21/03/2023                                                                                                                          | Publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial                                                                     |                                     |
| 05/06/2023<br>Id 59039294                                                                                                           | Publicação do 1º Edital do devedor                                                                                                                | Art. 52, § 1º                       |
| 20/06/2023                                                                                                                          | Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)                                               | Art. 7º, § 1º                       |
| 18/09/2023                                                                                                                          | Apresentação do resultado da fase administrativa de verificação de crédito (conforme ids. 70341742 e 77946840)                                    | Art. 7º, § 2º                       |
| 19/05/2023<br>Id 59312837                                                                                                           | Data de apresentação do Plano de Recuperação Judicial                                                                                             | Art. 53                             |
| 13/11/2023<br>Fls. 34563 e 34564                                                                                                    | Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ e Relação de Credores do art. 7, §2º da Lei nº 11.101/2005 no D.O.                                 | Art. 53, § Único c/c 7, §2º         |
| 23/11/2023                                                                                                                          | Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)                                                          | Art. 8º                             |
| 13/12/2023                                                                                                                          | Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ) | Art. 53, § Único e Art. 55, § Único |
| 05/12/2023                                                                                                                          | Publicação do edital de individualização de <i>bondholders</i> com prazo de 40 dias                                                               | Fls. 38.357                         |
| 15/01/2024                                                                                                                          | Prazo para os credores <i>bondholders</i> individualizarem seus créditos                                                                          |                                     |



|                           |                                                                                                                                           |            |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 16/02/2024<br>Id. 7479158 | Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC                                                                              | Art. 36    |
| 05/03/2024                | 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores                                                                                             | Art. 36, I |
| 11/03/2024                | 2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores                                                                                             | Art. 36, I |
| 25/03/2024                | Retomada dos trabalhos da Assembleia Geral de Credores                                                                                    |            |
| 26/03/2024                | Retomada dos trabalhos da Assembleia Geral de Credores                                                                                    |            |
| 17/04/2024                | Retomada dos trabalhos da Assembleia Geral de Credores                                                                                    |            |
| 18/04/2024                | Retomada dos trabalhos da Assembleia Geral de Credores, com aprovação do PRJ                                                              |            |
| 28/05/2024                | Sentença de homologação do PRJ                                                                                                            | Art. 58    |
|                           | Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão da recuperação judicial) | Art. 61    |

- 
- Eventos ocorridos
- 
- Eventos ainda não realizados/previstos

| SITES INFORMATIVOS E CANAIS DE CONTATO                                                                                 |                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sites da Administração Judicial conjunta com o link de acesso às informações relativas à presente recuperação judicial | <a href="https://recuperacaojudicialoi.com.br/">https://recuperacaojudicialoi.com.br/</a>                                                                                  |
| Serviço de Atendimento ao Credor – SAC - para onde devem ser encaminhadas dúvidas e pedidos de esclarecimentos         | <a href="mailto:credoroi@wald.com.br">credoroi@wald.com.br</a><br><br>Whatsapp +55 21 97522-8450<br>Telefones: +55 (21) 2272-9335, +55 (21) 2272-9313 e +55 (21) 2272-9300 |



## II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

2. O Relatório Mensal das Atividades das Recuperandas se apresenta em cumprimento à disposição do artigo 22, inciso II, alíneas “a” e “c” da Lei nº 11.101/2005, tendo por objetivo promover o acompanhamento/fiscalização das atividades do devedor, e se circunscreve à análise das informações disponibilizadas à AJ para auxiliar os credores e interessados durante o processo de Recuperação Judicial, observadas as seguintes premissas:

- (a) Análise da atividade desempenhada pelas sociedades;
- (b) Análise da situação econômica do Grupo Empresarial;
- (c) Análise das questões financeiras do Grupo Empresarial.

3. A Administração Judicial apresenta o presente Relatório Mensal de Atividades em duas versões, uma pública (processo nº 0867969-88.2023.8.19.0001) e outra versão sigilosa (processo nº 0132219-66.2023.8.19.0001), uma vez que parte das informações e documentos analisados foram reputados como confidenciais por parte das Recuperandas, que requereu que fosse resguardado seu sigilo em razão das informações consideradas sensíveis ao exercício de sua atividade empresarial.



### III. BREVE SÍNTESE E STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

---

4. A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial é uma importante provedora de serviços de telecomunicações para os mercados de varejo, principalmente de conexões banda larga através da Fibra, e corporativo, com soluções inovadoras que aliam à conexão os serviços de TI para empresas de todos os portes. É uma empresa brasileira, criada em 1998, a partir do processo de privatização do sistema Telebrás, o que garante sua presença em todo o território nacional, inclusive em áreas remotas do país.

5. A Companhia foi pioneira em promover diversos movimentos de ruptura no mercado, como o lançamento de serviços convergentes, o desbloqueio de aparelho móvel, a densificação da fibra e a oferta de tecnologias para aprimoramento da cobertura wi-fi local, como Mesh e FTTR. As demais Recuperandas são entidades não operacionais com propósito de serem utilizadas como veículos de captação de recursos no mercado internacional. No decorrer da 1ª Recuperação Judicial do Grupo Oi, ajuizada em 2016 e encerrada em 2022 (“1ª RJ”), foi divulgado um Plano Estratégico de Transformação da Companhia com foco na massificação da fibra ótica no país e em negócios de maior valor agregado e com tendência de crescimento e visão de futuro. Com essa finalidade, a Companhia concluiu a alienação de sua Participação na Unitel e de parte dos Imóveis, tendo alienado, ainda, as UPIs Torres, Data Center, Ativos Móveis e InfraCo. Fonte: Recuperanda <https://ri.oi.com.br/sobre-a-oi/quem-somos/> <https://ri.oi.com.br/sobre-a-oi/historico/>.

6. As Recuperandas alegaram que a 1ª RJ foi fundamental para preservar as atividades do Grupo, manter dezenas de milhares de empregos, viabilizar a reestruturação de seus negócios e aprimorar a sua estrutura de capital. Não obstante, suscitam que diversos fatores imprevisíveis, não controláveis, somados à situação econômico-financeira atual do Grupo, tornaram imprescindível, nas palavras das Recuperandas, o requerimento de uma segunda proteção judicial visando uma nova



etapa de reestruturação a fim de garantir a preservação da empresa, enquanto grande geradora de empregos e renda. Em suma, o Grupo Oi enfrentou em meados de 2022/2023 um novo desafio, o qual alega ter como causas, principalmente, (i) a demora no fechamento das operações de vendas das UPIs; (ii) a crise mundial agravada pela pandemia da COVID-19; (iii) a instabilidade de indicadores econômicos (e.g., como aumentos significativos das taxas de juros domésticas e precarização do mercado de crédito); (iv) a inesperada valorização da moeda norte-americana que corrige as obrigações assumidas; (v) o aumento da inflação e da taxa de desemprego, impactando o ritmo de crescimento das novas receitas da Companhia; (vi) a aceleração do declínio das receitas dos serviços ligados à telefonia fixa da Companhia, em face da rápida mudança do ambiente tecnológico; e (vii) a manutenção da elevada e desproporcional carga de obrigações no ambiente regulatório, aprofundando a insustentabilidade da concessão de telefonia fixa em decorrência da manutenção de despesas fixas elevadas com um serviço notadamente deficitário.

7. Além desses, as Recuperandas destacaram, ainda, naquela oportunidade, (i) a elevada adesão à oferta pública de aquisição obrigatória prevista nas notes com vencimento em 2026; e (ii) a frustração do recebimento de parte relevante da operação de alienação da UPI Ativos Móveis, no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão, em função de procedimento de disputa aberto pelas compradoras da UPI, e que se encontrava em procedimento arbitral, recentemente encerrado em decorrência de acordo, conforme informado em Fato Relevante divulgado no dia 04.10.2023. Nas palavras desse MM. Juízo, com todos esses fatores, as Recuperandas se depararam com um “cenário atípico”, sendo inviável continuar suas operações regulares sem novo ajuste na estrutura de capital. Importante destacar que, conforme informado pelas Recuperandas, ao longo dos últimos meses, o Grupo Oi vem negociando com seus principais credores financeiros – Bondholders, ECAs Lenders e Bancos Nacionais – uma solução para sua estrutura de capital, tendo, inclusive, contratado assessores financeiros e jurídicos especializados para auxiliá-lo nessa iniciativa. Não obstante, suscita que, apesar da grande evolução das negociações ao longo desse período, as



partes ainda se encontram em discussões para formalizar o acordo, o que acreditam que ocorrerá em breve no decorrer da presente Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido em 16.03.2023 (“2ª RJ”).

8. Nesse contexto, é importante ressaltar que as Recuperandas requereram, ao ID 50593808 dos autos da 2ª RJ, autorização judicial para a contratação e formalização de Financiamento DIP Emergencial, com fundamento nos artigos 47, 69-A a 69-F e 84, inciso I-B, da Lei nº 11.101/2005, suscitando o risco de sua disponibilidade de caixa ficar abaixo do mínimo necessário para a regular continuidade das operações até a deliberação e aprovação do Plano de Recuperação Judicial, que deveria contemplar os termos definidos no acordo que vem sendo negociado para reestruturação das dívidas.

9. Ao apreciar o pedido formulado pelas Recuperandas, esse MM. Juízo entendeu que restou demonstrado, através da projeção de fluxo de caixa, o risco de a disponibilidade de caixa ficar abaixo do mínimo necessário, tendo assim autorizado, ao ID 53213365, a contratação e formalização do Financiamento DIP Emergencial, garantido pela alienação fiduciária sobre ações de titularidade da Oi S.A. Na oportunidade, esse MM. Juízo determinou que as Recuperandas prestassem contas nos autos dos valores objeto do financiamento captado, sob a fiscalização direta do Administrador Judicial, sob pena de imediato bloqueio judicial, o que vem sendo realizado nos autos do incidente de prestação de contas nº 0896298-13.2023.8.19.0001. Contra essa decisão foram interpostos os Agravos de Instrumento nº 0029219-53.2023.8.19.0000, 0030438-04.2023.8.19.0000 e 0031030-48.2023.8.19.0000, aos quais foi negado provimento.

10. Em 26.09.2023, as Recuperandas apresentaram manifestação nos autos da Recuperação Judicial (ID nº 79213498) informando que, após a formalização dos termos iniciais para a contratação do Financiamento DIP celebrado com Credores Financeiros, as partes desacordaram sobre algumas condições e exigências, “ao longo



das tratativas para assinatura do acordo de suporte ao plano de reestruturação da Oi (Restructuring Support Agreement – “RSA”). Em razão disso, as Recuperandas requereram autorização para refinancear o DIP Emergencial com o Banco BTG, novo financiador, o que foi deferido por esse MM. Juízo às fls. 38.006/38.015.

11. Na sequência, os Credores Financeiros apresentaram nova proposta indicando ser mais vantajosa em relação às condições oferecidas pelo Banco BTG, tendo as Recuperandas informado, às fls. 40.606/40.609, que, após longas negociações, as partes chegaram a um consenso sobre as condições necessárias para seguirem com Aditamento ao Financiamento DIP Emergencial. Diante disso, as Recuperandas afirmaram que também negociaram com o Banco BTG, que concordou em renunciar ao seu direito de cobrança do *BreakUp Fee* previsto no termo de compromisso anteriormente firmado, e requereram autorização para prosseguir com o Aditamento ao Financiamento DIP juntos aos Credores Financeiros, o que traria uma liquidez adicional de USD 125 MM para a Companhia, o que foi deferido por este MM. Juízo nos termos da decisão de fls. 41.955/41.957.

12. Paralelamente, dando seguimento ao que foi noticiado por meio de Fato Relevante de 02.03.2023, as Recuperandas informaram ao mercado que pretendiam alienar bens de seu ativo não-circulante, consistentes em infraestrutura de cabos da rede desativada inservíveis às atividades da Oi, por obsolescência e sucateamento (“Sucata”), tendo recebido da V.Tal uma proposta que envolveria (i) uma redução de até 50% nas obrigações futuras de contratação da Oi, na modalidade *take-or-pay* com a V.Tal, por meio da assinatura de aditamento ao Acordo de Cessão de Direito de Uso de Fração de Espectro de Fibras Ópticas Apagadas, celebrado originalmente pela Globenet Cabos Submarinos S.A. – incorporada pela V.Tal e a Oi S.A, em 20 de dezembro de 2013, e posteriores aditamentos (“Contrato LTLA”); (ii) compensação de até 22% das obrigações de pagamento da Companhia no âmbito do Contrato LTLA, contra o crédito detido pela Oi em razão da venda de Sucata; e (iii) a assunção pela V.tal das responsabilidades e custos relativos a extração, logística e armazenamento



da Sucata e da infraestrutura de cabos da rede desativada que virão, durante a vigência do acordo com a V.tal, a se tornar inservíveis às atividades da Oi S.A., por obsolescência e sucateamento (“Contratos Sucata”). Sobre o tema, cumpre ressaltar que foi autorizada, ao ID 55217431, a instauração de procedimento de mediação, possibilitando a melhor negociação entre as partes acerca dos termos da proposta recebida.

13. Na sequência, esse MM. Juízo determinou a apresentação das demais propostas, bem como a oitiva da Anatel, do Ministério Público, a fim de conceder a necessária transparência à operação pretendida. Após manifestações e apresentação de laudo de avaliação do ativo contendo o comparativo das propostas recebidas, este MM. Juízo homologou o acordo celebrado no âmbito da mediação e autorizou a conclusão do negócio jurídico firmando entre as Recuperandas e a V.Tal, envolvendo a retirada, transporte e armazenamento da sucata de cabos de rede de telefonia fixa (IDs 64512957 e 64634837).

14. A referida decisão foi objeto do Agravo de Instrumento nº 0061819-30.2023.8.19.0000, não conhecido pelo Tribunal, em 22.11.2023, após pedido de desistência formulado pela parte recorrente, sendo, na oportunidade, revogado o efeito suspensivo previamente concedido. Nesse sentido, em 24.11.23, a Oi S.A. divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, a partir daquela data, os efeitos dos Contratos Sucata tornaram-se plenamente eficazes. Apesar disso, em 27.12.2023, foram opostos embargos de declaração, ainda não apreciados, contra a decisão que homologou o acordo celebrado entre as Recuperandas e a V.Tal.

15. Em 12.09.2023, esse MM. Juízo deferiu o pedido formulado pelas Recuperandas no ID nº 74531998, tendo prorrogado o *stay period* pelo prazo de 90 dias a contar da data da referida decisão, na forma do § 4º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, considerando se tratar de medida adequada, razoável e proporcional para a preservação da empresa, manutenção do equilíbrio econômico e interesse



social (ID nº 76938915).

16. Posteriormente, as Recuperandas requereram, às fls. 38.381, nova extensão do *stay period*, alegando, dentre outros motivos, a singularidade e complexidade da presente recuperação judicial. Em 11.12.2023, após a comprovação da necessidade e preenchimento dos requisitos legais, esse MM. Juízo deferiu a prorrogação do *stay period* pelo prazo de 90 dias adicionais, contados da publicação da nova decisão, ocorrida em 14.12.2023, conforme certidão de fls. 40.157.

17. Ademais, como informado anteriormente, no dia 20.06.2023, encerrou-se o prazo de apresentação das habilitações e divergências de crédito ao Administrador Judicial, que procedeu com o devido fechamento da plataforma disponibilizada aos credores.

18. Em 18.09.2023, a Administração Judicial apresentou o resultado da fase administrativa de verificação de créditos (id. 77946840), após realizar a análise de 20.201 divergência/habilitação de créditos recebidas durante o prazo supra indicado. Na sequência, em razão do volume de dados tratados, a Administração Judicial, proativamente, realizou a depuração da lista de credores para a retificação de meros erros materiais, totalizando 49 casos, tais como: (i) números de CPF's/CNPJ's digitados com equívoco; (ii) duplicidades; (iii) grafia equivocada do nome do credor; (iv) equívoco na consolidação do CNPJ ou CPF; e (v) e 01 classificação equivocada.

19. A Relação de Credores retificada, prevista no art. 7, §2º da Lei 11.101/05, foi publicada em 13.11.2023 e se encontra disponível no site do AJ. Após a publicação da Relação de Credores, foi encerrado, em 23.11.2023, o prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentar impugnação de crédito, por meio de incidente processual, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.101/2005.

20. Em 13.11.2023 foi publicado o Edital de Recebimento do Plano de Recuperação Judicial ("*Plano*" ou "*PRJ*"), dando início ao prazo de 30 dias para



eventuais objeções ao PRJ, o qual foi encerrado em 13.12.2023.

21. Ato contínuo, em 05.12.2023, foi publicado o Edital dos Bondholders para os bondholders detentores das 10,00% / 12,00% - “*Senior PIK Toggle Notes*” com vencimento em 2025 estabelecendo o procedimento para individualização dos créditos para exercício ao direito de petição, voz e voto em AGC, tendo o prazo estabelecido no Edital se encerrado em 15.01.2024.

22. No dia 06.02.2024, as Recuperandas apresentaram nova versão do Plano de Recuperação Judicial, bem como foi proferida decisão homologando as datas sugeridas pela Companhia para a realização da Assembleia Geral de Credores, e estabelecendo que o ato ocorrerá de forma presencial. Em 08.02.2024, a Administração Judicial Conjunta apresentou manifestação: (i) esclarecendo que, nos termos do art. 45, § 3º, da Lei 11.101/2005, a AGC deverá contar exclusivamente com a presença dos Credores Quirografários – Classe III cujos créditos seriam afetados e reestruturados nos termos do novo Plano, haja vista a previsão de manutenção das condições originárias de pagamento em relação aos créditos da Classe I – Trabalhista, da Classe IV – ME/EPP, e de parte dos créditos da Classe III – Quirografários, bem como a inexistência de créditos Classe II – Garantia Real na presente Recuperação Judicial; e (ii) juntando a lista dos credores votantes, na qual está disponível para consulta no site da recuperação judicial (<https://recuperacaojudicialoi.com.br/inicio-2/pecas-processuais/>).

23. Em 05.03.2024, foi instalada a Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi, em primeira convocação, tendo os credores presentes votado pela sua suspensão para continuidade em 25.03.2024, com a prorrogação do *stay period* até a conclusão da AGC que deliberar sobre o Plano. Em 14.03.2023, o MM. Juízo recuperacional ratificou a prorrogação do *stay period* até a continuação da AGC em 25.03.2024.

24. Reiniciada a AGC no dia 25.03.2024, somente os credores que estiveram presentes no ato de instalação, realizado no dia 05.03.2024, puderam participar da

sua continuação, nos termos do que estabelece o art. 37, §3º, da Lei 11.101/2005. Após a apresentação de uma versão atualizada do Plano de Recuperação Judicial, que está disponível para consulta em <https://recuperacaojudicialoi.com.br/inicio-2/pecas-processuais/>, os trabalhos foram suspensos em diversos momentos, a pedido das Recuperandas, para a evolução da negociação de alguns pontos do PRJ. Após o reinício dos trabalhos, os credores presentes votaram pela suspensão da AGC para continuação no dia 26.03.2024, às 14:00h, com a prorrogação do *stay period* por igual período.

25. Na continuidade da AGC em 26.03.2024, o representante das Recuperandas prestou esclarecimentos acerca da evolução das negociações entre o Grupo Oi e determinados grupos de credores, tendo solicitado a suspensão do ato por algumas horas, o que foi concedido pela Administração Judicial Conjunta. No retorno das atividades, as Recuperandas informaram que chegaram a bom termo com relação aos termos e condições comerciais com credores titulares de créditos que representam a maioria dos créditos concursais presentes na AGC, cujos termos e condições (*Term Sheet Comercial*) foram divulgados no telão para todos os presentes. Após nova deliberação dos credores, a AGC do Grupo Oi foi suspensa, com a prorrogação do *stay period* até a conclusão da AGC que deliberasse sobre o Plano, para continuação no dia 10.04.2024, no mesmo local.

26. Posteriormente, o d. Juízo deferiu pedido formulado pelos credores de prorrogação da suspensão até o dia 17.04.2024, às 14, com credenciamento a partir das 13h.

27. Novamente reunidos em 17.04.2024, os credores deliberaram por nova suspensão dos trabalhos assembleares, com compromisso de retorno em 18/04/2024 no mesmo local e horário. No dia 18/04/2024, foi dado prosseguimento à AGC, momento em que foram realizadas diversas suspensões da AGC para a finalização dos documentos e instrumentos anexos ao PRJ.



28. Após mais de 14 horas de negociação, o Plano de Recuperação Judicial foi colocado em votação e restou aprovado pela maioria dos credores e créditos presentes nos termos da ata indexada aos autos.

29. Em 28.05.2024, o d. Juízo Recuperacional, no exercício do controle de legalidade, homologou, com ressalva, o Plano de Recuperação Judicial aprovado e concedeu a Recuperação Judicial ao Grupo Oi. Contra a r. decisão homologatória foram interpostos os agravos de instrumento nº 0046007-11.2024.8.19.0000; 0047880-46.2024.8.19.0000; 0048413-05.2024.8.19.0000; 0048248-55.2024.8.19.0000, 0046479-12.2024.8.19.0000, 0051379-38.2024.8.19.0000, 0050900-45.2024.8.19.0000, 0069530-52.2024.8.19.0000, 0069733-14.2024.8.19.0000, 0069602-39.2024.8.19.0000, 0072455-21.2024.8.19.0000, 0078735-08.2024.8.19.0000 0078244-98.2024.8.19.0000, 0078276-06.2024.8.19.0000 e 0080757-39.2024.8.19.0000.

30. Os recursos nº 0047880-46.2024.8.19.0000; 0048413-05.2024.8.19.0000, 0078276-06.2024.8.19.0000, 0078735-08.2024.8.19.0000 e 0080757-39.2024.8.19.0000 foram desprovidos. No agravo nº 0072455-21.2024.8.19.0000, foi homologado pedido de desistência. Por outro lado, os recursos nº 0046007-11.2024.8.19.0000; 0048413-05.2024.8.19.0000; 0048248-55.2024.8.19.0000, 0046479-12.2024.8.19.0000, 0051379-38.2024.8.19.0000, 0050900-45.2024.8.19.0000, 0069602-39.2024.8.19.0000 e 0078244-98.2024.8.19.0000, 0069530-52.2024.8.19.0000 e 0069733-14.2024.8.19.0000 foram parcialmente providos *“apenas para ressaltar que a cláusula 9.3 e seus subitens, do Plano de Recuperação Judicial, que estende o Compromisso de Não Litigar aos eventuais coobrigados, garantidores, afiliadas, sucessores, cessionários, administradores, ex-administradores das Recuperandas, não pode ser considerada eficaz e válida em relação aos credores que não compareceram ao conclave, abstiveram-se de votar ou se posicionaram contra a referida disposição”*.

31. Ademais, com a publicação da decisão de homologação do PRJ em 29.05.2024, foi dado início aos prazos para opção da escolha de pagamento, para os credores elegíveis na forma do Plano, sendo os respectivos prazos encerrados em 19.06.2024 e 01.07.2024.

32. Em 17.06.2024, conforme previsão contida no Plano, foi publicado o Edital de Alienação da UPI ClientCo e seus Anexos, que estão disponíveis para consulta no site da Administração Judicial Conjunta. A audiência designada para a alienação do ativo, realizada no dia 17.07.2024, foi suspensa, tendo em vista que a única proposta apresentada para o Lote 1, da proponente Ligga Telecomunicações S.A., não atingiu o preço mínimo de R\$ 7.300.000.000,00. Na forma da cláusula 5.2.2.1.1 (iii) do PRJ, após a manifestação de alguns credores, a citada audiência foi retomada em 06.08.2024, sendo determinado, na oportunidade, que a impugnação à rejeição da proposta apresentada pela proponente Ligga fosse juntada aos autos para posterior manifestação das partes e apreciação pelo MM. Juízo Recuperacional. Em 06.08.2024, o Juízo da Recuperação Judicial declarou o encerramento da Primeira Rodada de Alienação da UPI ClientCo conforme previsto na Cláusula 5.2.2.1.3(iv) do Plano de Recuperação Judicial, passando, por conseguinte, a Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Segunda Rodada de Alienação UPI ClientCo, nos termos previstos no Plano.

33. Paralelamente, em 15.07.2024, na forma do Plano, as Recuperandas emitiram a Dívida Participativa e da Dívida A&E Reinstated, sendo certo que, em 08.08.2024, foram celebrados, os instrumentos da Dívida Roll-Up (“*Notas Roll-Up*”), do Novo Financiamento – Credores Opção Reestruturação I e do Novo Financiamento – Terceiros, os quais foram subscritos por determinados credores na forma prevista do PRJ.

34. Posteriormente, em 21.08.2024, a AJ comunicou as Recuperandas sobre o resultado da deliberação dos Credores Opção de Reestruturação I e dos Credores da



Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I acerca do Edital UPI ClientCo – Segunda Rodada, juntamente com a versão do Edital UPI ClientCo – Segunda Rodada comentada e ajustada pelos referidos credores, passando a Companhia, por conseguinte, a tomar as medidas cabíveis e necessárias para a publicação do Edital UPI ClientCo – Segunda Rodada, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial.

35. Nos termos do Edital UPI ClientCo – Segunda Rodada, em 25.09.2024, foi realizada a audiência designada, na qual verificou-se a existência de apenas uma, apresentada pela V.Tal com interveniência e anuência da BGC Fibra e Participações S.A., conforme autorizado pelo item 5.1 do Edital, propondo a aquisição do ativo, em lote único e integral pelo valor de R\$ 5.683.126.203,17, como consignado na ata de fls. 80.946/80.949. Após a averiguação da proposta e confirmação de atendimento ao Edital UPI ClientCo – Segunda Rodada, a audiência foi suspensa, tendo sido a Administração Judicial Conjunta intimada a submeter, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, as propostas ofertadas à análise e deliberação dos (i) Credores Opção de Reestruturação I; e (ii) Credores da Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I, o que foi realizado em 26.09.2024.

36. Após o decurso do prazo dos Credores para manifestação, a Administração Judicial Conjunta informou, às fls. 81.553, que a proposta apresentada em conjunto pela V. TAL e BGC Fibra Participações S.A. foi aprovada pelos credores Opção de Reestruturação I e Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I, conforme apontado nos laudos de apuração.

37. Na sequência, em 17.10.2024, em cumprimento à cláusula 5.2.2.1.5 do PRJ homologado, a Administração Judicial Conjunta juntou aos autos o conjunto de documentos referente à Alienação da UPI ClientCo 2ª Rodada, composto por: proposta de aquisição, solicitação de esclarecimentos feita pelos credores e esclarecimentos prestados pela V. TAL e o BGC Fibra. Nessa mesma oportunidade, opinou pela homologação da proposta. Em 29.10.2024, o Ministério Público

apresentou parecer informando que não se opõe ao pedido de homologação da proposta para aquisição da UPI ClientCo, com a expedição de auto de arrematação.

38. Em 04.11.2024, foi proferida decisão de fls. 84.561/84.571, homologando a proposta apresentada pela V. TAL e BGC Fibra, para a aquisição da UPI ClientCo e determinando a expedição de auto de arrematação, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, 141, inciso II e 142 da Lei nº 11.101/2005, e do artigo 133, §1º, inciso II da Lei nº 5.172/1966.

39. Vale ressaltar que, conforme permitido pela Cláusula 5.2.2.1.5(v) do Plano de Recuperação, os Credores Opção de Reestruturação I e os Credores da Dívida Top sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I deliberaram e aprovaram a extensão da data limite para fechamento da alienação UPI ClientCo para 28 de fevereiro de 2025, data em que foi firmado o Acordo de Investimento e Outras Avenças pela Companhia junto à V. TAL, com a interveniência anuência da ClientCo Serviços de Rede Nordeste S.A., BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investor Fund LP, BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e BGC Fibra Participações S.A., Rio Alto Investimentos e Participações S.A., (“Contrato”), implementada a alienação e transferência de uma unidade produtiva isolada (UPI), composta por 100% (cem por cento) das ações de emissão da ClientCo para cujo capital a Companhia contribuiu com determinados ativos e passivos, direitos e obrigações da operação de fibra óptica, em conformidade com o disposto na cláusula 5.2.2.1 e subcláusulas do Plano. Dessa forma, a carta de arrematação da UPI ClientCo foi expedida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 28/05/25.

40. Em 16.01.2025, foi proferida decisão que deferiu a publicação de Edital para o início do procedimento competitivo de venda da UPI TV por assinatura, o qual foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro em 22.01.2025. Em 10.02.2025, ocorreu a audiência de abertura das propostas fechadas, na



sala de audiências da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, sendo a proposta apresentada sociedade Mileto Tecnologia S.A. (“*Mileto*”) declarada vencedora do procedimento competitivo e homologada pelo MM. Juízo Recuperacional. Em 18.02.2025, foi celebrado junto à Mileto o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, que tem por objeto a alienação e transferência da UPI TV, cuja transação foi concluída em 28.02.2025. Dessa forma, a carta de arrematação da UPI TV por Assinatura foi expedida pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 23/05/25.

41. Em 17.02.2025, foi determinada a apresentação de Relatório Circunstanciado contendo, dentre outras informações, as principais fases deste processo recuperacional e providências que ainda se encontram pendentes, o que foi cumprido por esta Administração Judicial às fls. 104.022/104.058.

42. Através da decisão de fls. 102.900/102.913, este MM. Juízo estabeleceu um novo procedimento para a habilitação administrativa de créditos vinculados à presente Recuperação Judicial pela Administração Judicial, que já disponibilizou, no seu site, a plataforma de upload de documentos pelos credores, que consiste em ferramenta eficaz e segura para tratamento da informação. Em 20.03.2025, foi realizada audiência que contou com a participação das Recuperandas, da Administração Judicial Conjunta e do Ministério Público, na qual foi debatida e ajustada a dinâmica de processamento das habilitações administrativas e dos incidentes processuais.

43. Nos autos do incidente processual nº 0867969-88.2023.8.19.0001, este d. Juízo: (i) nomeou o escritório Pinto Machado Advogados Associados, na pessoa do Dr. Adriano Pinto Machado, para atuar como “*watchdog*” no processo de recuperação judicial do Grupo Oi; e (ii) determinou a restauração da distribuição do incidente de prestação de contas do DIP emergencial, autuado sob o nº 0896298-13.2023.8.19.0001 (Id. 203274036).

44. Em 01.07.2025, às fls. 113.147/113.191 dos autos principais, as



Recuperandas apresentaram proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, bem como requereram tutela de urgência “*para o fim de (i) suspender, por 180 dias, a exigibilidade das obrigações previstas no PRJ, com a subsequente proibição de alegação de descumprimento do PRJ e/ou ajuizamento de ações de falência ou de execuções movidas contra o Grupo Oi relativas a créditos ou obrigações sujeitas ao Aditamento (ii) proibir, por 180 dias, qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial e/ou extrajudicial sobre os bens das Recuperandas, oriunda de demandas judiciais e/ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se ao Aditamento; e (iii) impedir a decretação de inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer obrigação com fundamento na apresentação do Aditamento*”. O watchdog nomeado, esta AJC e o Ministério Público apresentaram suas manifestações acerca do Aditamento às fls. 115.773/115.997; 15.999/116.110 e 116.114/116.116, respectivamente.

45. Em 21.07.25, foi certificada a instauração do incidente processual nº 0073596-38.2025.8.19.0001, relacionado às manifestações acerca do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas, nos termos da r. decisão de fls. 116.202/116.209.

46. Às fls. 114.138/114.142, este d. Juízo determinou (i) a manifestação das Recuperandas “*sobre a conclusão do RMA de julho de 2025 que aponta para o descumprimento substancial de obrigações do PRJ homologado, justificando e trazendo comprovação de eventual alegação deduzida*”, que se manifestaram às fls. 116.517/116.557 e; (ii) em seguida, a intimação da Administração Judicial Conjunta, “*inclusive sobre o dever inserto no inciso II, inciso "b" da LRE*”, que apresentou suas conclusões às fls. 117.366/117.386.

47. Em 12.08.25, este d. Juízo, às fls. 118.173/118.176, concedeu a suspensão da exigibilidade das obrigações das Recuperandas até o dia 31.08.25. Contra esta decisão, as Recuperandas interpuseram o Agravo de Instrumento nº 0071515-



22.2025.8.19.00000, no qual foi parcialmente deferida a antecipação dos efeitos da tutela recursal para prorrogar a suspensão da exigibilidade das obrigações das Recuperandas até a apreciação do pedido de Aditamento ao Plano.

48. Nos autos do incidente nº 0960108-88.2025.8.19.0001, autuado sob a denominação de *“Incidente de Transição de Serviços Públicos Essenciais”*, foi proferida decisão, em 30.09.2025, determinando a suspensão das obrigações extraconcursais por 30 (trinta) dias para posterior decisão acerca da liquidação ou do prosseguimento da Recuperação Judicial. Na oportunidade, foram determinadas ainda outras providências como o afastamento da Diretoria e Conselho Administrativo da gestão das Recuperandas e a nomeação do Dr. Bruno Rezende *“para realizar o processo de transição dos serviços públicos e intervir, em parte, no Grupo Oi”*.

49. Contra esta decisão, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 0083339-75.2025.8.19.0000 pelas Recuperandas, ao qual foi indeferido o efeito suspensivo, determinando-se aos gestores judiciais, contudo, *“no prazo de 48h, a indicação de manutenção de diretores estatutários da empresa recuperanda, para fins de auxílio tão somente em atos de transição, dentro dos limites da decisão recorrida, sendo certo que, não poderão exceder ao número de quatro”*.

50. Em 08.10.25, ainda em razão da decisão proferida nos Autos do Agravo de Instrumento nº 0083339-75.2025.8.19.0000 mencionada acima, o Sr. Bruno Rezende, gestor judicial nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, peticionou nos referidos autos indicando os seguintes nomes para compor o Comitê de Transição da Companhia: Fabio Wagner, André Tavares Paradizi, Gustavo Roberto Brambila e Marcelo Augusto Leite de Moraes, a qual aguarda apreciação pelo d. Juízo.

51. Para além, em 30.10.2025, foi proferida decisão nos autos do Incidente de Transição de Serviços Públicos Essenciais, determinando a suspensão das obrigações extraconcursais por mais 10 (dez) dias, para posterior decisão acerca da liquidação



ou prosseguimento da Recuperação Judicial, bem como, em atenção ao contraditório, a intimação dos interessados no feito para manifestação.

52. Diante da decisão retro, a Gestão Judicial apresentou manifestação em 07/11/2025, na qual concluiu que o Grupo Empresarial se encontrava em evidente estado de insolvência, demonstrado pela incapacidade de pagar o passivo extraconcursal acumulado, pelo descumprimento do Plano de Recuperação Judicial e pela falta de condições de reverter a crise diante da perda de confiança do mercado e do alto nível de conflitos com fornecedores. Ainda, que na hipótese de liquidação judicial, recomendou a continuidade provisória das atividades até a transferência integral dos serviços, permitindo ao Administrador Judicial a adoção de medidas voltadas a reduzir o passivo, maximizar ativos e assegurar a transição ordenada.

53. Por sua vez, o Ministério Público apresentou parecer também em 07/11/2025, oportunidade que opinou fosse reconhecida a invalidade e desconsiderado o Termo de Autocomposição das Recuperandas com a Anatel, referente aos serviços de COLR, Tridígito e Interconexão, impedindo de forma definitiva o levantamento dos valores depositados em garantia e mantendo a indisponibilidade dos montantes envolvidos na arbitragem entre Oi, V.Tal e Anatel junto ao TCU. Também requereu a intimação da União e da Anatel para manifestarem sobre a possibilidade de medidas excepcionais de intervenção econômica, inclusive aporte emergencial de recursos públicos, indicando quaisquer estudos, planos ou alternativas então existentes para assegurar a continuidade das atividades da Oi S.A. e a preservação dos serviços e empregos a ela relacionados.

54. Decorrido o prazo oportunizado as partes, em 10/11/2025 foi proferida nova decisão, convolvando a Recuperação Judicial em Falência, em razão do descumprimento do Plano de Recuperação Judicial, na forma do artigo 73, inciso IV, LREF; a ausência mínima de viabilidade financeira no cumprimento das obrigações devida; a verificação de liquidação substancial, nos termos do artigo 73, inciso VI, da



LRE; e, ainda, a ausência de atividade empresarial.

55. A decisão, dentre outras providências de praxe ao rito falimentar, determinou a continuação provisória das atividades do Falido, com a gestão a ser realizada pelo Administrador Judicial, além da indisponibilidade do produto de toda alienação de bens realizada na segunda Recuperação Judicial e o bloqueio da denominada “caixa restrito V.Tal”, até ulterior demonstração de respaldo contratual e fático que deem suporte aos recebíveis automaticamente dela descontados. Por fim, determinou fosse entranhada a decisão aos autos do processo de Recuperação Judicial de nº 090040-03.2023.8.19-0001, a qual consta nos autos principais sob as fls. 123.376/123.411.

56. Em face dessa decisão foram interpostos cinco Agravos de Instrumento, tendo como Agravantes o Itaú Unibanco S.A.<sup>1</sup>, Banco Bradesco S.A.<sup>2</sup>, V.Tal Rede Neutra de Comunicações S.A.<sup>3</sup>, Umb Bank<sup>4</sup> e a União<sup>5</sup>. Os recursos interpostos pelo Banco Bradesco e Itaú Unibanco, possuem discussão em comum, consistente na reversão da convolação da Falência, para o regular prosseguimento da Recuperação Judicial e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial. Em análise da tutela recursal, houve a concessão de efeito suspensivo destinado a obstar os efeitos da decisão que convolou a Recuperação Judicial em Falência, prosseguindo com as formalidades legais necessárias, destinadas ao trâmite da recuperação, mediante o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado.

57. As decisões nos agravos mencionados determinaram ainda: **a)** o retorno dos administradores judiciais Wald Administração de Falência e Empresas em Recuperação Judicial e Preserva-Ação Administração Judicial, essa na pessoa do Dr.

---

<sup>1</sup> 0096877-26.2025.8.19.0000

<sup>2</sup> 0096871-19.2025.8.19.0000

<sup>3</sup> 0098326-19.2025.8.19.0000

<sup>4</sup> 0102589-94.2025.8.19.0000

<sup>5</sup> 0103255-95.2025.8.19.0000



Bruno Rezende para a continuidade da função de Gestor Judicial; **b)** a apuração, em apenso, da responsabilidade em termosacionários e diretivos, tal qual noticiado, pela empresa PIMCO; **c)** a intimação da ANATEL e da União, nos termos requeridos pelo Ministério Público; **d)** a repristinação dos itens 3.1, 3.2 e 3.3 da decisão de id. 230429628.

58. Em relação ao recurso da V.Tal, que visa a reforma da decisão em relação a aplicação dos seus efeitos de terceiros, especialmente quanto aos itens 13, 14 e 15, como bloqueios de ativos e questionamentos sobre operações já autorizadas e homologadas pelo Judiciário, inclusive a criação e venda da UPI InfraCo (V.Tal) e alienação da UPI ClientCo (NIO), sustenta que tais atos são juridicamente perfeitos, protegidos pela coisa julgada e essenciais à continuidade dos serviços de telecomunicações, e que a decisão viola o devido processo legal ao presumir grupo econômico e impor constrições sem contraditório, gerando grave insegurança jurídica no sistema de insolvência. Assim, em análise sumária, fora concedido o efeito suspensivo, para sustar os efeitos das determinações contidas nos itens 13, 14 e 15 da decisão agravada.

59. Diante da determinação do prosseguimento da Recuperação Judicial, a Administração Judicial apresentou manifestação nos autos principais em 24/11/2025, opinando pela contratação das assessorias financeiras indicadas pelo Gestor Judicial no incidente de transição de serviços, com a finalidade de elaboração de plano para a maximização dos bens; pela manutenção da suspensão temporária da exigibilidade de obrigações concursais e extraconcursais, com a autorização do pagamento dos débitos decorrentes de serviços essenciais para a continuidade das atividades das Recuperandas, até a conclusão do plano mencionado; a intimação das Recuperandas para apresentarem a relação dos principais créditos vencidos e não pagos por seus clientes e eventuais retenções por terceiros; pelo acolhimento do parecer do Ministério Público apresentado no incidente processual de nº 0960108-88.2025.8.19.0001, para intimar a Anatel e a União Federal para manifestarem sobre



a possibilidade de adoção de medidas excepcionais de intervenção econômica, com vista à garantir a continuidade das atividades da Oi S.A.; por fim, opinou, ainda, pela liberação do valor retido a título de garantia financeira prevista na Cláusula 10.3.5 do Termo de Autocomposição, ante a violação dos termos aprovado pelos credores no PRJ e pela inexecutibilidade admitida pela Anatel, *“devendo o valor liberado ser utilizado para: a) viabilizar a manutenção de todos os serviços essenciais prestados pela Oi; e b) o pagamento das eventuais verbas trabalhistas, no contexto do desinvestimento que vem sendo realizado pela Companhia”*.

60. Em 26/11/2025, o Juízo deferiu o levantamento do valor apontado como excesso de garantia (fls. 124074/124077), mediante a confirmação dos levantamentos pela 2ª Instância. A referida decisão foi ratificada pela Exma. Desembargadora Mônica Maria Costa Di Piero (fls. 124244/124247).

61. Na sequência, a Gestão Judicial informou a adoção de medidas para: (i) restabelecer o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial; (ii) viabilizar fluxo de caixa; (iii) reduzir despesas; (iv) responsabilizar agentes pela crise; e (v) organizar a venda de ativos. Além disso, apresentou levantamento do passivo concursal e extraconcursal ainda em aberto, tendo solicitado providências para captação imediata de recursos — como cobrança de serviços prestados e não pagos, levantamento de depósitos judiciais trabalhistas e cíveis, desbloqueio de valores na Caixa Econômica Federal e restituição de valores compensados pela Claro — além de detalhar questões relacionadas à alienação de ativos relevantes, como a unidade “Oi Soluções” e a participação na V.Tal, tudo visando preservar a continuidade das atividades, os empregos e o pagamento ordenado aos credores.

62. Diante da decisão de fls. 124074/124077, a Anatel informou nos autos (fls. 124413) a concessão de efeito suspensivo no Agravo de Instrumento nº 117749-59.2025.8.19.0001, que sustou os efeitos da decisão que autorizou o levantamento da garantia atribuída ao Termo de Autocomposição. Desse modo, requereu o



imediato bloqueio da conta beneficiada pela transferência via SISBAJUD, ou, sendo o caso, a devolução do montante.

63. O Banco Bradesco S.A. peticionou às fls. 125269/125271, informando manter a conta vinculada a garantia da autocomposição, de modo que promoveu a transferência dos valores para as Recuperandas em cumprimento à decisão judicial, de modo que a informação quanto a interposição de Agravo de Instrumento e concessão do efeito suspensivo ocorreu após a devida transferência. Diante disso, reportou pela continuidade da manutenção da conta e, na hipótese de devolução do valor, pela manutenção do depósito.

64. Outrossim, em 03/12/2025, face ao pleito de bloqueio SISBAJUD formulado pela Anatel, as Recuperandas pugnaram pelo indeferimento do requerimento (fls. 125312/125315), ao menos até a análise do pedido de reconsideração da decisão liminar, proferida em sede de Plantão Judiciário, pela Desembargadora Mônica Maria Costa Di Piero. Na sequência, foi informado a reconsideração e manutenção da decisão de autorização do levantamento (fls. 125337/125338).

65. A União, por meio da petição de fls. 125367/125370, esclareceu que, nos autos do incidente de transição de serviços essenciais, apresentou manifestação acerca do parecer do Ministério Público, em especial envolvendo a inexistência de base legal para intervenção estatal ou injeção de dinheiro público no Grupo Oi.

66. Diante dos requerimentos de providências para a captação de recurso formulado pela Gestão Judicial foi proferida decisão às fls. 125466/125470 para deferir a expedição de ofícios para liberação de depósitos judiciais trabalhistas e cíveis e determinou à CEF o desbloqueio de valores não sujeitos a ordens judiciais, além de autorizar e determinar urgência na alienação de ativos (V.Tal, Oi Soluções e imóveis).

67. Ato contínuo, a Gestão Judicial apresentou proposta de utilização de



recursos não operacionais, no montante total de R\$ 350 milhões, destinados à amortização e ao pagamento do passivo em aberto, contemplando (i) o rateio para quitação do passivo concursal e (ii) a adoção de procedimento de leilão reverso para o pagamento do passivo extraconcursal. Tais requerimentos foram deferidos pelo d. Juízo, que autorizou a Gestão Judicial a dar imediato início aos procedimentos necessários à implementação das providências propostas.

68. Outrossim, às fls. 126.425/126.497, as empresas Método Telecomunicações e Comércio Ltda. e ATV Brasil Telecomunicações peticionaram conjuntamente, nos autos da Recuperação Judicial, apresentando propostas de interesse para a aquisição dos serviços de Telefonia Comutada Fixa e Serviços Emergenciais, bem como da infraestrutura de Torres. Sobre tais propostas, a Gestão Judicial manifestou-se nos autos do incidente de Transição de Serviços Públicos Essenciais, opinando pela intimação de eventuais interessados para que se manifestem a respeito das propostas apresentadas, além de sugerir a realização de procedimento competitivo para a alienação dos referidos serviços e da infraestrutura, mediante leilão por propostas fechadas.

69. Às fls. 126.841/126.843, as Recuperandas requereram a alienação de Ativos Compartilhados à Mileto Tecnologia S.A., em cumprimento à obrigação prevista na cláusula 2.2.2 do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 18.02.2025, o que foi deferido às fls. 127.999/128.005.

70. Em 16.01.2026, foi proferida decisão pela Desembargadora Relatora da 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos autos dos Agravos de Instrumento nº 0096871-19.2025.8.19.0000 e 0096877-26.2025.8.19.0000, interpostos pelo Banco Bradesco S.A. e pelo Itaú Unibanco S.A, respectivamente, mantendo a suspensão das obrigações extraconcursais devidas pelas Recuperandas até 20.04.2026.

71. Em 28.01.2026, foi deferido o pedido formulado pelas Recuperandas



quanto à aprovação de edital para alienação da UPI V. Tal, nos termos definidos pelo PRJ homologado. Na sequência, em 03.02.2026, foi publicado o Edital de Alienação da UPI V. Tal, por meio de processo competitivo na modalidade de propostas fechadas, com amparo nos artigos 60, 66, §3º, 141 e 142, inciso IV, da Lei nº 11.101/2005, sendo designada audiência para abertura de propostas para o dia 05.03.2026, as 15:00 horas.

72. Em 13.02.2026, a Gestão Judicial apresentou o resultado do leilão reverso de créditos extraconcursais, deferido pela decisão de fls. 126.653/126.655, contendo a relação de pagamentos com base nos termos de cada proposta, considerando-se vencedores aqueles que propuseram o maior desconto percentual sobre o valor de dos respectivos créditos ofertados.

73. Além disso, as Recuperandas informaram o ajuizamento de ação de responsabilidade perante o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em trâmite em segredo de justiça, contra seus antigos acionistas de referência, sendo, em 19.02.2026, proferida decisão que deferiu parcialmente o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia, para determinar, dentre outras medidas, o arresto de todo crédito extraconcursal e concursal detido pelos réus em face do Grupo Oi, incluindo as garantias a eles vinculadas, como medida cautelar destinada a assegurar o resultado útil do processo. Nos autos do Agravo nº 3002903-44.2026.8.19.0000, foi proferida decisão deferindo em parte a tutela recursal, para determinar a remessa da controvérsia ao juízo arbitral, mantida, entretanto, a liminar deferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial, até a constituição da Tribunal Arbitral.

74. Em 23.02.2026, a Gestão Judicial apresentou a proposta da 2ª Rodada do leilão reverso dos créditos extraconcursais, deferido, no mesmo dia, por decisão que determinou a publicação do Edital. Em 13.03.2026, a Gestão Judicial informou que a realização das duas rodadas de Leilão Reverso possibilitou a quitação do valor total



de R\$ 731.169.271,46, através do pagamento/desembolso da quantia de R\$ 173.001.192,79, a 363 credores, gerando um desconto total de R\$ 558.168.078,67 em benefício direto para a Recuperanda, com uma redução de 76,34 % do passivo extraconcursal participante.

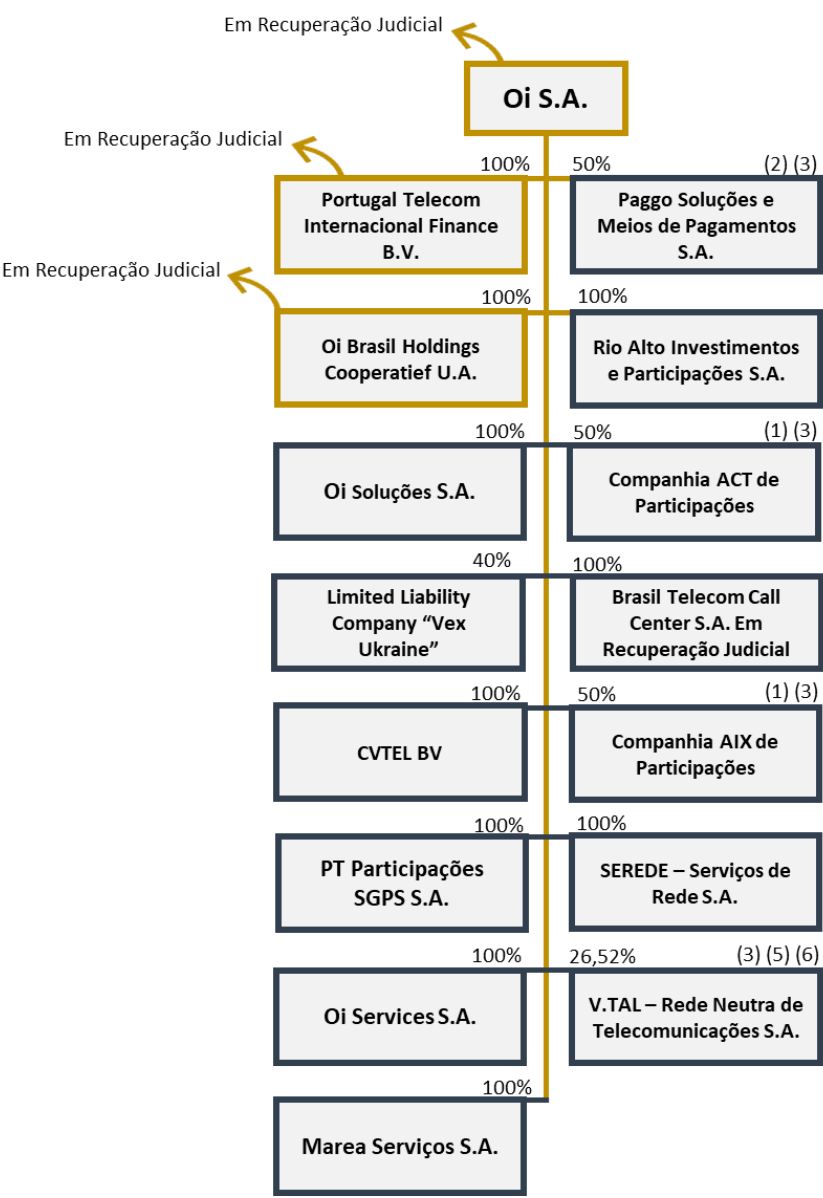
75. Ato contínuo, no dia 03.03.2026, a Gestão Judicial requereu autorização para instaurar processo competitivo visando a alienação da UPI “Serviços Telefônicos”, vinculada ao STFC, através do recebimento de propostas fechadas em audiência. Em 09.03.2026, foi proferida decisão que deferiu o pedido, designou audiência para o dia 08.04.2026, às 15 horas, e determinou a publicação do Edital.

76. Em decisão proferida em 05.03.2026, o Juízo determinou o retorno imediato do watchdog, Dr. Adriano Pinto Machado, que aceitou o encargo em 11.03.2026.

77. Em 05.03.2026, foi juntada Ata da audiência de alienação da UPI V. Tal, a qual foi suspensa para oitiva dos Credores Opção Restruturação I acerca da proposta apresentada pelo BTG Pactual Infracor Master Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e outros, sendo redesignada sua retomada para o dia 30.03.2026.



IV. ORGANOGRAMA



- Legendas:**
- (1) A Telefônica Brasil S.A. detém 50% das ações.
  - (2) A Cielo S.A. detém 50% das ações.
  - (3) Existência de Acordo de Acionistas.
  - (4) As demais ações são detidas pelos Fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund, BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Rio Alto Investimentos e Participações S.A.
  - (5) A Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e a Rio Alto Investimentos e Participações S.A. detém, em conjunto, 27, 26% das ações.



V. DO PASSIVO DAS RECUPERANDAS

78. A seguir, apresenta-se quadro-resumo contendo as informações do passivo das Recuperandas apurado pela Administração Judicial após a conclusão da fase administrativa de verificação de créditos, nos termos do artigo 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005, conforme fls. 34563 dos autos principais:

| Classe de crédito          | Nº de credores | Valor em BRL             | Valor em USD            | Valor em EUR          |
|----------------------------|----------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Microempresa – Classe IV   | 4.418          | BRL<br>106.141.971,70    | -                       | -                     |
| Quirografário – Classe III | 151.961        | BRL<br>18.624.489.508,18 | USD<br>4.159.967.696,31 | EUR<br>597.870.130,32 |
| Trabalhista – Classe I     | 8.327          | BRL<br>1.032.521.157,68  | -                       | -                     |
| Total                      | 164.706        | BRL<br>19.763.152.637,57 | USD<br>4.159.967.696,31 | EUR<br>597.870.130,32 |

| Intercompany               | Nº de credores | Valor em BRL          | Valor em USD            | Valor em EUR            |
|----------------------------|----------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Quirografário – Classe III | 5              | BRL<br>205.719.959,40 | USD<br>3.475.196.453,75 | EUR<br>8.048.005.089,98 |
| Total                      | 5              | BRL<br>205.719.959,40 | USD<br>3.475.196.453,75 | EUR<br>8.048.005.089,98 |



VI. QUADRO DE COLABORADORES

79. Os gráficos abaixo apresentam o quadro de colaboradores atuais das Recuperandas e o quadro de colaboradores indiretos, incluindo as subsidiárias do Grupo, conforme enviado no questionário mensal.

|                                       | Total |
|---------------------------------------|-------|
| Colaboradores CLT (início do período) | 1.669 |
| Contratações                          | 94    |
| Demissões                             | 34    |
| Colaboradores CLT (final do período)  | 1.680 |

\* A divergência de cálculo verificada decorre do esclarecimento prestado pelas Recuperandas, no seguinte sentido “*Observação: movimentos de colaboradores decorrentes de decisões judiciais não são contabilizados nas contratações ou demissões, mas possuem impacto sobre o total de empregados*”.

|                         | Dez-25 | Nov-25 | Out-25 | Set-25 | Ago-25 | Jul-25 | Jun-25 | Mai-25 | Abr-25 | Mar-25 | Variação |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------|
| TAHTO                   | 6.177  | 5.782  | 5.839  | 5.893  | 5.990  | 6.174  | 6.315  | 6.355  | 6.504  | 6.353  | 395      |
| SEREDE                  | 0      | 4.664  | 4.875  | 5.169  | 5.277  | 5.241  | 5.406  | 5.650  | 5.818  | 6.011  | -4.664   |
| FORNECEDORES PARCEIROS  | 4.923  | 5.044  | 5.304  | 5.669  | 5.855  | 6.098  | 6.388  | 6.992  | 7.334  | 7.462  | -121     |
| Colaboradores Indiretos | 11.100 | 15.490 | 16.018 | 16.731 | 17.122 | 17.513 | 18.109 | 18.997 | 19.656 | 19.826 | -4.390   |

\* “*Observação: a visão de fornecedores parceiros desconsidera o total de colaboradores da V.tal*”.



## VII. FATOS RELEVANTES

---

81. A seguir, apresentam-se os principais Fatos Relevantes e Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia desde o último RMA:

➤ **24/02/2026 – Comunicado ao Mercado – Segunda Rodada de Leilão Reverso de Créditos Extraconcursais**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, em continuidade aos Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia em 23 de dezembro de 2025, 21 de janeiro e 13 de fevereiro de 2026, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 23.02.2026, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do processo de recuperação judicial nº 0090940-03.2023.8.19.0001, deferiu requerimento formulado pela Gestão Judicial do Grupo Oi, autorizando a realização da 2ª rodada de leilão reverso destinado ao pagamento de créditos de natureza extraconcursal, vencidos até 31.01.2026 (“2ª Rodada Leilão Reverso”).

A minuta do Edital 2ª Rodada Leilão Reverso está à disposição dos acionistas e credores nos websites da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) e <https://recjud.com.br>) e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Tão logo ocorra a publicação do Edital 2ª Rodada Leilão Reverso, a Companhia informará ao mercado a sua divulgação e o início do prazo para envio do Formulário.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/d4c88a6e-833e-01a2-87b6-47da304519ea?origin=2>

➤ **27/02/2026 – Comunicado ao Mercado – Publicação do Edital da Segunda Rodada do Leilão Reverso de Créditos Extraconcursais**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, em continuidade aos Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia em 23 de dezembro de 2025, 21 de janeiro, 13 e 24 de fevereiro de 2026, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, na presente data, foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional, o edital de 2ª rodada do leilão reverso para pagamento de créditos extranconcursais vencidos até 31 de janeiro de 2026, mediante o oferecimento de desconto mínimo (“Edital de 2ª Rodada do Leilão Reverso”), expedido nos autos do processo de recuperação judicial de nº



0090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro.

Os credores interessados deverão observar os procedimentos, requisitos e prazos previstos no Edital de 2ª Rodada do Leilão Reverso, incluindo o preenchimento e envio do Formulário de Habilitação, acompanhado da documentação exigida, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data de publicação do Edital da 2ª Rodada do Leilão Reverso.

A íntegra do Edital de 2ª Rodada do Leilão Reverso e o Formulário de Habilitação estão à disposição dos acionistas e credores nos websites da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) e <https://recjud.com.br>), no site da do Administrador Judicial (<https://psvar.com.br/recuperacaojudicial/grupo-oi/>) e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/ece8e167-0f45-970c-088d-5d588d31a70d?origin=2>

#### ➤ **04/03/2026 – Fato Relevante – Arbitragem Anatel**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 03.03.2026, tomou conhecimento dasentença arbitral parcial proferida nos autos do processo arbitral nº 26470/PFF/RLS, em trâmite perante a Corte Internacional de Arbitragem da CCI, movido pela Companhia contra a Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), envolvendo controvérsias oriundas doagora extinto Contrato de Concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado (“Contrato” ou “Concessão”). A Oi pleiteia o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro doContrato e a insustentabilidade econômica da Concessão, com pedidos deindenização da ANATEL pelos prejuízos decorrentes da não recomposição do equilíbrio econômicofinanceiro e da insustentabilidade econômica da Concessão.

Com relação aos pedidos de indenização envolvendo o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a Companhia informa que foi integralmente deferido o pleito da Oi acerca da não incidência de Preclusão para discussão da matéria e comunica que foi decidida a incidência parcial da prescrição nos eventos desequilibrantes pleiteados pela Oi. O Tribunal Arbitral, por sua vez, julgou improcedente o pleito de reconhecimento da insustentabilidade econômica da Concessão, e o pleito indenizatório da Oi associado à referida insustentabilidade.

A Oi destaca que a referida sentença arbitral é parcial e, portanto, não encerra o processo,



que segue para fase de produção de provas e perícia, para posterior liquidação dos valores de indenização.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento do assunto objeto deste Fato Relevante.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/57b966fc-ce5d-1c88-2859-1258f7b67e77?origin=2>

➤ **05/03/2026 – Fato Relevante – Audiência para Alienação Judicial UPI V.Tal**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, vem, em continuidade ao Fato Relevante de 29.01.2026 e ao Comunicado ao Mercado de 03.02.2026, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi realizada, na data de hoje, a audiência para abertura das propostas fechadas recebidas no contexto do processo competitivo para alienação da unidade produtiva isolada (UPI), a ser constituída com 100% (cem por cento) da participação detida pela Companhia e sua subsidiária integral Rio Alto Investimentos e Participações S.A. na V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (“UPI V.tal”), quando verificou-se a existência de apenas uma proposta, abaixo do preço mínimo estabelecido no item 2 do edital de alienação da UPI V.tal publicado em 03.02.2026 (“Edital”).

Diante desse cenário, conforme previsto no item 2.2 do Edital, o Juízo da Recuperação Judicial suspendeu a referida audiência para que a Administração Judicial possa submeter a proposta apresentada para aquisição da UPI V.tal à análise e deliberação dos Credores Opção de Reestruturação I, nos termos e prazos previstos na Cláusula 5.2.2.2.4 do Plano de Recuperação Judicial, observada a necessidade de prévio e expresse consentimento dos Terceiros Novo Financiamento, caso configurada a hipótese prevista na Cláusula 5.2.2.2.5 do Plano de Recuperação Judicial.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento do assunto objeto deste Fato Relevante.

Os termos não definidos de outra forma neste Fato Relevante terão os significados a eles atribuídos na forma do Plano de Recuperação Judicial disponível para consulta no website da Recuperação Judicial (<https://www.recjud.com.br/>).

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/0c69f848-fc2e-cbb3-fbe4-ac138660ae06?origin=2>



➤ **10/03/2026 – Fato Relevante – Alienação Judicial UPI Serviços Telefônicos**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 09.03.2026, foi proferida decisão judicial nos autos do processo nº 090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, que (i) aprovou a publicação de edital para alienação judicial de uma unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta de ativos do Grupo Oi relativos à operação de serviços que compreende, dentre outros, (a) a prestação de serviços telefônicos fixos comutados (STFC); (b) a continuidade de prestação de serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas 6.571 localidades onde a Oi é Carrier of Last Resort (“COLR”) até dezembro de 2028; (c) a prestação de serviços de tridígito (números únicos de utilidade pública), i.e., 190, 192 e 193; (d) interconexões; (e) infraestrutura de torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos); (f) a prestação de serviços e manutenção de telefones de uso público; além (g) da base de clientes, dos contratos de trabalho e dos contratos com fornecedores relativos ao cumprimento dos serviços objeto desta UPI, dos equipamentos terminais associados e demais ativos, direitos e obrigações relacionados à referida operação (“UPI Serviços Telefônicos”); e (ii) designou audiência para abertura de propostas fechadas para alienação da UPI Serviços Telefônicos por meio de processo competitivo judicial para o dia 8 de abril de 2026, às 15h.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento do assunto objeto deste Fato Relevante.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/403e7c78-121d-83bc-ebcd-523a9a96b304?origin=2>

➤ **11/03/2026 – Comunicado ao Mercado – Publicação do Edital UPI Serviços Telefônicos**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, e em continuidade ao Fato Relevante de 10 de março de 2026, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, nesta data, foi publicado, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, o edital de alienação judicial da unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta de ativos do Grupo Oi relativos à operação de serviços telefônicos (a “UPI Serviços Telefônicos”), por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas, com fundamento no inciso IV do artigo



142 da Lei nº 11.101/2005 (“Edital”).

O Edital e seus anexos foram juntados aos autos do processo de recuperação judicial da Companhia e disponibilizados nos websites [www.recjud.com.br](http://www.recjud.com.br) e [www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento do assunto objeto deste Comunicado ao Mercado.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/4e3e1798-702b-ddb9-e573-8f51010d8d73?origin=2>

➤ **16/03/2026 – Comunicado ao Mercado – Convolação da Recuperação Judicial da Serede em Falência**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021 e, em continuidade ao Fato Relevante divulgado pela Companhia em 23/12/2025, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após parecer favorável do Ministério Público (ID 259495979), foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital (“Juízo da Recuperação Judicial”), nos autos do processo nº 0892154- 25.2025.8.19.0001, sentença que convolou a recuperação judicial da Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”), subsidiária integral da Companhia, em falência, com a manutenção da Sra. Tatiana Binato de Castro Sociedade Individual de Advocacia na função de administrador judicial (“Sentença de Falência”).

A referida sentença baseou-se na inoccorrência de modificação na situação fática da Serede exposta pela sua Administração Judicial, desde a antecipação dos efeitos da falência decretada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 23/12/2025. A Sentença de Falência determinou, dentre outras, as seguintes medidas:

1. A expedição de ofício endereçado à JUCERJA, a fim de que proceda à anotação da falência no registro do devedor, para que conste a expressão “Falido”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/05.
2. A fixação do termo legal no 90º (nonagésimo) dia anterior à data em que se anteciparam, parcialmente, os efeitos da falência; isto é, noventa dias antes de 19/12/2025;
3. A suspensão de todas as ações e execuções contra a falida, Serede, bem como proibição de qualquer ato de disposição ou oneração de seus bens;



4. A intimação da Serede para apresentar relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos;

5. A manutenção na função de administrador judicial a dra. TATIANA BINATO DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, cabendo-lhe desempenhar suas funções na forma do inciso III, do caput do art. 22 da Lei 11.101/05; e

6. A suspensão de todas as habilitações e impugnações em curso e ainda não julgadas, até que o Administrador Judicial publique a nova lista de credores.

A íntegra da Sentença de Falência está à disposição dos acionistas e credores nos websites da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) e <https://recjud.com.br>) e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados dos assuntos objeto deste Comunicado ao Mercado, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/f1ff8c6f-2d39-731f-066f-685e2273fde7?origin=2>

➤ **17/03/2026 – Comunicado ao Mercado – Resultado das Propostas Vencedoras do Segundo Leilão Reverso de Créditos Extraconcursais**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, em continuidade aos Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia em 24 e 27 de fevereiro de 2025, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 16 de fevereiro de 2026, foi divulgada, nos autos da Recuperação Judicial de nº 0090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial”), a relação dos credores vencedores do Segundo Leilão Reverso destinado ao pagamento de créditos extranconcursais vencidos até janeiro de 2026 (“Propostas Vencedoras Segundo Leilão Reverso”), na forma do edital leilão reverso publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional em 27 de fevereiro de 2026 (“Edital Segundo Leilão Reverso”).

Conforme previsto no Edital Segundo Leilão Reverso, a Companhia e as demais Recuperandas deverão efetuar os pagamentos das Propostas Vencedoras Leilão Reverso, observadas as regras de rateio ali previstas, em até 10 (dez) dias contados da divulgação do resultado do segundo leilão reverso.



A íntegra da listagem com as Propostas Vencedoras Leilão Reverso está à disposição dos acionistas e credores nos websites da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri) e <https://recjud.com.br>), no site da do Administrador Judicial (<https://psvar.com.br/recuperacao-judicial/grupo-oi/>) e no Sistema Empresas.NET da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/391eda21-35c6-950a-f2e2-6e29231f67b4?origin=2>

➤ **23/03/2026 – Fato Relevante – Adiamento da divulgação das Informações Trimestrais do 3T25 e das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2025**

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”), em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44/2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 10.11.2025, informa aos seus acionistas e ao mercado e em geral que, em decorrência dos impactos nas demonstrações financeiras resultantes dos eventos relacionados à recuperação judicial e ao status dos processos competitivos em curso relacionados às vendas de ativos já anunciadas, que impactam a elaboração do relatório de gestão a ser apresentado pelo Administrador Judicial ao Juízo da Recuperação Judicial até o dia 20 de abril de 2026, nos termos art. 65, da Lei nº 11.101/05, será necessário prazo adicional para a conclusão dos trabalhos de elaboração das Informações Trimestrais referentes a 30 de setembro de 2025 (3º ITR 2025) e 31 de dezembro de 2025 (DFP 2025).

Nesse contexto, a Companhia comunica que a divulgação do 4º ITR 2025 e a respectiva apresentação pública sobre a divulgação de resultados, anteriormente previstas para 25 e 26 de março de 2026, respectivamente, serão adiadas para datas a serem oportunamente informadas ao mercado, permanecendo igualmente pendente a divulgação do 3º ITR 2025.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento dos assuntos objeto deste Fato Relevante.

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/96a85f75-b2fa-1185-4faf-5bb0eedd764a?origin=2>



## VIII. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

---

82. Como informado às fls. 56.521/56.525 dos autos principais, durante a Assembleia Geral de Credores, foi realizada ampla negociação entre as recuperandas e os credores que ensejou ajustes no Plano de Recuperação Judicial que foram expostos na AGC e postos em deliberação, de modo que, diante do atingimento do quórum de aprovação, a A.J. promoveu a juntada da ata da assembleia, devidamente instruída com a versão final do Plano de Recuperação Judicial (fls. 56787/56940) e de todos os seus anexos que se encontram juntados às fls. 56941/58633, para consulta pelos credores e para verificação de suas condições de pagamento, consignando-se que tais documentos também se encontram disponíveis no site da A.J. (<https://recuperacaojudicialoi.com.br/inicio-2/pecas-processuais/>).

83. Com a publicação da decisão de homologação do PRJ em 29.05.2024, foi dado início aos prazos para opção da escolha de pagamento, para os credores elegíveis na forma do Plano. Em comunicado divulgado no site da A.J., os credores foram orientados a observar os prazos previstos do Plano para exercício da escolha da opção de pagamento, quais sejam:

- para os credores que optaram pela Opção de Pagamento prevista na Cláusula 4.2.1 (pagamento linear de valor igual ou inferior a R\$5.000,00), o prazo, que era de 20 dias corridos, teve início no dia 31.05.2024 e se encerrou no dia 19.06.2024; e
- para as demais Opções de Pagamento, o prazo, que era de até 30 dias corridos, teve início no dia 31.05.2024 e se encerrou no dia 01.07.2024.

84. Além disso, foi esclarecido que:

- os credores que participaram do Programa de Apoio à Reestruturação – PAR e os credores Non Qualified Bondholders (NQB) que tempestivamente outorgaram procuração ao escritório disponibilizado pela Oi para votação na AGC estavam dispensados de efetuar eventual opção de pagamento, por já terem manifestado sua vontade quando da adesão; e



- de acordo com as Cláusulas 4.2, 4.2.4, 4.2.5.1, 4.2.7 e 4.2.12 do PRJ, não são elegíveis a exercer opção de pagamento os credores Classe I e Classe IV; bem como não são elegíveis os credores Classe III que tiveram seus créditos novados nos termos do PRJ de 2018, da 1ª Recuperação Judicial do Grupo Oi – ou seja, fatos geradores anteriores a 20.06.2016 – que tiveram seus créditos novados na forma da Cláusula 4.3.6 e 4.3.7 do PRJ de 2018, bem como Agências Reguladoras, credores Transacionados e Credores Fornecedores que tiveram seus créditos novados nos termos do PRJ de 2018.

85. Quanto à obrigação prevista na Cláusula 7.3 do PRJ, em 07.06.24, foi divulgado Fato Relevante informando o seguinte:

*“(...) Ainda, em observância ao disposto na Cláusula 7.3 do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado em Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 28 de maio de 2024 (“Plano”), nos termos do § único do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia e na forma do artigo 150 da Lei nº 6.404/76, a Companhia informa que o Conselho de Administração (i) nomeou, nesta data, os Srs. Renato Carvalho Franco, Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil e Paul Aronzon para substituírem as posições vacantes no Conselho de Administração da Companhia, cujas posses ocorreram nesta data e com efeitos imediatos; (ii) deliberou pela descontinuidade do Comitê de Estratégia e Inovação; (iii) transferiu o Sr. Marcos Grodetzky do Comitê de Gente, Nomeações e Governança Corporativa para o Comitê de Operações e Finanças, assumindo a posição de coordenador; e (iv) nomeou os Srs. Renato Carvalho Franco e Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil para integrar o Comitê de Gente, Nomeações e Governança Corporativa; o Sr. Renato Carvalho Franco para integrar o Comitê de Operações e Finanças; e os Srs. Paul Aronzon e Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil para integrar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controles.*

*Dessa forma, o Comitê de Auditoria, Riscos e Controles passa a ser composto pelos seguintes membros, todos conselheiros independentes:*

*Membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Controles*

- *Henrique José Fernandes Luz (Coordenador)*
- *Marcos Grodetzky*
- *Paul Aronzon*
- *Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil (...)*

A íntegra do Comunicado ao Mercado pode ser acessada em



<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/9f331552-56e0-2e0d-2b23-a0154eb828d1?origin=1>

86. Ainda no contexto da cláusula 7.3 do PRJ, foi divulgado o Fato Relevante de 11 de dezembro de 2024, conforme segue abaixo:

*“(...) Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Assembleia Geral realizada nesta data, foram eleitos os Srs. Francisco Roman Lamas Mendez-Villamil, Marcelo José Milliet, Paul Aronzon, Paul Murray Keglevic, Raphael Manhães Martins, Renato Carvalho Franco e Scott David Vogel, como membros do Conselho de Administração da Companhia, em cumprimento à Cláusula 7.3.1 do Plano de Recuperação Judicial, todos conselheiros independentes e com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.”*

A íntegra do Fato Relevante pode ser acessada em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/70e3b729-2ea6-f7ce-67aa-465c8b9aef95?origin=1>

87. E, ainda, o Fato Relevante de 12 de dezembro de 2024, conforme segue abaixo destacado:

*“(...) Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi” ou “Companhia”) em continuidade ao Fato Relevante de 11 de dezembro de 2024, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, no contexto da implementação da nova governança prevista no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, iniciada a partir da eleição do novo Conselho de Administração na Assembleia Geral realizada em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração se reuniu nesta data para (i) nomear seu Presidente e VicePresidente; (ii) destituir os atuais membros da Diretoria Estatutária da Companhia e eleger novos membros; e (iii) aprovar alterações nos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e eleger os seus novos membros. Assim, foram nomeados os Srs. Paul Aronzon e Francisco Roman Lamas MendezVillamil para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente. Como Diretores Estatutários, foram eleitos os Srs. Marcelo José Milliet*



como Diretor Presidente e de Relações com Investidores, o Sr. Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar como Diretor de Finanças e o Sr. Fábio Wagner como Diretor Jurídico. Os currículos resumidos dos novos membros da Diretoria Executiva estão descritos no Anexo I a este Fato Relevante, ficando também disponíveis no item 7 do Formulário de Referência da Companhia. ”

A íntegra do Fato Relevante pode ser acessada em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/9f85d0a0-8b48-e3bb-e50e-c49c1cdec2e0?origin=1>

88. No que tange à reestruturação dos créditos, a Administração Judicial pontua que parcela significativa dos credores receberá seus créditos depois do prazo de supervisão judicial.

89. Em atenção ao seu dever de fiscalização, esta Administração Judicial Conjunta disponibiliza abaixo, a planilha ilustrativa das obrigações que venceriam no mês de janeiro de 2026 e o respectivo status:

| PRJ            | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | RESPONSÁVEL  | PRAZO                          | STATUS                                         | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------------------------|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cláusula 3.1.2 | O Grupo Oi deverá (i) promover a alienação dos bens listados nos Anexos 5.2.1(iii)(a) e 5.2.1(iii)(b), nos termos da Cláusula 4.2.9.6.; (ii) promover a alienação dos Imóveis; (iii) tomar as medidas necessárias para alienar ou Onerar os ativos eventualmente recebidos pela Oi como parte do pagamento do | Recuperandas | A partir de 31 de maio de 2024 | (i), (iii) e (iv) Concluídos (ii) Em andamento | (i) A alienação dos bens listados nos Anexos 5.2.1(iii)(a) e 5.2.1(iii)(b), nos termos da Cláusula 4.2.9.6, foi concluída. Nesse sentido, em 18/10/2024, a Companhia celebrou junto à American Tower do Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A. o Contrato de Compra e Venda de Torres, Ações e Outras Avenças, com a conclusão da alienação e transferência dos itens de infraestrutura e da SPE Imóveis Selecionados em 02/12/2024 e 26/12/2024, respectivamente. Com relação à SBA Torres Brasil Ltda., a Companhia celebrou, no dia 08/11/2024, o Contrato de Compra e Venda de Torres, Ações e Outras Avenças, com a |



| PRJ | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                                                                | RESPONSÁVEL | PRAZO | STATUS | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|     | preço de aquisição no âmbito do Procedimento Competitivo para a alienação da UPI ClientCo; (iv) promover processos organizados de alienação para a UPI ClientCo, nos termos da Cláusula 5.2 e seguintes. |             |       |        | <p>conclusão da alienação e transferência da SPE Imóveis e Torres selecionadas em 06/02/2025. Além disso, no dia 27/12/2024, a Companhia celebrou com a IHS Brasil – Cessão de Infraestruturas S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, com a conclusão da alienação e transferência da SPE Imóveis e Torres selecionadas em 13/03/2025. Com relação aos Acervos Imóveis Selecionados transferidos às SPEs alienadas, resta a Oi a obrigação de outorgar as respectivas escrituras definitivas tendo em vista que as SPEs foram constituídas com os créditos das promessas de compra e venda dos imóveis.</p> <p>(ii) Plano de venda de imóveis em andamento.</p> <p>(iii) Com a implementação da alienação da UPI ClientCo, a V.tal se tornou detentora da totalidade das ações da ClientCo, em contrapartida à: (a) dação em pagamento, pela V.tal à Oi, de 300.873.650 debêntures emitidas por meio da 13ª emissão de debêntures da Oi, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 13ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial (“Debêntures DIP ClientCo”), no valor de R\$ 334.011.011,11, em contrapartida à aquisição de ações de emissão da ClientCo representativas de 5,844% do capital social da ClientCo; (b) dação em pagamento, pela V.tal</p> |



| PRJ | OBRIGAÇÃO | RESPONSÁVEL | PRAZO | STATUS | OBSERVAÇÃO<br>RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-----|-----------|-------------|-------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|     |           |             |       |        | <p>à Oi, de parte do crédito de caráter extraconcursal da Companhia em face da Oi, decorrente de certos custos de conexão de casas conectadas incorridos no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa de Meios de Rede FTTH em Regime de Exploração Industrial para Serviço de Transmissão de Dados em Alta Velocidade e Conexão Dedicada à Internet, celebrado em 9 de junho de 2022, entre a Companhia, na qualidade de cedente, e a Oi, na qualidade de cessionária (“Parcela dos Créditos Extraconcursais FTTH CC”), no valor total atualizado de R\$ 381.751.205,54 em contrapartida à aquisição de ações de emissão da ClientCo representativas de 6,679% do capital social da ClientCo; (c) emissão, pela V.tal, de 4.760.900.003 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da V.tal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, no valor de R\$ 4.999.737.931,35 (“Ações V.tal da Contribuição”), as quais foram integralmente subscritas pela Oi e integralizadas mediante a contribuição, pela Oi à V.tal, das Ações ClientCo Contribuídas. Após as operações previstas acima, a Oi e suas afiliadas passaram a deter ações representativas de 27,5% do capital social votante e total da V.tal;</p> <p>(iv) Em 25/09/2024, foi realizada a audiência para abertura das propostas fechadas recebidas na 2ª rodada do processo competitivo para alienação da UPI ClientCo. Durante a audiência, verificou-se a existência de apenas uma</p> |



| PRJ | OBRIGAÇÃO | RESPONSÁVEL | PRAZO | STATUS | OBSERVAÇÃO<br>RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-----|-----------|-------------|-------|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|     |           |             |       |        | proposta fechada feita pela V.Tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A, com interveniência da BGC Fibra Participações S.A. para aquisição total da UPI ClientCo. Em 08/10/2024, a Administração Judicial, nos termos do Plano, informou sobre a aprovação da proposta revisada pelos Credores Opção de Reestruturação I e pelos Credores da Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I, assim como sobre os pedidos de esclarecimentos formulados por esses credores acerca de determinados pontos da proposta. Em 17/10/2024, em cumprimento à cláusula 5.2.2.1.5 do Plano, a Administração Judicial juntou, aos autos da RJ, o conjunto de documentos referente à Alienação da UPI ClientCo 2ª Rodada, composto pela proposta de aquisição, pela solicitação de esclarecimentos feita pelos referidos credores e pelos esclarecimentos prestados pela proponente. Na mesma oportunidade, opinou pela homologação da proposta. Em 29/10/2024, o Ministério Público apresentou parecer informando que não se opõe ao pedido de homologação da proposta para aquisição da UPI ClientCo. A proposta apresentada pela V. Tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. para aquisição da UPI ClientCo foi homologada por meio de decisão publicada no Diário de Justiça Eletrônico do TJRJ em 07/11/2024. Além disso, conforme permitido pela Cláusula 5.2.2.1.5(v) do Plano de Recuperação Judicial, os |



| PRJ              | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                      | RESPONSÁVEL  | PRAZO                                   | STATUS       | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-----------------------------------------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  |                                                                                                                                                |              |                                         |              | Credores Opção de Reestruturação I e os Credores da Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I deliberaram e aprovaram a extensão da data limite para fechamento da alienação UPI ClientCo para 28/02/2025, quando foi concluída a operação, mediante a celebração junto à V. Tal - Rede Neutra de Telecomunicações S.A. e outros do Acordo de Investimento e Outras Avenças, com a conclusão da alienação e transferência da UPI ClientCo na mesma data. Carta de Arrematação da UPI TV por Assinatura em 23.5.2025 (fls. 111.719) e Client Co em 28.5.2025 (fl. 111.938).                                                                                       |
| Cláusula 3.1.5   | Imediato levantamento do valor integral dos Depósitos Judiciais que não tenham sido utilizados para pagamentos, nas formas previstas no Plano. | Recuperandas | A partir de 31 de maio de 2024          | Em andamento | Com a homologação do Plano da 2ª RJ, as providências para levantamento dos depósitos judiciais seguem sendo adotadas, em linha com o que já vinha sendo feito no âmbito da 1ª RJ, com respaldo nas diversas decisões do Juízo Recuperacional sobre a possibilidade de levantamento de depósitos pelas Recuperandas. Apesar da iniciativa do Grupo Oi, os levantamentos estão sempre sujeitos a decisões proferidas pelos juízos onde os depósitos foram realizados, os quais, em muitas hipóteses, se recusam a dar cumprimento ao disposto no Plano. Nessas situações, são interpostos os recursos cabíveis pela Oi, como forma de permitir o levantamento desses depósitos. |
| Cláusula 4.2.8.2 | Pagamento dos Créditos oriundos de obrigações com natureza Take or                                                                             | Recuperandas | A partir de 31 de maio de 2024 e até 31 | Em andamento | Com relação à classe dos Credores Take or Pay, a companhia estava em tratativas amigáveis com os credores,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |



| PRJ              | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                                                         | RESPONSÁVEL  | PRAZO                           | STATUS       | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                  | Pay devidos entre 16 de fevereiro de 2025 e 31 de julho de 2027, após desconto de 62%.                                                                                                            |              | de julho de 2027                |              | desde março/25, para alongar os prazos de pagamentos. Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados novos pagamentos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Cláusula 4.2.9.3 | Pagamento de 20% dos valores devidos por serviços prestados e/ou locação de infraestrutura durante 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 aos Credores Take or Pay sem Garantia – Opção I | Recuperandas | A partir de 01 de julho de 2024 | Em andamento | Com relação à classe dos Credores Take or Pay, a companhia estava em tratativas amigáveis com os credores, desde março/25, para alongar os prazos de pagamentos. Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados novos pagamentos. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e |



| PRJ               | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                                                                       | RESPONSÁVEL  | PRAZO                           | STATUS       | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                   |                                                                                                                                                                                                                 |              |                                 |              | (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Cláusula 4.2.10.1 | Pagamento dos Créditos, líquidos e certos, devidos, de acordo com os respectivos contratos, entre 1º de fevereiro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 aos Credores Take or Pay sem Garantia, após desconto de 60%. | Recuperandas | A partir de 01 de julho de 2024 | Em andamento | Com relação à classe dos Credores Take or Pay, a companhia estava em tratativas amigáveis com os credores, desde março/25, para alongar os prazos de pagamentos. Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados novos pagamentos. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', |



| PRJ                | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                | RESPONSÁVEL  | PRAZO             | STATUS       | OBSERVAÇÃO<br>RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                    |                                                                                                                                          |              |                   |              | permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Cláusula 4.2.6(ii) | Pagamento dos Créditos de Fornecimento de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00. | Recuperandas | 25 de agosto 2024 | Em andamento | Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados os pagamentos das parcelas desde junho. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial. |



| PRJ                 | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                                                                               | RESPONSÁVEL  | PRAZO                  | STATUS       | OBSERVAÇÃO<br>RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------------|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cláusula 4.2.6.1    | Pagamento dos Créditos de Fornecimento de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros que optarem por receber a totalidade de seus respectivos Créditos de Fornecimento em uma única parcela, com desconto de 25%. | Recuperandas | 13 de setembro de 2024 | Concluído    | Todos os créditos de fornecimento de titularidade dos credores fornecedores parceiros <b>em parcela única com 25% de desconto</b> já foram quitados, com exceção (i) dos créditos decorrentes de retenção pelo não cumprimento de obrigações contratuais específicas, como autoriza a cláusula 4.11 do Plano; e (ii) dos casos que estão aguardando sentença                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Cláusula 9.3.4(iii) | Evento de Quitação III – Credores Fornecedores Parceiros                                                                                                                                                                | Recuperandas | ---                    | Em andamento | Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados os pagamentos das parcelas desde junho. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido |



| PRJ            | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                                          | RESPONSÁVEL         | PRAZO | STATUS       | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------|--------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                |                                                                                                                                                                    |                     |       |              | em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Cláusula 7.2.  | Encerramento das atividades do Watchdog no que se refere às atividades das Recuperandas                                                                            | Supervisor Judicial | ---   | Em andamento | As atividades de Watchdog se encerrarão após término das vendas de ativos. Sendo assim, eles permanecem com a prestação do serviço.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Cláusula 4.1.1 | Pagamento dos Créditos Trabalhistas Ilíquidos (i.e., ainda não reconhecidos ou habilitados na Data da Homologação), em cinco parcelas mensais iguais e sucessivas. | Recuperandas        | ---   | Em andamento | Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que o crédito em questão é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados os pagamentos das parcelas desde junho. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuará um pagamento igualitário de até de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) para cada credor Classe I, o que resultaria no pagamento integral de 1.825 créditos trabalhistas em atraso e no pagamento parcial de 532 créditos trabalhistas em atraso, permanecendo saldo em aberto aproximadamente de R\$ 104.702.869,72, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida |



| PRJ                 | OBRIGAÇÃO                                                                                                                                   | RESPONSÁVEL  | PRAZO               | STATUS    | OBSERVAÇÃO RECUPERANDAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                     |                                                                                                                                             |              |                     |           | em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Cláusula 4.2.6(iii) | Pagamento dos Créditos de Fornecimento de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00. | Recuperandas | 15 de julho de 2025 | A iniciar | O crédito em questão tinha sua previsão de pagamento a partir de agosto/2025 e é objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25. Soma-se a isso o fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações previstas no referido aditamento. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial. |

90. Na forma do Plano de Recuperação Judicial homologado, no mês de fevereiro de 2026, as Recuperandas teriam que cumprir obrigações no valor total de R\$ 90.627.236,84, sendo: (i) R\$ 66.435.220,93, decorrentes de 72 credores *Take or Pay*; e (ii) R\$ 24.192.015,91, decorrentes de 1402 credores trabalhistas, incluindo honorários advocatícios.

91. Além disso, cabe pontuar que, às fls. 126.653/126.655, este d. Juízo



deferiu pedido da Gestão Judicial de fls. 126.409, no sentido de autorizar a realização de rateio para pagamento do passivo concursal em atraso, no montante de R\$100 milhões.

92. Com base nas informações prestadas pelas Recuperandas, a AJ verificou que foram pagos 2.512 credores, de forma integral ou parcial, no valor total de R\$ 90.315.359,04.



## IX. DAS ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS – RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS DA A.J.

93. Por seu turno, buscando melhor aprofundar seu estudo de modo a abalizar a análise das atividades e da situação econômica das Recuperandas, a A.J. formulou alguns questionamentos às mesmas, que foram respondidos conforme segue abaixo (Doc. nº 01 e 02).

**1. Houve alguma alteração na estrutura societária e dos órgãos de administração do grupo? Caso positivo, favor esclarecer o motivo das alterações e enviar a(s) nova(s) estruturas do grupo.**

**R:** Não houve qualquer alteração na estrutura societária do grupo desde o protocolo do último RMA ocorrido em 24.02.26

Em 17/12/2025 e 19/12/2025, foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias das sociedades controladas/participadas da Oi S.A., com a finalidade de tomar conhecimento das renúncias apresentadas pelos Srs. Marcelo José Milliet e Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar aos cargos de Diretor Presidente e Diretor de Finanças, respectivamente, bem como de deliberar sobre a destituição do Sr. Fábio Wagner do cargo de Diretor sem designação específica. Na mesma oportunidade, foi deliberada a eleição do Sr. Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende para o cargo de único Diretor dessas Companhias. Não obstante ao exposto acima, Conforme determinado pelas decisões judiciais proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 10.11.2025 e 14.11.2025, a gestão judicial da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, Portugal Telecom Internacional Finance B.V. - Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial continuou a ser conduzida pelo Sr. Bruno Rezende e a gestão judicial das subsidiárias Serede – Serviços de Rede S.A. e Brasil Telecom Call Center S.A.- Em Recuperação Judicial continuou a ser conduzida pela Sra. Tatiana Binato.

**2. Em caso de alterações, favor detalhar as atividades exercidas por cada uma das Recuperandas, por suas controladas e coligadas, indicadas no organograma, e a inter-relação entre elas.**

**R:** Sem alterações das atividades exercidas.

**3. Favor descrever, em um breve resumo, as operações das Recuperandas nos últimos 30 (trinta) dias, apontando as eventuais alterações nas atividades ocorridas no período, e eventuais impactos internos e externos.**



R: A dinâmica operacional das Recuperandas segue em linha com a descrição na pergunta “33”.

**4. Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos? Caso positivo, favor esclarecer o motivo da alteração e os impactos internos e externos.**

**Obs. A resposta deve considerar os imóveis vendidos pelas recuperandas.**

R: Não houve alteração material na base de estabelecimentos da Companhia desde o RMA protocolado em 08/08/25.

**5. Favor apresentar listar o nome de todos os acionistas que detenham mais de 5% do capital social das empresas em recuperação judicial, indicando a participação de cada um deles.**

R: A PIMCO alienou a totalidade das suas ações ordinárias de emissão da Oi S.A e, a partir de 25/11/2025, deixou de ser acionista da Companhia.

**6. Favor listar o nome e CNPJ de todas as sociedades controladas e coligadas, informando o endereço de suas sedes, a participação detida pelas recuperandas em cada uma delas, previsão de recebimento de Dividendos/JCP ou outro tipo de remuneração.**

**R: Oi S.A. – Em Recuperação Judicial** – CNPJ nº 76.535.764/0001-43, com sede e principal estabelecimento na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070;

**PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V. – Em Recuperação Judicial -** 34108060, com sede em Delflandlaan 1 (Queens Tower), Office 916, 1062 EA, Amsterdam, Holanda, e principal estabelecimento na Cidade do Rio de Janeiro;

**OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. – Em Recuperação Judicial** – 52578518, com sede em Delflandlaan 1 (Queens Tower), Office 916, 1062 EA, Amsterdam, Holanda, e principal estabelecimento na Cidade do Rio de Janeiro;

**BRASIL TELECOM CALL CENTER S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** – CNPJ nº 04.014.081/0001-30, com sede na Rodovia BR153, Km 06, S/N, Bloco 03 – Vila Redenção – Goiânia, Goiás, CEP 74.845-090;

**COMPANHIA AIX DE PARTICIPAÇÕES** – CNPJ nº 04.430.599/0001-54, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, Cj. 191, Sala 02, Vila Olímpia, São Paulo, CEP 04.547-006;

**COMPANHIA ACT DE PARTICIPAÇÕES** – CNPJ nº 04.430.578/0001-39, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, Cj. 191, Sala 02, Vila Olímpia, São Paulo, CEP 04.547-006;



**CVTEL B.V.** – 34288443, com sede em Delflandlaan 1 (Queens Tower), Office 916, 1062 EA Amsterdam;

**OI SOLUÇÕES S.A.** – CNPJ nº 09.719.875/0001-12; com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, Conjunto 82, Vila Gertrudes, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.707-910;

**PAGGO SOLUÇÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A.** – CNPJ nº 09.311.289/0001-34; com sede na rua Alameda Xingu 512, 23º Andar, Sala 23.1, Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-030;

**PT PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A.** (companhia com sede em Portugal) – 508338760, com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, nº 19, 1º andar direito, na freguesia de Avenidas Novas, concelho de Lisboa, 1050-020 Lisboa;

**RIO ALTO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** – CNPJ nº 11.973.206/0001-14; com sede na rua Beneditinos, nº 23, 2º andar, Sala 205, Centro, Rio de Janeiro, CEP 80420-000;

**SEREDE SERVIÇOS DE REDE S.A.** – CNPJ nº 08.596.854/0001-94, com sede na Rua Teodoro da Silva, nº 707, 3º andar, Vila Isabel, na Cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro, CEP nº 20560-060;

**V. TAL - REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.** – CNPJ nº 02.041.460/0001-93, com sede na Rua Casa do Ator, nº 919, Vila Olimpia, São Paulo, CEP 04.546-003; e **LIMITED LIABILITY COMPANY “VEX UKRAINE”** (empresa com sede na Ucrânia) – 36283661, com sede em 04053, Kyiv, 23 Observatorna Street, apt. 17.

oi services S.A. - CNPJ/MF nº 53.420.538/0001-11; com sede na Rua Correa Vasques, nº 69, 3º andar, sala 301, Cidade Nova, CEP: 20211-140, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro;

**MAREA SERVIÇOS S.A.** - CNPJ/MF nº 54.104.224/0001-72; com sede na Rua Correa Vasques, nº 69, 3º andar, sala 304, Cidade Nova, CEP: 20211-140, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

Com relação ao valuation, a Companhia não dispõe de valuation de suas empresas controladas e coligadas por CNPJ. Não há previsão de distribuição de dividendos e JCP até o fechamento deste relatório.

**7. Favor informar se as recuperandas já receberam distribuição de lucros, dividendos, JCP ou qualquer outro tipo de bonificação da sociedade V. Tal, informando os valores recebidos e respectivo período. Informar também se há expectativa de recebimento de tais verbas.**

**R:** Não houve recebimento de dividendos, JCP ou outro tipo de bonificação referente ao investimento na Vtal desde o início da participação da Oi na Vtal em jul/22.



**8. Informar se a prestação dos serviços essenciais COLR, Tridígito e de Interconexão estão sendo regularmente prestados, ou se, em razão de suspensão de prestação de serviços de terceiros, houve falha ou interrupção da prestação em alguma localidade?**

**R:** Os serviços estão sendo regularmente prestados.

- COLR: A base atual de localidades COLR está em 6.571 (sendo originalmente 10.650), devido às descaracterizações de localidades reconhecidas pela Anatel desde a celebração do Termo de Autocomposição.
- Tridígitos: 99,8% dos serviços migrados para topologia de rede modernizada.
- Interconexão: 100% dos serviços migrados para solução em SIP (atualização tecnológica), sem maiores intercorrências.

**9. Informar se houve algum fato relevante nas atividades das empresas controladas COMPANHIA AIX DE PARTICIPAÇÕES, BRASIL TELECOM CALL CENTER S/A; COMPANHIA ACT DE PARTICIPAÇÕES, CVTEL B.V., PAGGO SOLUÇÕES E MEIOS DE PAGAMENTO S.A., PT PARTICIPAÇÕES SGPS S.A., RIO ALTO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., LIMITED LIABILITY COMPANY “VEX UKRAINE”, Client Co Serviços de Rede Norte S.A. e MAREA SERVIÇOS S.A. interferem nos negócios core ou se estão vinculadas apenas à atividade legada.**

**R:** Em 31 de janeiro de 2026, o Contrato de Prestação de Serviços de Transição (“TSA”) firmado entre a ClientCo. Serviços de Rede Norte S.A. (“Oi Services”) e a ClientCo. Serviços de Rede Nordeste (“ClientCo”), empresa adquirida pela V. Tal em 28 de fevereiro de 2025, foi encerrado na forma da cláusula 9.1. e seguintes do TSA.

**10. Favor apresentar a relação atualizada de todos os diretores/administradores de cada empresa Recuperanda, bem como informar os pagamentos realizados aos referidos diretores/administradores em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.**

**R:** Em virtude da Decisão Judicial de Afastamento de 30.09.2025, os Srs. Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende e Tatiana Binato foram nomeados pelo Juízo da Recuperação Judicial para realizar o processo de transição dos serviços públicos essenciais prestados pela Oi e subjacentes e intervir, em parte, no Grupo Oi (Oi, Oi Coop e PTIF) e nas subsidiárias Brasil Telecom Call Center S.A. e Serede – Serviços de Rede S.A., respectivamente, atuando como gestores responsáveis pela manutenção das empresas

**11. Favor apresentar a relação atualizada dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal de cada recuperanda, caso existente, fornecendo: (i) o**



**contato dos atuais membros; e (ii) os pagamentos realizados aos referidos membros em dezembro de 2025 e janeiro de 2026.**

**R:** Os membros do Conselho Fiscal da Oi estão listados no item 7 do Formulário de Referência da Companhia.

**12. Pedimos informar os fatos relevantes, bem como eventuais comunicados divulgados após o último informado no RMA anterior.**

**R:** Em 24 de fevereiro de 2026, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos acionistas e ao mercado em geral que, em 23.02.2026, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos autos do processo de recuperação judicial nº 0090940-03.2023.8.19.0001, deferiu requerimento formulado pela Gestão Judicial do Grupo Oi, autorizando a realização da 2ª rodada de leilão reverso destinado ao pagamento de créditos de natureza extraconcursal, vencidos até 31.01.2026 (“2ª Rodada Leilão Reverso”).

Para acessar o Comunicado ao Mercado na íntegra, [clique aqui](#):

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional, o edital de 2ª rodada do leilão reverso para pagamento de créditos extranconcursais vencidos até 31 de janeiro de 2026, mediante o oferecimento de desconto mínimo (“Edital de 2ª Rodada do Leilão Reverso”), expedido nos autos do processo de recuperação judicial de nº 0090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro.

Para acessar o Comunicado ao Mercado na íntegra, [clique aqui](#):

Em 04 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que, em 03 de março de 2026, tomou conhecimento da sentença arbitral parcial proferida nos autos do processo arbitral nº 26470/PFF/RLS, em trâmite perante a Corte Internacional de Arbitragem da CCI, movido pela Companhia contra a Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), envolvendo controvérsias oriundas do agora extinto Contrato de Concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado (“Contrato” ou “Concessão”).

A Oi pleiteia o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e a insustentabilidade econômica da Concessão, com pedidos de indenização da



ANATEL pelos prejuízos decorrentes da não recomposição do equilíbrio econômico financeiro e da insustentabilidade econômica da Concessão. Com relação aos pedidos de indenização envolvendo o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a Companhia informa que foi integralmente deferido o pleito da Oi acerca da não incidência de Preclusão para discussão da matéria e comunica que foi decidida a incidência parcial da prescrição nos eventos desequilibrantes pleiteados pela Oi. O Tribunal Arbitral, por sua vez, julgou improcedente o pleito de reconhecimento da insustentabilidade econômica da Concessão, e o pleito indenizatório da Oi associado à referida insustentabilidade.

Para acessar o Fato Relevante na íntegra, [clique aqui](#):

Em 05 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, foi realizada a audiência para abertura das propostas fechadas recebidas no contexto do processo competitivo para alienação da unidade produtiva isolada (UPI), a ser constituída com 100% (cem por cento) da participação detida pela Companhia e sua subsidiária integral Rio Alto Investimentos e Participações S.A. na V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (“UPI V.tal”), quando verificou-se a existência de apenas uma proposta, abaixo do preço mínimo estabelecido no item 2 do edital de alienação da UPI V.tal publicado em 03.02.2026 (“Edital”). Diante desse cenário, conforme previsto no item 2.2 do Edital, o Juízo da Recuperação Judicial suspendeu a referida audiência para que a Administração Judicial possa submeter a proposta apresentada para aquisição da UPI V.tal à análise e deliberação dos Credores Opção de Reestruturação I, nos termos e prazos previstos na Cláusula 5.2.2.2.4 do Plano de Recuperação Judicial, observada a necessidade de prévio e expreso consentimento dos Terceiros Novo Financiamento, caso configurada a hipótese prevista na Cláusula 5.2.2.2.5 do Plano de Recuperação Judicial.

Para acessar o Fato Relevante na íntegra, [clique aqui](#).

Em 10 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante, informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 09 de março de 2026, foi proferida decisão judicial nos autos do processo nº 090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, que (i) aprovou a publicação de edital para alienação judicial de uma unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta de ativos do Grupo Oi relativos à operação de serviços que compreende, dentre outros, (a) a prestação de serviços telefônicos fixos comutados (STFC); (b) a continuidade de prestação de serviços de voz fixa por meio de acessos coletivos e individuais nas



6.571 localidades onde a Oi é Carrier of Last Resort (“COLR”) até dezembro de 2028; (c) a prestação de serviços de tridígito (números únicos de utilidade pública), i.e., 190, 192 e 193; (d) interconexões; (e) infraestrutura de torres (mastros, postes, cavaletes, bases, cabeamento e ativos correlatos); (f) a prestação de serviços e manutenção de telefones de uso público; além (g) da base de clientes, dos contratos de trabalho e dos contratos com fornecedores relativos ao cumprimento dos serviços objeto desta UPI, dos equipamentos terminais associados e demais ativos, direitos e obrigações relacionados à referida operação (“UPI Serviços Telefônicos”); e (ii) designou audiência para abertura de propostas fechadas para alienação da UPI Serviços Telefônicos por meio de processo competitivo judicial para o dia 8 de abril de 2026, às 15h.

Para acessar o Fato Relevante na íntegra, [clique aqui](#):

Em 11 de março de 2026, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, foi publicado, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, o edital de alienação judicial da unidade produtiva isolada (UPI) a ser composta de ativos do Grupo Oi relativos à operação de serviços telefônicos (a “UPI Serviços Telefônicos”), por meio de processo competitivo mediante a apresentação de propostas fechadas, com fundamento no inciso IV do artigo 142 da Lei nº 11.101/2005 (“Edital”).

Para acessar o Comunicado ao Mercado na íntegra, [clique aqui](#):

Em 16 de março de 2026, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, após parecer favorável do Ministério Público (ID 259495979), foi proferida pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital (“Juízo da Recuperação Judicial”), nos autos do processo nº 0892154- 25.2025.8.19.0001, sentença que convolou a recuperação judicial da Serede – Serviços de Rede S.A. (“Serede”), subsidiária integral da Companhia, em falência, com a manutenção da Sra. Tatiana Binato de Castro Sociedade Individual de Advocacia na função de administrador judicial (“Sentença de Falência”). A referida sentença baseou-se na inoccorrência de modificação na situação fática da Serede exposta pela sua Administração Judicial, desde a antecipação dos efeitos da falência decretada pelo Juízo da Recuperação Judicial em 23/12/2025.

Para acessar o Comunicado ao Mercado na íntegra, [clique aqui](#):



Em 17 de março de 2026, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 16 de fevereiro de 2026, foi divulgada, nos autos da Recuperação Judicial de nº 0090940-03.2023.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Estado do Rio de Janeiro (“Recuperação Judicial”), a relação dos credores vencedores do Segundo Leilão Reverso destinado ao pagamento de créditos extranconcursais vencidos até janeiro de 2026 (“Propostas Vencedoras Segundo Leilão Reverso”), na forma do edital leilão reverso publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional em 27 de fevereiro de 2026 (“Edital Segundo Leilão Reverso”).

Para acessar o Comunicado ao Mercado na íntegra, [clique aqui](#):

Em 17 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em decorrência dos impactos nas demonstrações financeiras resultantes dos eventos relacionados à recuperação judicial e ao status dos processos competitivos em curso relacionados às vendas de ativos já anunciadas, que impactam a elaboração do relatório de gestão a ser apresentado pelo Administrador Judicial ao Juízo da Recuperação Judicial até o dia 20 de abril de 2026, nos termos art. 65, da Lei nº 11.101/05, será necessário prazo adicional para a conclusão dos trabalhos de elaboração das Informações Trimestrais referentes a 30 de setembro de 2025 (3º ITR 2025) e 31 de dezembro de 2025 (DFP 2025).

Para acessar o Fato Relevante na íntegra, [clique aqui](#):

**13. Quantas contratações ou demissões ocorreram nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026.? Qual é o número de empregados atual das Recuperandas? Favor identificar o número de funcionários CLT e Pessoas Jurídicas.**

**R:** Sim, considerando que a Oi (Controladora) é a única empresa operacional, e essas movimentações em suas subsidiárias Recuperandas não são materiais, fazemos referência aos números da Oi (Controladora). Entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, foram 94 contratações e 34 demissões. Ao final do período, a Companhia tinha 1.680 colaboradores CLT e 0 funcionários Pessoas Jurídicas.

|  |       |
|--|-------|
|  | Total |
|--|-------|



|                                       |       |
|---------------------------------------|-------|
| Colaboradores CLT (início do período) | 1.669 |
| Contratações                          | 94    |
| Demissões                             | 34    |
| Colaboradores CLT (fim do período)    | 1.680 |

Observação: movimentos de colaboradores decorrentes de decisões judiciais não são contabilizados nas contratações ou demissões, mas possuem impacto sobre o total de empregados.

**14. Diante do atual cenário de desinvestimento da Companhia, quais medidas podem ser implementadas para a redução do quadro de colaboradores? Favor esclarecer os impactos de tais medidas no fluxo de caixa mensal, bem como os valores necessários para a implantação.**

**R:** Diante do atual cenário de desinvestimentos, mas ao mesmo tempo de preservação da continuidade operacional da Companhia, estamos construindo cenários de redução da estrutura organizacional, mediante a revisão e simplificação de processos, racionalização de custos e redução do quadro de colaboradores. Neste momento são analisadas alternativas para alinhar a estrutura de custos de pessoal ao patamar atual de geração de receita da Cia, assegurando a manutenção das atividades essenciais e a mitigação de riscos à continuidade do negócio. Eventuais medidas serão implementadas somente após a validação de um dos cenários em estudo e a definição de um plano de ação estruturado, quando os impactos estimados e os recursos necessários poderão ser oportunamente apresentados.

**15. Favor informar os números de empregos indiretos gerados com as operações das Recuperandas nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026.**

**R:** Seguindo a mesma consideração da pergunta anterior, ao final do mês de dezembro a Oi (Controladora) possuía aproximadamente 10.747 colaboradores indiretos, incluindo as subsidiárias do Grupo, como Tahto (5.705), além de 5.042 colaboradores em diversos fornecedores parceiros. Quanto à Serede, com a decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 23 de dezembro de 2025, autorizando que a Administradora Judicial promovesse as rescisões dos contratos de trabalho, em colaboração com os sindicatos da categoria profissional, o número de empregados desta subsidiária foi reduzido a zero.



Observação: a visão de fornecedores parceiros desconsidera o total de colaboradores da V.tal.

16. Queiram as recuperandas apresentar a relação de todos os imóveis alienados, desde o deferimento do processamento da recuperação judicial, contendo as seguintes informações: a) identificação completa do imóvel com endereço e matrícula, b) data da alienação, c) modalidade da alienação (p.ex. venda direta, venda judicial, dação em pagamento etc.), d) valor da alienação, e) receita líquida auferida com a alienação, detalhando as despesas incidentes sobre a operação, e, f) destinação do valor (operação da recuperanda ou pagamento de credores, indicando neste caso o beneficiário).

R: Relação dos imóveis alienados segue no anexo “21 - Imoveis Alienados” considerando a data de 01/03/2023.

17. Queiram as recuperandas apresentar a relação de todos os demais ativos alienados, desde o deferimento do processamento da recuperação judicial, contendo as seguintes informações: a) identificação completa do ativo alienado, b) data da alienação, c) modalidade da alienação (p.ex. venda direta, venda judicial, dação em pagamento etc.), d) valor da alienação, e) receita líquida auferida com a alienação, detalhando as despesas incidentes sobre a operação, e, f) destinação do valor (operação da recuperanda ou pagamento de credores, indicando neste caso o beneficiário).

R: A tabela contendo a relação dos ativos alienados desde o deferimento do processamento da RJ da companhia, a saber 16/03/2023 segue abaixo:

| UPIs/Empresas     | Ativo alienado                                                              | Data da alienação | Modalidade da alienação                                     | Valor da alienação        | Valor Aferido com Alienação | Racional diferença entre valores                                                                                                                                                                        | Destinação do valor             |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------|---------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Lemvig            | Transferência das Ações da UPI 8000 itens de infraestrutura (torres da fba) | 12/07/2023        | Leilão judicial                                             | R\$ 1.088.000.000,00      | R\$ 905.090.762,47          | Retenção para auditoria, retenção Escrow, capital de giro                                                                                                                                               | Atividades operacionais da Cia. |
| ClientCo Nordeste | Compra e Venda e Contribuição de Ações                                      | 28/02/2025        | Leilão judicial                                             | R\$ 5.715.000.000,00      | R\$ 5.715.000.000,00        | -                                                                                                                                                                                                       | Atividades operacionais da Cia. |
| OiTV              | UPI DTH e IPTV                                                              | 28/02/2025        | Leilão judicial                                             | R\$ 30.000.000,00         | R\$10.000.000,00            | Valor variável à vendedom, calculado com base no número de assinantes ativos após 720 dias da data de fechamento, podendo variar entre R\$ 6,67 milhões e R\$ 20 milhões conforme faixas de assinantes. | Atividades operacionais da Cia. |
| Pharol            | Venda dos 10% da Pharol                                                     | 05/06/2024        | Venda direta                                                | € 3,857,437.44            | € 3,857,437.44              | -                                                                                                                                                                                                       | Atividades operacionais da Cia. |
| UPI SBA           | Alienação de 677 torres do portfólio GUARANI e 139 imóveis                  | SPA - 08/11/2024  | Alienação de UPI diretamente com o credor                   | R\$ 40.000.000,00         | R\$ 40.000.000,00           | -                                                                                                                                                                                                       | Quitação ao credor SBA          |
| UPI IHS           | Alienação de 1.562 torres do portfólio GUARANI e 186 imóveis                | SPA - 27/12/2024  | Alienação de UPI diretamente com o credor                   | R\$ 40.000.000,00         | R\$ 40.000.000,00           | -                                                                                                                                                                                                       | Quitação ao credor SBA          |
| UPI ATC           | Alienação de 575 torres do portfólio GUARANI e 97 imóveis                   | SPA - 18/10/2024  | > Emissão de Notas Fiscais das torres diretamente ao credor | R\$ 40.000.000,00 (UPI)   | R\$ 40.000.000,00 (UPI)     | -                                                                                                                                                                                                       | Quitação ao credor ATC          |
|                   |                                                                             |                   | > Alienação de UPI diretamente com o credor                 | R\$ 1.000.000,00 (Torres) | R\$ 1.000.000,00 (Torres)   | -                                                                                                                                                                                                       |                                 |



18. Informar o valor total obtido com a venda de imóveis que está disponível para o pagamento dos credores, na forma do PRJ e da cascata de pagamentos, informando se já foi efetuado pagamento aos mesmos a partir de tais recursos, indicando os beneficiários e valores recebidos.

R: O valor atualmente retido na Conta Retenção Imóveis é de R\$ 35.729.859,81. Até o presente momento, ainda não houve liberação dos valores retidos aos credores para o pagamento das obrigações garantidas.

19. Discriminar todos os imóveis alienados aos credores SBA, IHS e ATC, identificando os imóveis ainda não transferidos, esclarecendo os motivos de ainda não ter sido efetivada a transferência.

R: O processo de dação dos imóveis para os credores SBA, IHS e ATC está sendo operacionalizado. Atualmente, mais de 50% dos imóveis já foram transferidos para os credores SBA e ATC. IHS em processo de operacionalização para escriturar 42%, A recuperanda realiza reuniões semanais de acompanhamento operacional e providências com os credores para atendimento ao prazo de 30/12/25. Na planilha anexa consideramos a lista principal e lista auxiliar para caso de necessidade de substituição.

Abaixo resumo e anexo planilha, (25 - Relatório Dação - 27.10.2025) individual por credora. Adicionalmente, informamos que os credores possuem acesso online ao sistema desenvolvido para controle individualizado dos imóveis.

RESUMO DAÇÕES - Lista Principal

| ATC                                          |             |                   |                    |
|----------------------------------------------|-------------|-------------------|--------------------|
| Status                                       | Qtd imóveis | Valor Imóveis     | Percentual valores |
| Em processo de regularização – Incorporações | 33          | R\$ 8.637.000,00  | 21,5%              |
| Aguardando CND Municipal                     | 8           | R\$ 2.125.700,00  | 5,3%               |
| Escritura Dação, aguardando registro         | 56          | R\$ 29.487.300,00 | 73,3%              |
| Total Geral                                  | 97          | R\$ 40.250.000,00 | 100%               |

| IHS    |             |               |                    |
|--------|-------------|---------------|--------------------|
| Status | Qtd imóveis | Valor Imóveis | Percentual valores |



|                                              |     |                      |       |
|----------------------------------------------|-----|----------------------|-------|
| Em processo de regularização – Incorporações | 126 | R\$<br>23.136.000,00 | 57,8% |
| Aguardando CND Municipal                     | 60  | R\$<br>16.865.000,00 | 42,2% |
| Total Geral                                  | 186 | R\$<br>40.001.000,00 | 100%  |

| SBA                                          |             |                      |                    |
|----------------------------------------------|-------------|----------------------|--------------------|
| Status                                       | Qtd imóveis | Valor Imóveis        | Percentual valores |
| Em processo de regularização – Incorporações | 61          | R\$<br>17.597.175,00 | 43,6%              |
| Aguardando CND Municipal                     | 14          | R\$<br>2.219.500,00  | 5,5%               |
| Escritura Dação, aguardando registro         | 64          | R\$<br>20.541.025,00 | 50,9%              |
| Total Geral                                  | 139         | R\$<br>40.357.700,00 | 100%               |

**20. Favor informar se as recuperandas alienaram direitos creditórios nos últimos 30 dias, informando o valor do crédito cedido e o valor recebido em pagamento, bem como o nome do cessionário e o processo de origem.**

R: Não houve novos direitos creditórios alienados nos últimos 30 dias.

**21. Favor informar os valores estimados dos direitos creditórios detidos pelas Recuperandas e ainda não alienados, indicando, quando for o caso, o número do processo judicial/administrativo de cobrança.**

R: Até a decisão proferida pelo d. Juízo da Recuperação Judicial, em 30.09.25, a companhia estava empenhada na antecipação de recebíveis relacionados uma série de processos judiciais, cobrança e administrativos, dentre os quais exemplificamos com os principais abaixo. Esclarecemos que, por se tratar de créditos junto a órgãos governamentais, não há como se fazer uma previsão assertiva quanto aos valores a serem recebidos.

Os principais processos são: (i) Contas a Receber da Prestação de Serviços ao Poder Público de Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais; (ii) Ação Judicial para levantamento de depósitos judiciais realizados em ação tributária com desfecho favorável (Estado de SC); (iii) Levantamento de depósitos judiciais



realizados no âmbito dos processos PEX (Planos de Expansão), (iv) União Federal – Compensação PASEP - Ação Anulatória: nº 0019259-31.2008.4.02.5101.

**22. Informar se houve alguma atualização referente a previsão para a liberação dos recursos retidos em razão da venda das ações da UPI 8000 (R\$ 182.909.237,53) e DTH e IPTV.**

**R:** Em agosto de 2025 houve a entrada de recursos obtidos com a venda de equipamentos e base de clientes da operação WLL para a Datora Telecomunicações Ltda., no valor de R\$4,4milhões. Sem fatos novos desde então.

**23. As Recuperandas pagaram dividendos ou distribuíram lucro aos seus sócios/acionistas/diretores/executivos nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026? Houve alguma retirada a título de pró-labore, desembolsos ou reembolsos de despesas pelos sócios/diretores/executivos nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026? Em caso positivo, pedimos detalhar a remuneração recebida por seus sócios/diretores/executivos.**

**R:** As Recuperandas só estarão autorizadas a declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo as Recuperandas), desde que observadas as obrigações das Recuperandas assumidas perante Credores Extraconcursais – após a quitação integral das obrigações relativas ao DIP Emergencial Original Atualizado, ao Novo Financiamento, ao Empréstimo-Ponte, à Dívida ToP sem Garantia 2024/2025 Reinstated – Opção I, à Dívida ToP com Garantia 2024/Janeiro 2025 Reinstated e à Dívida Roll-Up.

Além disso, não houve retiradas a título de pró-labore por parte dos diretores/executivos, apenas a remuneração fixa e variável que fazem parte do pacote de compensação total de todos os executivos da Oi, sejam aqueles contratados no regime da CLT ou através de contratos de administração, cuja remuneração foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2025.

**24. Nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026, as Recuperandas alienaram ou deram em garantia algum de seus ativos, incluindo os ativos não circulantes? Em caso positivo, pedimos detalhar qual(is) ativo(s), valor da transação, natureza da operação e qual a destinação dada ao eventual(ais) recurso(s) obtido(s).**

**R:**



| SCI       | Logradouro                                  | Cidade          | UF | Data da PCV | Data da Escritura | Valor PCV         | Recebido          | Cash in 2025      | Observações                                                                                                          |
|-----------|---------------------------------------------|-----------------|----|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BTSAMT24  | Rua Pires De Campos 362                     | Barra do Garças | MT | 24/09/2020  | 09/10/2025        | R\$ 668.000,00    | R\$ 668.000,00    | R\$ 668.000,00    | Recebido dias 09 e 10/10/2025                                                                                        |
| BTSAGO159 | Avenida C-171 Qd. 602 Lt. 15 - Nova Suiça 0 | Goiânia         | GO | 28/10/2021  | 26/09/2025        | R\$ 350.000,00    | R\$ 337.577,31    | R\$ 337.577,31    | Recebido dia 26/09/2025<br>Valor a menor por conta dos descontos das despesas                                        |
| BTSAPR195 | Avenida Silva Jardim                        | Curitiba        | PR | 30/01/2024  | 10/10/2025        | R\$ 22.000.000,00 | R\$ -             | R\$ -             | Recebimento apenas no registro do imóvel - Liberação dos valores na escrow do comprador e pagamento da parcela final |
| 5794      | Rua Siqueira Campos                         | Rio De Janeiro  | RJ | 30/04/2024  | 03/09/2025        | R\$ 35.100.000,00 | R\$ 36.307.439,52 | R\$ 36.307.439,52 | Recebido dia 26/09/2025                                                                                              |

**25. As Recuperandas implementaram, nos últimos 30 (trinta) dias, alguma política de redução de custos e despesas e/ou de aumento de receitas de suas atividades? Quais são os números aproximados do eventual aproveitamento obtido?**

**R:** A estratégia da Companhia para aumento das receitas e eficiências tem sido as mesmas já divididas com o mercado na divulgação de resultados do 2T25 da Companhia.

A Oi S.A. registrou receita consolidada de R\$684 milhões no 2T25 nas operações continuadas, sendo 50% representado por Oi Soluções, 39% vindo das subsidiárias nacionais e apenas 11% nas operações do legado e atacado.

As receitas de TIC seguem ganhando relevância no portfólio de Oi Soluções, especialmente cloud e UC&C, com crescimento de 11% e de 22% A/A, respectivamente. 2T25 foi o primeiro trimestre completo no novo modelo operacional, quando as receitas das subsidiárias obtiveram crescimento de 67% A/A. No legado, a migração de clientes para soluções digitais e a desmobilização das redes baseadas na tecnologia de cobre já representam economias de custos próximas a R\$1,4 bilhão acumuladas desde o ano passado.



A dívida bruta a valor justo, de R\$ 11,2 bilhões, manteve-se estável em relação ao trimestre anterior. Por mais um trimestre a companhia obteve o apoio dos credores com vistas a preservar a liquidez na companhia, através da capitalização de 100% dos juros de jun/25 relativas às Notas Sênior e às Debêntures 13ª emissão, ambas de vencimento 2027. A manutenção da estratégia de otimização dos recursos contribui para a continuidade da redução do OPEX e do Capex no comparativo anual em, respectivamente, 64,6% e de 70,1%.

Para maiores informações sobre a dinâmica de resultados do grupo, que segue alinhada à dinâmica das Recuperandas, sugerimos a leitura das apresentações de resultados, disponíveis no site de RI (<https://ri.oi.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>).

Cabe ressaltar que, além da evolução operacional e da conclusão das etapas previstas no processo de reestruturação, conforme o Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, o equacionamento da concessão também é uma componente fundamental para que a Companhia tenha sustentabilidade no longo prazo.

**26. As Recuperandas obtiveram empréstimos e/ou financiamentos nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026 para operar suas atividades? Em caso positivo, pedimos informar qual foi a garantia ofertada e qual o destino dos recursos tomados.**

**R:** Em dezembro de 2025 e janeiro de 2026 as Recuperandas não obtiveram empréstimos e/ou financiamentos para operar suas atividades.

**27. Favor informar se existe previsão para a realização de novo financiamento e, em caso positivo, qual garantia será ofertada.**

**R:** No Plano aprovado pelos credores, havia a possibilidade de retenção de até R\$1,5 bilhão da venda da UPI ClientCo e, caso por qualquer razão, a Oi não conseguisse tal retenção, o Conselho de Administração estaria autorizado a deliberar uma nova captação até este limite de valor, que dividiria o pacote de garantias com as demais dívidas. De fato, não houve componente caixa da venda da UPI ClientCo e, portanto, não houve retenção pela Oi S.A. de qualquer valor. A despeito de tal fato, até o presente momento não há nenhuma previsão de realização de um novo financiamento.

**28. Favor informar o número atual de todas as localidades onde as recuperandas devem manter a manutenção do STFC, por ausência de competidores, bem como**



**todos os serviços a que está obrigada por força do acordo entabulado com a ANATEL e TCU, sobre o regime de concessão.**

**R:** Em relação aos serviços a que a Oi está obrigada por força do Termo de Autocomposição, a Companhia repisa as informações detalhadas para o 27º RMA (08.08.2025).

**29. Favor informar se as recuperandas vêm cumprindo as obrigações legais e contratuais junto a ANATEL, bem como se recebeu notificação da agência reguladora, no último mês por conta de descumprimento, má prestação de serviços, ou outra irregularidade.**

**R:** A Oi é atualmente detentora de outorga para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), respectivamente, voz e dados, em regime privado, e pauta sua conduta visando o atendimento das suas obrigações legais e regulatórias, tanto aquelas específicas do TAU quanto as detidas por qualquer Prestadora de STFC e SCM.

A identificação de oportunidades de conformação das condutas é cotidiana no curso da prestação de serviços de telecomunicações, por qualquer Autorizada.

Nesse sentido, no último mês a Oi recebeu notificações da Anatel atreladas ao acompanhamento de condutas, e está exercendo seu direito à ampla defesa e contraditório.

**30. As Recuperandas vêm realizando algum tipo de operação “intercompany”, isto é, operações comerciais entre empresas do mesmo Grupo ou entre empresas coligadas e/ou controladas? Caso positivo, pedimos explicar qual é o tipo da (s) operação (ões) e o(s) seu(s) respectivo(s) volume(s) financeiro(s).**

**R:** Sim, segue anexo o documento PDF com “39 - 27 Partes Relacionadas Oi SA 2º ITR25” que descreve as movimentações no 2T25, última informação disponível, sendo que as transações mais recentes têm natureza em linha com esse histórico.

**31. As recuperandas realizaram, nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026 algum tipo de aporte financeiro (empréstimos/financiamento) para as empresas do mesmo Grupo ou entre empresas coligadas e/ou controladas? Caso positivo, pedimos explicar qual é o tipo da (s) operação(ões), o(s) seu(s) respectivo(s) volume(s) financeiro(s), bem como as respectivas datas de amortização.**

**R:** Não houve aporte financeiro realizado pelas recuperandas.



**32. As Recuperandas passaram a utilizar os serviços de alguma instituição financeira nova? Caso positivo, pedimos indicar o nome da instituição financeira.**

R: Não, as Recuperandas não passaram a utilizar novas instituições financeiras.

**33. Os saques em espécie somaram mais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026? Caso positivo, pedimos indicar o destino desses recursos.**

R: Não, as Recuperandas não realizaram saques em espécie que somam mais de vinte mil reais.

**34. Informar se as dívidas parceladas encontram-se em dia ou se as recuperandas deixaram de pagar alguma parcela. Em caso de inadimplemento, informar o valor e número de parcelas em aberto.**

R: As dívidas tributárias parceladas encontram-se em dia.

**35. Informar o valor mensal de tributo que é pago pelas recuperandas em decorrência de suas atividades (incluindo tributos federais, estaduais, municipais, previdenciários, multas, etc).**

**Observação: Informar apenas o valor dos tributos novos gerados mensalmente pelo exercício da atividade, excluindo os valores decorrentes de parcelamentos/transações, ou verbas já inscritas em dívida ativa).**

R: Segue abaixo as informações referente aos tributos do mês de janeiro de 2026 e no anexo “48- Apurações Tributos - Federais, Municipais e Estaduais - BTSA - jan-26”:

| BTSA - JAN/26 |              |              |                    |                        |
|---------------|--------------|--------------|--------------------|------------------------|
| TRIBUTOS      | APURADO      | RECOLHIDO    | COMPENSADO DEDUÇÃO | VALORES NÃO RECOLHIDOS |
| IR MUTUO      | 201.672,07   | 201.672,07   |                    | -                      |
| COFINS        | 5.232.650,29 | 1.888.012,50 | 3.344.637,79       | -                      |
| PIS           | 1.097.122,97 | 409.071,36   | 688.051,61         | -                      |
| FUST          | 553.896,53   | 553.896,53   |                    | -                      |
| FUNTTEL       | 276.948,27   | 276.948,27   |                    | -                      |
| INSS          | 254.303,96   | 254.303,96   |                    | -                      |
| IRRF          | 1.140.173,89 | 1.140.173,89 |                    | -                      |
| PCC           | 1.688.533,64 | 1.688.533,64 |                    | -                      |



|        |               |               |              |
|--------|---------------|---------------|--------------|
| ISS    | 1.239.346,16  | 1.239.346,16  | -            |
| ICMS   | 2.357.528,57  | 2.357.528,57  | -            |
| TOTAIS | 14.042.176,35 | 10.009.486,95 | 4.032.689,40 |

**36. Informar o valor total de débitos de IPTU encontra-se em aberto, através de planilha discriminativa por imóvel, bem como se as recuperandas vem sofrendo expropriações em decorrência de tal inadimplemento.**

**R:** Conforme planilha anexa “49- Lista Atualizada de Imóveis. 2ª RJ v27.10 com IPTU”, nas colunas O e P, consta a relação atualizada dos imóveis com os respectivos valores estimados de débitos de IPTU. Ressalta-se que, no momento da alienação dos referidos bens, seja via dação ou venda, é realizado o levantamento dos débitos em aberto a título de IPTU, os quais são devidamente quitados antes da lavratura da escritura pública de compra e venda.

**37. Favor informar o valor que as recuperandas esperam efetivamente receber na arbitragem com a ANATEL após descontadas eventuais reservas/comprometimento de recursos decorrentes do Termo de Autocomposição envolvendo a transformação da concessão em autorização, informando os beneficiários de tais reservas/cessões e o embasamento das mesmas.**

**R:** Não há alterações materiais em relação à informação detalhada para o 27º RMA (08.08.2025).

**38. Considerando a informação constante no Fato Relevante publicado em 27 de outubro de 2023, favor informar os valores angariados com a venda de sucata, indicando as respectivas datas de venda, desde a homologação da mediação até a presente data.**

**R:** As vendas de sucata terrestre e aérea vêm ocorrendo, observados os termos do Instrumento de Cessão Onerosa de Sucata e Outras Avenças (“Contrato Sucata”) celebrado em 27/10/23 com a V.tal, para a V.tal, e para terceiros.

**39. Qual o valor em caixa, isto é, os ativos com liquidez imediata de cada uma das recuperandas?**

**R:** Segue abaixo a posição de caixa consolidada das Recuperandas para o mês de janeiro-26.



| Empresa                          | OISA        | OICOOP | PTIF    | Total Recuperandas |
|----------------------------------|-------------|--------|---------|--------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa    | 151.056.330 | 2.406  | 521.440 | 151.580.177        |
| Caixa e Bancos                   | 69.052.106  | 2.406  | 521.440 | 69.575.953         |
| Equivalentes de Caixa            | 82.004.224  | -      | -       | 82.004.224         |
| Contrato de Câmbio               | -           | -      | -       | -                  |
| Aplicação financeira Circulante  | 298.883.856 | -      | -       | 298.883.856        |
| Aplicação financeira Longo prazo | 3.148.651   | -      | -       | 3.148.651          |
| Total                            | 453.088.837 | 2.406  | 521.440 | 453.612.683        |

40. Apresentar relação dos processos de onde se originam os ativos identificados como “Depósitos e Bloqueios Judiciais”, no valor de R\$ 694 milhões, no ativo circulante, e no valor de R\$ 2,4 bilhões no ativo não circulante, discriminando os valores originários de cada processo, bem como os valores que estão depositados judicialmente e aqueles bloqueados em conta (sem depósito judicial). Favor apresentar a relação de processos discriminada por áreas (Cível, trabalhista, tributária, administrativa).

R: Segue anexo o arquivo Excel com “58 - Base\_Balancete\_2025\_04” Obs.: Vale ressaltar que a segregação entre o circulante e não circulante, trata-se de uma estimativa. Assim como o valor de atualização monetária e perdas provisionadas. Logo a base com o saldo compõe o valor total do ativo (3,1 bi), referente as contas responsáveis pelas movimentações de Bloqueio, Desbloqueio, Resgate e Depósito que totalizam (1,4 bi).

41. Favor enviar a relação, em Excel e pdf, individualizada dos credores que foram pagos nos meses janeiro e fevereiro de 2026 (credor / CPF ou CNPJ / Classe / Cláusula do PRJ / valor pago / saldo a pagar), devendo ser disponibilizado os respectivos comprovantes de pagamento das obrigações no Intralinks.

R:

Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista o aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados pagamentos de parcelas aos credores desde junho de 2025. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e



cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.

**42. Favor apresentar relação, formato excel e pdf, individualizada de todos os credores concursais que, de acordo com o PRJ, deveriam ter recebido parcela ou integralidade dos seus créditos, mas ainda não receberam, indicando o nome do credor / CPF ou CNPJ / Classe / Cláusula do PRJ / valor total que deveria ser pago e que se encontra em aberto.**

**R:**

Quanto aos Credores Fornecedores, os pagamentos foram feitos até a parcela 9. Quanto aos credores Classe I (honorários de sucumbência e créditos trabalhistas) foram pagos parcialmente até o mês de junho/25. Com relação à classe dos Credores Take or Pay, a companhia estava em tratativas amigáveis com os credores, desde março/25, para alongar os prazos de pagamentos. Considerando as restrições de fluxo de caixa enfrentadas pela Companhia e confirmadas pela Administração Judicial Conjunta e pelo Watchdog nos autos da Recuperação Judicial, e tendo em vista que os créditos em questão são objeto do aditamento ao PRJ, protocolado em 1º/7/25, somado ao fato de que o Juízo determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações objeto do aditamento, não foram realizados os pagamentos das parcelas desde junho de 2025. Em 16/12/25, a Gestão Judicial apresentou alternativas para a redução eficiente do passivo concursal em aberto, de modo que que efetuaria (a) um pagamento igualitário de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada credor Classe III e IV, o que resultaria no pagamento integral de 88 e no pagamento parcial de 75 créditos atraso, e (b) um rateio proporcional de R\$ 22,4 milhões entre os 75 créditos parcialmente adimplidos na modalidade 'a', permanecendo saldo em aberto de R\$ 204.055.406,68, a ser adimplido em um segundo momento, quando do ingresso de novos recursos de caixa para a Companhia. Tal medida foi autorizada por decisão proferida em 18/12/25 nos autos da Recuperação Judicial.

**43. Favor apresentar relação, formato excel e pdf, individualizada de todos os credores extraconcursais não pagos durante a recuperação judicial (credor / CPF ou CNPJ / débito atualizado em aberto / vencimento da obrigação / natureza do**



**crédito / status da dívida indicando eventual existência de ação judicial/extrajudicial para cobrança).**

**R:** Segue tabela abaixo com as informações e adicionalmente o arquivo detalhado no anexo “65 - credores extraconcursais não pagos”.

| Area                                       | Valor atualizado Jan/26 |
|--------------------------------------------|-------------------------|
| Fornecedor                                 | 1.479.363.823           |
| Fornecedores Internacionais                | 20.562.921              |
| JEC, Cível Consumidor, Estratégico e PEX * | 19.867.035              |
| Take or Pay                                | 11.419.795              |
| Tesouraria                                 | 190.054.511             |
| Total Geral                                | 1.721.268.085           |

Como evento subsequente, cumpre registrar a solicitação de propostas dos credores extraconcursais para a realização da segunda rodada do leilão reverso no âmbito da Recuperação Judicial, que deveriam ser encaminhadas à companhia até o dia 09 de março de 2026.

Considerando a natureza do procedimento e a dinâmica de consolidação das propostas apresentadas, o resultado definitivo ainda se encontra em fase de apuração.

Não obstante, espera-se que a referida rodada produza nova redução do passivo extraconcursal em aberto, haja vista os resultados observados na primeira rodada do leilão reverso. No primeiro leilão houve a participação de 122 credores, titulares de créditos no valor total de R\$ 490.495.760,57, os quais foram quitados mediante pagamento de R\$106.314.852,79.

**44. Considerando a informação prestada no 28º RMA acerca da possibilidade de redução de até 4,26% da participação da Oi no capital social da V.Tal para fins indenizatórias, favor informar se a V.Tal já intentou medidas com vistas a implementar tal redução, especificando os motivos.**

**R:** Até a presente data, não houve exercício de bônus de subscrição pelos controladores da V.tal com propósito indenizatório. As partes vêm trocando notificações e comunicações contratuais no curso normal relacionadas a demandas de terceiros, em linha com os procedimentos previstos nos acordos; tais notificações encontram-se em avaliação e não implicam, por si só, obrigação de indenizar, que somente se configura mediante a existência efetiva de uma perda indenizável — seja por decisão arbitral/judicial que resulte em um efetivo desembolso financeiro para



a parte indenizável ou por acordo escrito entre as partes, nos termos previstos nos respectivos acordos.

Nada obstante o informado acima, no contexto dos mecanismos de ajuste de preço previstos no Acordo de Investimento de 2025 – UPI ClientCo, foi concluída, em 30 de janeiro de 2026, a implementação final dos ajustes de preço ali previstos. Tais ajustes resultaram na modificação da quantidade de Debêntures DIP ClientCo Final, objeto de dação em pagamento pela V.tal à Oi. Após a implementação do ajuste de preço, a dação em pagamento pela V.tal à Oi a ser considerada passou a ser de 163.243.081 debêntures emitidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 13ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada da Oi celebrado em 8 de agosto de 2024, entre, de um lado, na qualidade de emissora, a Oi, e, de outro lado, na qualidade de debenturista, a BGC e, ainda, na qualidade de garantidores, PTIF, Oi Coop, Rio Alto, Serede e Tahto (“Debêntures DIP ClientCo Final”), no valor de R\$ 181.614.483,81, sendo realizado o cancelamento definitivo das mencionadas Debêntures DIP ClientCo Final.

**45. Houve transferência de contratos relevantes ou de receitas para outras empresas do Grupo Oi no último mês? Em caso positivo informar as empresas beneficiárias.**

**R:** Não houve alteração deste item desde o último RMA protocolado.

**46. Favor esclarecer os impactos que a transferência de contratos da Oi para a ClientCo Serviços de Rede Norte S/A (Oi Services) causam no fluxo das recuperandas e no cumprimento de suas obrigações correntes (extraconcursais) e nas obrigações de curto prazo do PRJ.**

**R:** A criação da Oi Services está inserida na estratégia de reorganização operacional do Grupo Oi, com o objetivo de centralizar e ampliar a prestação de serviços compartilhados, aproveitando a experiência da Companhia na gestão e operação de redes e serviços de telecomunicações.

A transferência de determinados contratos para a Oi Services foi estruturada de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro das atividades envolvidas, mantendo a adequada alocação de receitas e custos entre as empresas do grupo. Nesse contexto, não há impacto relevante no fluxo de caixa das recuperandas, nem comprometimento do cumprimento de suas obrigações correntes de natureza extraconcursal, tampouco das obrigações de curto prazo previstas no Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

A reorganização possui caráter predominantemente operacional e visa aumentar a eficiência na prestação de serviços e na gestão de recursos, contribuindo para a



otimização das atividades do Grupo e para a manutenção da capacidade das recuperandas de honrar regularmente seus compromissos.

**47. As informações prestadas no fluxo de caixa refletem as informações consolidadas do Grupo ou apenas das empresas em recuperação judicial?**

R: As informações prestadas no fluxo de caixa direto mensal refletem apenas as informações das recuperandas (BTSA, PTIF e OBHC).

**48. Favor enviar a evolução do número de clientes ativos nos últimos 12 meses, em planilha excel e PDF, relativo às sociedades Oi Soluções, Serede e Tahto, de forma segregada.**

R: Segue abaixo e em anexo arquivo em Excel “71 - Evolução Clientes Oi Soluções\_Serede\_Tahto\_Jan\_25”. Cerca de 75% da redução dos CNPJs clientes da Oi Soluções guardam relação com o fim de contratos no âmbito do projeto de desmobilização do cobre e/ou de serviços não rentáveis.

| Mês         | fev/25 | mar/25 | abr/25 | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/26 | out/25 | nov/25 | dez/25 | jan/26 | fev/26 |
|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Oi Soluções | 16.968 | 15.871 | 15.044 | 14.002 | 13.609 | 12.711 | 12.413 | 12.024 | 11.697 | 11.342 | 10.118 | 9.852  | 9.277  |
| SEREDE      | 4      | 4      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5      | 5      | -      | -      |
| Tahto       | 30     | 29     | 30     | 31     | 30     | 30     | 29     | 28     | 30     | 31     | 32     | 32     | 32     |

**49. Informar se foram realizadas operações de cessão, sub-rogação ou substituição de contratos entre empresas do grupo no último mês? Favor detalhar.**

R: Não ocorreu.

**50. Apresentar a relação de contratos relevantes firmados pelas Recuperandas que, por término ou rescisão, tenham sido posteriormente firmados com empresas do Grupo que não integram esta recuperação judicial.**

R: Não há alterações em relação à informação detalhada para o último RMA.

**51. Informar se há receitas ou custos que, embora relacionados a contratos originados pelas Recuperandas, sejam faturados ou contabilizados por empresas do Grupo que não integram esta recuperação judicial.**

R: Não há receitas ou custos que, embora relacionados a contratos originados pelas Recuperandas, sejam faturados ou contabilizados por empresas do Grupo que não integram esta recuperação judicial. As receitas são registradas nas empresas que celebram os contratos com os clientes e os custos são registrados de acordo com os contratos assinados cada uma das empresas.

**52. Explicar os critérios de alocação de despesas e receitas compartilhadas entre empresas do grupo, e se houve mudanças recentes nesses critérios.**



R: As transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços associados a telecomunicações e aluguel de infraestruturas entre as entidades. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com a natureza de cada serviço. Não ocorreram mudanças recentes nesses critérios.

53. Indicar se há contratos de prestação de serviços, licenciamento, aluguel ou compartilhamento de infraestrutura entre as Recuperandas e empresas do Grupo que não integram esta recuperação judicial, especificando valores e periodicidade.

R:

| CNPJ           | Grupo do Fornecedor                | Objeto                                                                     | Início do Prazo | Fim da Validade | Valor Fixado         |
|----------------|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| 08596854000194 | SERDE                              | PLANTA EXTERNA - RJ, SUL, SP, NO e NE.                                     | 17/01/2012      | 30/09/2025      | R\$13.780.515.069,81 |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | Prestação de serviços de Gestão Operacional e Contact Center.              | 06/12/2007      | 31/12/2025      | R\$5.113.413.124,26  |
| 08596854000194 | SERDE                              | PLANTA EXTERNA - RJ, SUL, SP, NO e NE.                                     | 18/09/2020      | 30/09/2025      | R\$884.260.574,18    |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | Back Office Centro de Operações (CO) - Sites Campo Grande e Rio de Janeiro | 17/04/2013      | 31/12/2025      | R\$552.559.929,77    |
| 08596854000194 | SERDE                              | BPO Serede                                                                 | 09/02/2023      | 09/02/2026      | R\$50.363.242,74     |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | Call Center - Operação Retenção                                            | 03/05/2021      | 02/05/2026      | R\$19.599.936,00     |
| 08596854000194 | SERDE                              | SOS Fone - RJ e SUL - NO - NE e CO                                         | 17/04/2020      | 30/09/2025      | R\$11.493.744,03     |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO - Backoffice Pagamento de Conta de Energia                             | 22/04/2022      | 31/12/2025      | R\$5.779.210,04      |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | Helpdesk (N1) para atendimento aos sistemas Oi                             | 02/04/2020      | 31/12/2025      | R\$2.324.446,50      |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO Patrimônio                                                             | 01/07/2025      | 30/06/2026      | R\$1.992.817,20      |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO - Gestão de Pagamentos de Reclamações Judiciais                        | 15/07/2024      | 30/11/2025      | R\$1.425.110,04      |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO Negócios Imobiliários                                                  | 01/07/2025      | 30/06/2026      | R\$1.288.224,00      |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO - Backoffice Pagamento Consumo de Água                                 | 15/06/2022      | 31/12/2025      | R\$790.944,00        |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | BPO - Backoffice Gestão de Frota                                           | 01/04/2022      | 31/12/2025      | R\$720.432,72        |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E LICENCIAMENTO ANATEL              | 22/02/2022      | 21/02/2026      | R\$616.276,43        |
| 04014081000130 | TAHTO - BRASIL TELECOM CALL CENTER | Contratação de Dashboards                                                  | 15/08/2024      | 14/08/2025      | R\$126.196,44        |

54. Apresentar relatório atualizado do procedimento em trâmite perante a Corte Norte Americana (chapter 15), bem como de eventuais outras medidas lá intentadas, inclusive por parte de credores.

R: A Oi e algumas de suas afiliadas (coletivamente, os “Requerentes do Chapter 15” ou “Recuperandas”, conforme o caso) estão sujeitas a processos (os “Processos Chapter 15”), em curso perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York (o “Tribunal do Chapter 15”), conforme decisão proferida por àquele tribunal em 29 de março de 2023, reconhecendo o processo de recuperação judicial das Recuperandas no Brasil como um processo principal estrangeiro sob o Chapter 15 do Código de Falências dos Estados Unidos e reconhecendo que o Brasil é o centro principal de interesses de cada um dos Requerentes do Chapter 15 (a “Ordem de Reconhecimento”).

Em 7 de julho de 2025, Requerentes do Chapter 15 apresentaram um pedido buscando encerrar a Ordem de Reconhecimento do Tribunal dos Estados Unidos e extinguir os Casos do Chapter 15 (“Petição de Encerramento”). A BGC Fibra Participações S.A. e a V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. (“V.tal”) apresentaram objeção à Petição de Encerramento. A juíza Lisa Beckerman, então



responsável pelo Tribunal do *Chapter* 15, realizou audiência sobre a Petição de Encerramento em 14 e 18 de agosto de 2025.

Durante a audiência, o Tribunal do *Chapter* 15 declarou que aguardaria as recomendações da juíza Monica Costa, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação Judicial”), quanto: (i) ao pedido pendente de modificação do Plano de Recuperação Judicial (“Plano de RJ”); e (ii) os alegados descumprimentos das obrigações previstas pelo Plano de RJ.

Em 19 de setembro de 2025, enquanto a Petição de Encerramento ainda estava pendente, os Requerentes do *Chapter* 15 apresentaram um pedido separado para arquivar os Processos *Chapter* 15 (“Petição de Arquivamento”), juntamente com um relatório final do representante estrangeiro indicado pelos Requerentes do *Chapter* 15 no âmbito do referido processo (“Representante Estrangeiro”) indicando que os Processos do *Chapter* 15 haviam sido totalmente administrados e que a finalidade da atuação do Representante Estrangeiro havia sido concluída. Esse foi um segundo fundamento para encerrar os Processos do *Chapter* 15.

Em 1º de outubro de 2025, o Tribunal do *Chapter* 15 proferiu decisão negando a Petição de Encerramento dos Requerentes do *Chapter* 15, entendendo não haver fundamento para encerrar a Ordem de Reconhecimento ou extinguir os Processos do *Chapter* 15.

Em 2 de outubro de 2025, tendo em vista a decisão do Juízo da Recuperação Judicial no Brasil de afastar a diretoria do Grupo Oi e da decisão do Tribunal do *Chapter* 15 que negou a Petição de Encerramento, a V.tal solicitou ao Tribunal do *Chapter* 15 a suspensão da audiência de 21 de outubro relativa ao Petição de Arquivamento. Em 7 de outubro de 2025, os Requerentes do *Chapter* 15 concordaram com o pedido da V.tal para suspender a audiência. O tribunal adiou todos os prazos relacionados a Petição de Arquivamento.

Em 13 de fevereiro de 2026, um Grupo *Ad Hoc* de detentores de notas garantidas e o UMB Bank N.A., na qualidade de agente fiduciário dos detentores de notas (Indenture Trustee) (em conjunto, as “Partes Detentoras das Notas”), apresentaram uma manifestação no Tribunal do *Chapter* 15 expressando preocupações de que o próximo leilão para venda da participação direta e indireta da Oi na V.tal poderia potencialmente não estar em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas (“Plano de RJ”) e/ou com o contrato entre credores (*Intercreditor Agreement*)\* relacionado entre Oi, V.tal, UMB Bank N.A., GLAS Americas, LLC e outros (o “Acordo entre Credores”) no âmbito do Plano de RJ. Na ocasião, as Partes Detentoras das Notas não solicitaram qualquer medida ao Tribunal do *Chapter* 15.



Em 19 de fevereiro de 2026, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão liminar em uma ação paralela movida pela Oi contra ex-acionistas controladores, determinando o arresto cautelar de créditos detidos pelos réus (“Decisão Liminar”). Essa decisão também determinou que a Oi enviasse a decisão ao Tribunal do *Chapter* 15 para auxiliar na execução do arresto. Em 20 de fevereiro de 2026, a Administradora Judicial da Recuperação Judicial no Brasil, Adriana Zamponi, enviou um e-mail ao Tribunal do *Chapter* 15 anexando a Decisão Liminar.

Em resposta, o Tribunal do *Chapter* 15 agendou uma reunião de averiguação de status “*Status Conference*” nos Processos *Chapter* 15 para 10 de março de 2026, com o objetivo de tratar da comunicação da Administradora Judicial e, em particular, se essa comunicação e a Decisão Liminar eram públicas e poderiam ser incluídas no registro processual do Tribunal do *Chapter* 15. O referido tribunal também utilizou esse *Status Conference* para obter uma atualização sobre os Processos de RJ no Brasil e compreender melhor a manifestação apresentada pelas Partes Detentoras das Notas.

Em 3 de março de 2026, os Requerentes do *Chapter* 15 informaram ao tribunal que o Sr. Fábio Wagner havia sido nomeado como novo Representante Estrangeiro dos Requerentes do *Chapter* 15 e que ele e as Recuperandas haviam contratado o escritório Chaffetz Lindsey LLP para substituir o antigo escritório White & Case. Em 9 de março de 2026, os Requerentes do *Chapter* 15 e o Representante Estrangeiro apresentaram uma manifestação antes da *Status Conference* informando ao Tribunal do *Chapter* 15: (i) a natureza pública da Decisão Liminar e do e-mail de encaminhamento enviado pela Administradora Judicial; e (ii) os desenvolvimentos ocorridos no processo de RJ no Brasil.

Além disso, a manifestação respondeu brevemente a alguns pontos levantados pelas Partes Detentoras das Notas sobre o leilão da V.tal.

Pouco antes da *Status Conference*, as Partes Detentoras das Notas apresentaram uma carta reiterando suas preocupações de que o leilão da UPI V.tal não estaria em conformidade com o Plano de RJ e/ou com o Acordo entre Credores.

Na *Status Conference* de 10 de março, a juíza Beckerman do Tribunal do *Chapter* 15 declarou que pretendia entrar em contato com o Juízo da Recuperação Judicial no Brasil para discutir determinadas questões, incluindo a possibilidade de o Tribunal do *Chapter* 15 executar a Decisão Liminar caso fosse solicitado. Além disso, as partes discutiram desenvolvimentos recentes no processo de RJ no Brasil, incluindo o leilão das ações da V.tal detidas pelos devedores da Oi.

\* *Conforme definição do PRJ*



**55. Informar se as recuperandas realizaram ou vem prospectando despesas com vistas à busca de reestruturação de dívidas perante a Corte Norte Americana (chapter 11), apresentando planilha discriminativa de todos os gastos já realizados e os futuros ou prospectados para as medidas.**

**R:** Atualmente não há pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos (“Chapter 11”).

Ainda que, em cenário hipotético, venha a ser considerada, a medida de ajuizamento de Chapter 11 apenas se justificaria caso restasse demonstrado, de forma inequívoca, que os benefícios econômicos e jurídicos seriam substancialmente superiores aos custos para condução de um processo sob a jurisdição norte-americana e riscos inerentes, assegurando, sobretudo, a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais e a proteção dos interesses de acionistas, credores e demais stakeholders.

A companhia já incorreu em despesas que somam aproximadamente US\$4,1 milhões, algumas destas já pagas

**56. Informar os impactos que os gastos com as medidas no exterior podem acarretar no fluxo de caixa das recuperandas e no cumprimento de suas obrigações (concurais e extraconcurais).**

**R:** Caso possível, e a companhia opte por seguir com o processo de Chapter 11 no exterior, o fará porque visualizará neles, resultados relativos a redução de compromissos financeiros que mais do que compensem os gastos para sua implementação.

**57. Favor fornecer a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) realizada para o acumulado do ano (YTD) relativas exclusivamente aos negócios core, incluindo os percentuais de margem bruta e margem EBITDA.**

**R:** A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) realizada para o acumulado do ano (YTD) relativas exclusivamente aos negócios core, incluindo os percentuais de margem bruta e margem EBITDA, segue no anexo “89- DRE YTD\_Operações Continuadas”. É importante ressaltar que a contabilidade da companhia ocorre por empresa e não por unidade de negócio, o que torna a informação enviada neste momento uma informação gerencial, não auditada pelo auditor externo. Por fim, como operações continuadas foram consideradas o negócio de Oi Soluções (ex-cobre) + a empresa Oi Services.

**58. Favor enviar as Demonstrações Financeiras Consolidadas sintéticas do último mês de 2025, (em formato excel e em PDF assinado): Balanço Patrimonial,**



**Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).**

**R:** O Balanço e a DRE consolidados das Recuperandas, dos períodos solicitados, seguem nos documentos anexos “BP\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_DEZ\_25” e “DRE\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_DEZ\_25” e ““BP\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_JAN\_26” e “DRE\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_JAN\_26”.

**59. Favor enviar as Demonstrações Financeiras Individuais sintéticas do último mês, de todas as empresas Recuperandas (em formato excel e em PDF assinado): Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).**

**R:** O Balanço e a DRE consolidados das Recuperandas, dos períodos solicitados, seguem nos documentos anexos “BP\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_JAN\_26” e “DRE\_Consolidado e Individual\_Recuperandas\_JAN\_26”.

**60. Favor informar o capex investido em janeiro de 2026, segregando os valores destinados à expansão da operação e os destinados à sua manutenção.**

**R:**

| R\$ milhões | Jan-26 |
|-------------|--------|
| Capex       |        |
| Oi Soluções | 1,87   |
| Legado      | 0,80   |
| Outros      | 0,49   |
| Total       | 3,16   |

**Nota:** exclui operações internacionais.

**61. Favor informar, mensalmente, se (e como) as operações core das Recuperandas foram capazes de gerar fluxo de caixa operacional positivo de forma recorrente no período de referência, desconsideradas alienações de ativos, receitas não operacionais e movimentações intragrupo, indicando:**

- (i) o valor do fluxo de caixa operacional apurado exclusivamente a partir das operações core no mês;**
  - (ii) a comparação com o mês imediatamente anterior;**
  - (iii) os principais fatores que impactaram positiva ou negativamente o resultado;**
- e**



**(iv) os ajustes operacionais adicionais implementados ou em implementação no período, considerados indispensáveis para a reversão ou manutenção do resultado apurado.**

**R:** O fluxo de caixa operacional compreendendo os períodos de outubro e novembro é positivo, devido aos distratos de produtos menos rentáveis (venda de SMS) e renegociação de contratos com fornecedores.



X. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE OI S.A., OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A E PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

1.1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

84. As demonstrações financeiras apresentadas contêm os dados consolidados de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado (DRE) dos meses de maio de 2024 a junho de 2025, bem como o Demonstrativo de Fluxo de Caixa Direto das Recuperandas Oi S.A, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Portugal Telecom International Finance B.V.

85. As análises foram elaboradas com base na documentação enviada pelas Recuperandas.

1.2 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS OI S.A., OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A. E PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

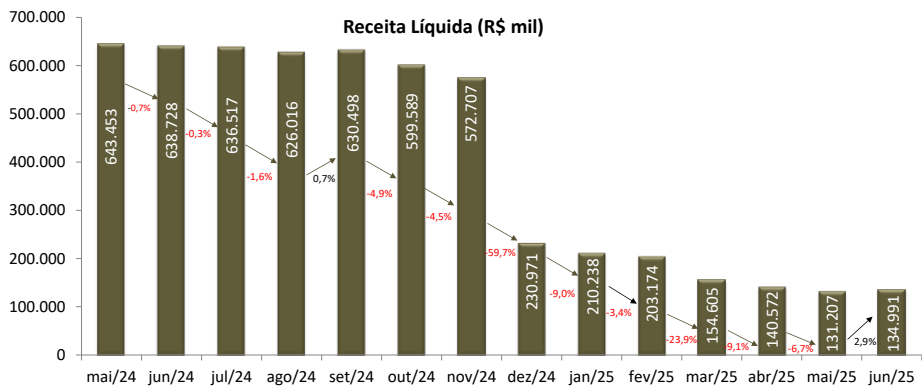
1.2.1 Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado

| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO |             |            |           |           |           |             |             |           |           |             |           |           |           |
|-----------------------------------------|-------------|------------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------------|-----------|-----------|-------------|-----------|-----------|-----------|
| Recuperandas do Grupo Oi S.A.           |             |            |           |           |           |             |             |           |           |             |           |           |           |
| Em mil de R\$                           |             |            |           |           |           |             |             |           |           |             |           |           |           |
|                                         | mai/24      | jun/24     | jul/24    | ago/24    | set/24    | out/24      | nov/24      | dez/24    | jan/25    | fev/25      | mar/25    | abr/25    | mai/25    |
| Receita bruta de vendas                 | 845.649     | 839.587    | 831.522   | 813.076   | 789.156   | 777.029     | 747.752     | 320.710   | 295.677   | 283.581     | 179.946   | 162.724   | 152.555   |
| Deduções da receita                     | (202.196)   | (200.859)  | (195.005) | (187.059) | (158.658) | (177.440)   | (175.045)   | (89.740)  | (85.439)  | (80.407)    | (25.341)  | (22.152)  | (21.348)  |
| Receita Líquida                         | 643.453     | 638.728    | 636.517   | 626.016   | 630.498   | 599.589     | 572.707     | 230.971   | 210.238   | 203.174     | 154.605   | 140.572   | 131.207   |
| Custos dos serviços/produtos            | (755.002)   | (691.894)  | (742.840) | (705.543) | (733.703) | (729.559)   | (763.735)   | (245.171) | (384.868) | (1.050.544) | 20.673    | (307.573) | (284.304) |
| Lucro/Prejuízo bruto                    | (111.549)   | (53.166)   | (106.323) | (79.527)  | (103.205) | (129.970)   | (191.028)   | (14.201)  | (174.629) | (847.370)   | 175.278   | (167.001) | (153.097) |
| Margem bruta %                          | -17%        | -8%        | -17%      | -13%      | -16%      | -22%        | -33%        | -6%       | -83%      | -417%       | 113%      | -119%     | -117%     |
| Despesas com Vendas                     | (153.759)   | (147.808)  | (140.031) | (119.365) | (157.976) | (149.422)   | (149.650)   | (51.933)  | (42.162)  | (521.421)   | (29.654)  | (28.451)  | (29.863)  |
| Despesas Gerais e Administrativas       | (90.481)    | (56.752)   | (70.643)  | (73.454)  | (79.202)  | (55.443)    | (85.649)    | (183.113) | (61.519)  | (60.171)    | (52.593)  | (68.672)  | (46.616)  |
| Outras Receitas Operacionais            | 47.105      | 2.660.520  | 58.522    | 73.172    | 88.316    | 97.953      | 525.052     | 121.868   | 110.692   | 4.646.075   | 1.064.744 | 71.450    | 268.846   |
| Outras Despesas Operacionais            | (35.180)    | (576.121)  | (22.544)  | (52.345)  | (41.197)  | 24.207      | (16.884)    | (82.636)  | (45.811)  | (975.681)   | (52.087)  | (49.965)  | (34.762)  |
| Equivalência Patrimonial                | (42.183)    | 46.678     | (23.998)  | 130.463   | 44.159    | (370.548)   | 41.950      | (247.083) | 18.094    | (112.942)   | (22.224)  | 37.674    | (103.353) |
| Total de Despesas Operacionais          | (274.498)   | 1.926.517  | (198.694) | (41.529)  | (145.900) | (453.253)   | 314.820     | (442.896) | (20.706)  | 2.975.860   | 908.186   | (37.965)  | 54.252    |
| Lucro/Prejuízo operacional (EBIT)       | (386.047)   | 1.873.351  | (305.016) | (121.056) | (249.104) | (583.223)   | 123.792     | (457.097) | (195.336) | 2.128.490   | 1.083.465 | (204.965) | (98.845)  |
| Margem EBIT %                           | -60%        | 293%       | -48%      | -19%      | -40%      | -97%        | 22%         | -198%     | -93%      | 1048%       | 701%      | -146%     | -75%      |
| Receitas Financeiras                    | 165.028     | 4.242.473  | (498.964) | (124.620) | 1.661.654 | 707.187     | 607.275     | 987.858   | (884.832) | 110.809     | (85.481)  | 28.885    | 176.944   |
| Despesas Financeiras                    | (968.379)   | 14.484.069 | (80.747)  | (670.045) | 631.328   | (1.794.305) | (1.575.224) | (913.053) | 1.252.345 | (488.941)   | (127.825) | (234.236) | (633.897) |
| Resultado financeiro líquido            | (803.351)   | 18.726.542 | (579.711) | (794.665) | 2.292.982 | (1.087.118) | (967.949)   | 74.805    | 367.512   | (378.132)   | (213.306) | (205.352) | (456.953) |
| IRPJ e CSSL - Corrente                  | 0           | (19)       | 0         | 0         | (3)       | 0           | 0           | (9.412)   | 0         | 0           | (45)      | 0         | 0         |
| IRPJ e CSSL - Diferido                  | 0           | 0          | 0         | 0         | (0)       | 0           | 0           | (0)       | 0         | (1.136.400) | (0)       | 0         | (0)       |
| Incentivo fiscal lucro da exploração    | (7)         | 7          | 0         | 0         | 0         | 0           | 0           | 0         | 0         | 0           | 0         | 0         | 0         |
| Operação Descontinuada                  | 0           | 0          | 0         | 0         | 0         | 0           | 0           | 0         | 0         | 0           | 0         | 0         | 0         |
| Resultado líquido                       | (1.189.405) | 20.599.880 | (884.727) | (915.720) | 2.043.875 | (1.670.341) | (844.158)   | (391.704) | 172.176   | 613.959     | 870.114   | (410.317) | (555.798) |
| Margem líquida %                        | -185%       | 3225%      | -139%     | -146%     | 324%      | -279%       | -147%       | -170%     | 82%       | 302%        | 563%      | -292%     | -424%     |

86. O demonstrativo do resultado do exercício mostra redução na Receita Líquida das Recuperandas entre os meses de maio de 2024 a junho de 2025. Os seguintes pontos podem ser observados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do período analisado:

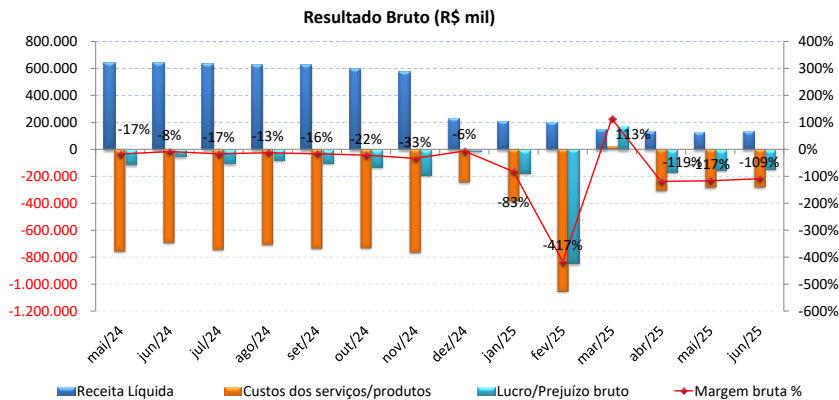
- **Receita Líquida:** A Receita Líquida das Recuperandas apresentou redução entre os meses de maio de 2024 a maio de 2025, exceto no mês de setembro de 2024 e em junho de 2025, onde observa-se leve crescimento em relação ao mês anterior. Em dezembro de 2024 a receita líquida despencou 59,7%, seguindo em queda até em maio de 2025, com redução de 6,7% em relação ao mês anterior. Em junho de 2025, a receita líquida apresentou um leve crescimento de 2,9%. A recuperanda enviou a seguinte nota:

*“As operações relativas à Oi Fibra, foram classificadas como operações descontinuadas, em função da alienação da UPI ClientCo. Desta forma, as Demonstrações Financeiras não compõem estes resultados no mês de dezembro de 2024.”*

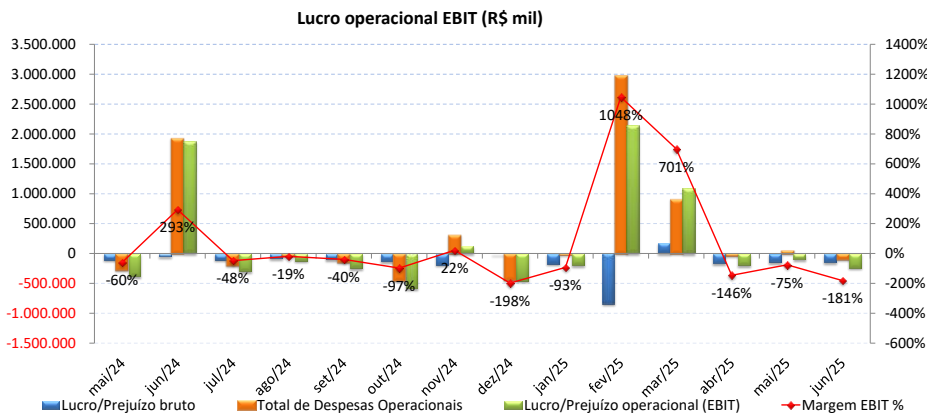


- **Margem Bruta:** A margem bruta foi negativa em 109% no mês de junho de 2025, tendo oscilado nos últimos meses em razão das variações do “Custo dos Serviços/Produtos” proporcionalmente diferentes das variações da “Receita Líquida”.





- Resultado Operacional (EBIT):** O resultado operacional, representado pela margem EBIT, apresentou os seguintes percentuais ao longo do período analisado: em maio de 2024, a margem atingiu -60% e alcançou um patamar positivo em junho de 2024, com 293%. A partir de julho de 2024 até outubro de 2024, voltou a ficar negativa, variando de -48% a -97%. Em novembro de 2024 volta a ficar positiva, com 22%. Em dezembro de 2024 atingiu -198% de margem EBIT e -93% em janeiro de 2025. Em fevereiro de 2025 a margem EBIT alcançou 1.048%, reduzindo para 701% em março de 2025. A partir de abril de 2025, a margem EBIT volta a ficar negativa, variando de -146% a -181% em junho de 2025.

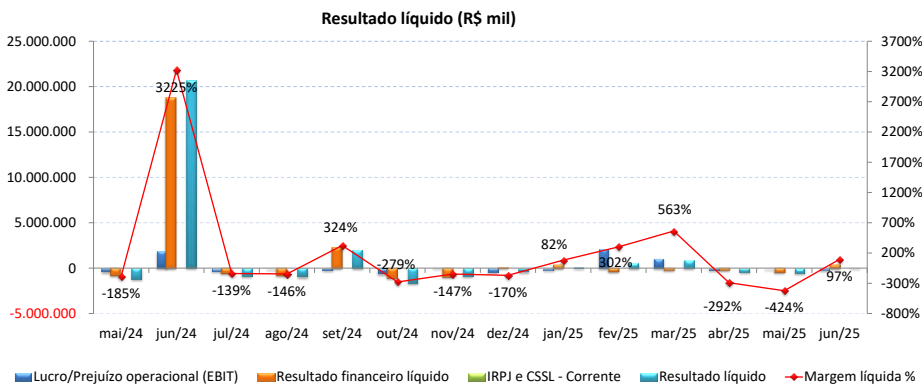


94. Na tabela a seguir, reproduz-se a evolução do EBIT, entre maio de 2024 a junho de 2025.

Em mil de R\$

| EBIT                  | mai/24    | jun/24    | jul/24    | ago/24    | set/24    | out/24    | nov/24  | dez/24    | jan/25    | fev/25    | mar/25    | abr/25    | mai/25   | jun/25    |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| Resultado operacional | (386.047) | 1.873.351 | (305.016) | (121.056) | (249.104) | (583.223) | 123.792 | (457.097) | (195.336) | 2.128.490 | 1.083.465 | (204.965) | (98.845) | (244.508) |
| Variação %            | -82%      | -585%     | -116%     | -60%      | 106%      | 134%      | -121%   | -469%     | -57%      | -1190%    | -49%      | -119%     | -52%     | 147%      |

- **Margem Líquida:** A margem líquida iniciou negativa em 185% em maio de 2024 e registrou 97% positiva em junho de 2025.



95. De acordo com as informações fornecidas pelas Recuperandas, a variação observada no resultado de junho de 2024 é atribuída aos efeitos da reestruturação decorrentes do novo Plano de Recuperação Judicial, refletidos nas demonstrações financeiras.

1.2.1.1 Análise do resultado de 2025 (YTD)

96. Em relação ao DRE consolidado das Recuperandas para o período de janeiro a junho de 2025, observa-se o registro de “Lucro Operacional” de R\$ 2.468.301.081,16.

97. O valor da “Receita Líquida” foi inferior ao total do “Custos dos serviços/produtos”, levando à margem bruta negativa de 135%.

98. Descontando-se as “Despesas Operacionais” chega-se à margem EBIT positiva de 253% e, da mesma forma, ao adicionar o resultado financeiro líquido e compensar impostos, encontra-se margem líquida de 84%.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Recuperandas do Grupo Oi S.A.

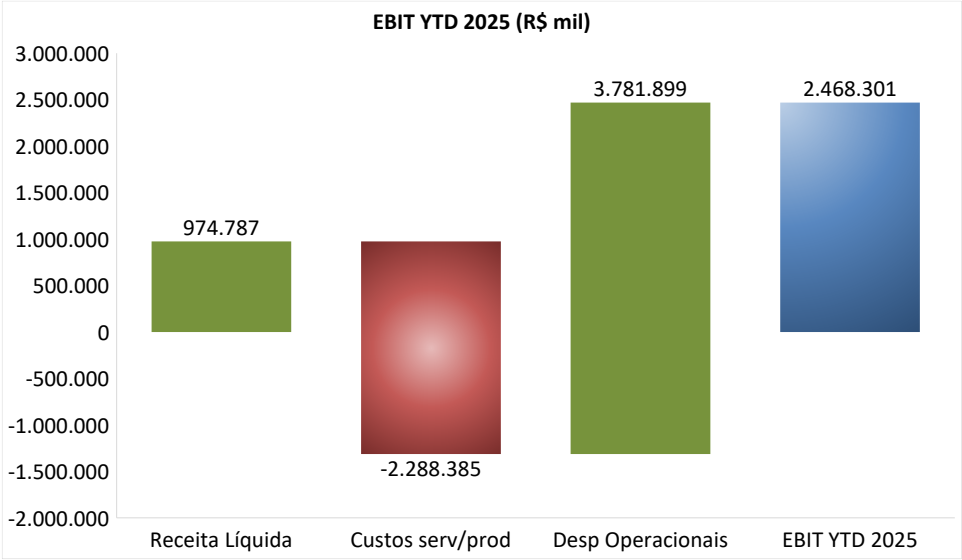
Em mil de R\$

|                                      | YTD 2025    | Part % |
|--------------------------------------|-------------|--------|
| Receita bruta de vendas              | 1.230.977   |        |
| Deduções da receita                  | (256.190)   |        |
| Receita Líquida                      | 974.787     |        |
| Custos dos serviços/produtos         | (2.288.385) | -235%  |
| Lucro/Prejuízo bruto                 | (1.313.598) |        |
| Margem bruta %                       | -135%       |        |
| Despesas com Vendas                  | (676.985)   | -69%   |
| Despesas Gerais e Administrativas    | (331.981)   | -34%   |
| Outras Receitas Operacionais         | 6.243.387   | 640%   |
| Outras Despesas Operacionais         | (1.213.410) | -124%  |
| Equivalência Patrimonial             | (239.112)   | -25%   |
| Total de Despesas Operacionais       | 3.781.899   | 388%   |
| Lucro/Prejuízo operacional (EBIT)    | 2.468.301   |        |
| Margem EBIT %                        | 253%        |        |
| Receitas financeiras                 | (1.093.993) | -112%  |
| Despesas financeiras                 | 582.553     | 60%    |
| Resultado financeiro líquido         | (511.440)   | -52%   |
| IRPJ e CSSL - Corrente               | (45)        | 0%     |
| IRPJ e CSSL - Diferido               | (1.136.400) | -117%  |
| Incentivo fiscal lucro da exploração | 0           |        |
| Operação Descontinuada               | 0           | 0%     |
| Resultado líquido                    | 820.416     | 84%    |
| Margem líquida %                     | 84%         |        |

99. O valor dos Custo dos Serviços/Produtos corresponde a -235% da Receita Líquida no mês de janeiro a junho de 2025, resultando em uma margem bruta negativa de 135%. O total da Despesa Operacional equivale a 388% da Receita Líquida no período que, juntamente com o Custos de Bens e Serviços Vendidos, resulta em margem EBIT positiva de 253%. Adicionalmente, o Resultado Financeiro Líquido representa -52% da Receita Líquida total dos meses da análise, contribuindo para a margem líquida positiva de 84%.

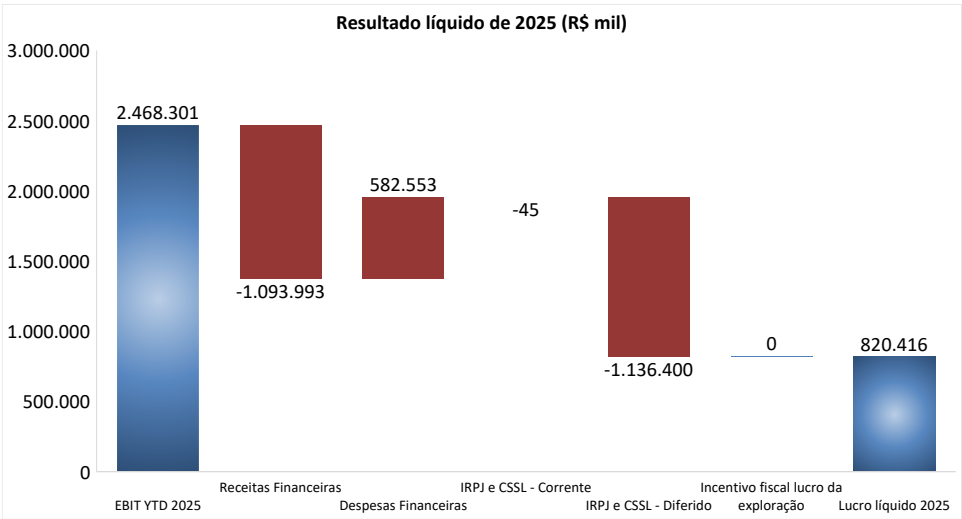
100. Os gráficos a seguir apresentam as variações nos grupos de contas que compõem o “Lucro Operacional” de R\$ 2.468.301.081,16, assim como do “Lucro Líquido” de R\$ 820.416.384,80.





101. Verifica-se que a “Receita Líquida” não supera o “Custos dos serviços/produtos”, aponta para margem bruta negativa e, após deduzir as “Despesas Operacionais”, conduz ao EBIT positivo.

102. No gráfico a seguir observa-se a composição do “Lucro Líquido” a partir do EBIT, indicando que o maior impacto está associado à variação da “Resultado Financeiro” e “IRPJ e CSLL – Diferido”.



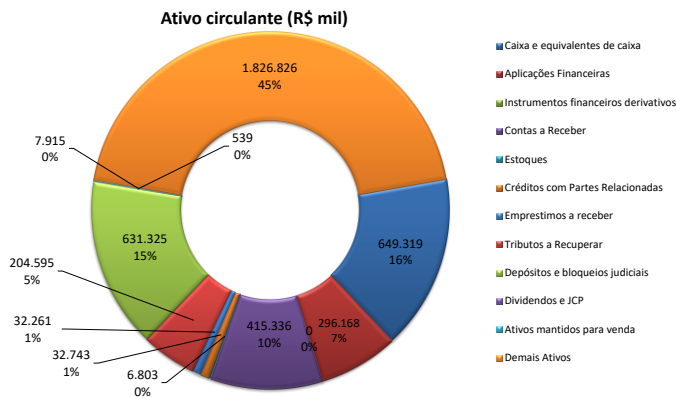
1.2.2 Balanço Patrimonial Consolidado

| BALANÇO PATRIMONIAL                     |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
|-----------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recuperandas do Grupo OJ S.A.           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Em mil de R\$                           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| ATIVO                                   | mai-24       | jun-24       | jul-24       | ago-24       | set-24       | out-24       | nov-24       | dez-24       | jan-25       | fev-25       | mar-25       | abr-25       | mai-25       | jun-25       |
| Caixa e equivalentes de caixa           | 1.574.397    | 1.238.776    | 1.063.568    | 771.671      | 722.471      | 709.229      | 821.327      | 1.267.876    | 1.160.841    | 775.217      | 799.820      | 715.250      | 712.176      | 649.319      |
| Aplicações Financeiras                  | 322.404      | 324.325      | 327.044      | 394.818      | 330.982      | 283.007      | 223.081      | 224.558      | 226.455      | 226.233      | 228.013      | 230.077      | 231.805      | 296.168      |
| Instrumentos financeiros derivativos    | 999          | 2.929        | 440          | 2            | 8            | 1.299        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |
| Contas a Receber                        | 1.670.929    | 1.580.778    | 1.539.479    | 1.522.174    | 1.598.431    | 1.565.668    | 1.477.163    | 552.070      | 570.339      | 565.741      | 504.351      | 478.357      | 407.740      | 415.336      |
| Estoques                                | 157.760      | 155.024      | 153.629      | 153.770      | 209.848      | 209.745      | 196.451      | 9.338        | 1.925        | 6.190        | 5.858        | 10.223       | 8.479        | 6.803        |
| Créditos com Partes Relacionadas        | 31.450       | 33.353       | 33.973       | 33.937       | 32.689       | 34.667       | 36.321       | 37.154       | 34.981       | 35.093       | 34.453       | 33.965       | 34.252       | 32.743       |
| Empréstimos a receber                   | 27.536       | 29.481       | 30.321       | 30.581       | 29.728       | 31.827       | 33.647       | 34.739       | 33.008       | 33.387       | 33.075       | 32.889       | 33.462       | 32.261       |
| Tributos a Recuperar                    | 232.746      | 237.241      | 243.711      | 219.873      | 187.982      | 176.416      | 178.767      | 174.331      | 180.553      | 186.182      | 191.605      | 195.407      | 199.878      | 204.595      |
| Depósitos e bloqueios judiciais         | 449.054      | 422.385      | 410.429      | 391.460      | 381.694      | 377.246      | 360.803      | 703.999      | 725.455      | 720.537      | 704.829      | 694.473      | 622.887      | 631.325      |
| Dividendos e JCP                        | 5.274        | 1.978        | 1.978        | 1.978        | 2.496        | 1.806        | 1.806        | 0            | 0            | 539          | 539          | 539          | 539          | 539          |
| Ativos mantidos para venda              | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.770        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        |
| Demais Ativos                           | 3.269.215    | 2.734.901    | 2.732.450    | 2.435.752    | 2.384.703    | 2.421.513    | 2.560.774    | 2.468.045    | 2.514.697    | 2.660.604    | 2.199.064    | 2.023.452    | 2.067.542    | 1.826.826    |
| Total do Ativo Circulante               | 7.751.199    | 6.770.607    | 6.546.456    | 5.965.452    | 5.890.467    | 5.821.860    | 5.899.909    | 5.480.026    | 5.456.170    | 5.217.638    | 4.709.522    | 4.422.547    | 4.326.675    | 4.103.829    |
| Aplicações Financeiras                  | 9.950        | 8.590        | 8.374        | 8.133        | 8.194        | 8.262        | 8.321        | 8.390        | 8.267        | 8.090        | 7.823        | 7.573        | 5.354        | 5.165        |
| Tributos Diferidos a Recuperar          | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | (0)          | (0)          | (0)          | (0)          | (0)          |
| Outros Tributos                         | 169.323      | 150.475      | 131.534      | 123.172      | 110.700      | 98.003       | 33.648       | 24.808       | 10.267       | 8.583        | 60.124       | 57.827       | 54.508       | 52.842       |
| Depósitos e bloqueios judiciais         | 3.923.948    | 3.962.844    | 3.885.494    | 3.901.490    | 3.877.477    | 3.830.140    | 3.839.589    | 2.510.778    | 2.420.837    | 2.430.302    | 2.433.567    | 2.441.623    | 2.536.479    | 2.538.219    |
| Demais Ativos                           | 1.396.056    | 1.354.872    | 1.338.074    | 1.660.950    | 1.633.362    | 1.606.223    | 1.810.437    | 1.745.230    | 1.682.655    | 1.177.686    | 1.162.802    | 1.147.436    | 1.137.807    | 1.089.665    |
| Investimentos                           | 4.310.636    | 4.355.408    | 4.294.146    | 4.345.965    | 4.386.632    | 4.394.218    | 4.414.140    | 5.984.186    | 5.928.942    | 8.687.656    | 9.040.162    | 9.062.347    | 8.998.905    | 8.978.020    |
| Imobilizado                             | 3.545.884    | 3.349.826    | 3.292.803    | 3.198.191    | 3.080.352    | 2.959.779    | 2.998.487    | 1.938.399    | 1.882.340    | 1.866.529    | 1.847.142    | 1.786.274    | 1.748.125    | 1.685.588    |
| Intangível                              | 367.581      | 365.016      | 361.667      | 361.050      | 357.388      | 353.734      | 346.680      | 288.307      | 274.911      | 264.589      | 253.025      | 242.289      | 231.819      | 222.789      |
| Total do Ativo não Circulante           | 14.859.779   | 14.683.430   | 14.448.491   | 14.735.351   | 14.590.504   | 14.386.758   | 14.587.701   | 13.636.499   | 13.344.620   | 14.443.437   | 14.804.644   | 14.745.370   | 14.712.997   | 14.572.287   |
| Total do Ativo                          | 22.610.978   | 21.454.037   | 20.994.948   | 20.700.804   | 20.480.970   | 20.208.618   | 20.487.610   | 19.116.524   | 18.800.790   | 19.661.075   | 19.514.166   | 19.167.917   | 19.039.671   | 18.676.117   |
| Em mil de R\$                           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| PASSIVO                                 | mai-24       | jun-24       | jul-24       | ago-24       | set-24       | out-24       | nov-24       | dez-24       | jan-25       | fev-25       | mar-25       | abr-25       | mai-25       | jun-25       |
| Salários, encargos sociais e benefícios | 330.845      | 294.352      | 290.525      | 301.827      | 284.661      | 279.778      | 328.316      | 287.498      | 272.188      | 278.255      | 254.190      | 251.142      | 252.999      | 239.976      |
| Fornecedores                            | 5.544.016    | 5.313.516    | 3.489.840    | 3.058.282    | 3.339.846    | 3.587.493    | 3.733.963    | 3.160.216    | 3.121.759    | 3.328.073    | 2.892.451    | 2.940.277    | 3.076.658    | 3.120.038    |
| Arrendamentos a Pagar                   | 971.754      | 866.605      | 860.421      | 849.102      | 860.477      | 840.714      | 833.706      | 822.032      | 818.666      | 823.391      | 859.151      | 844.850      | 833.425      | 818.781      |
| Instrumentos financeiros derivativos    | 320          | 189          | 220          | 215          | 1.134        | 8            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |
| Cessão de crédito - Sistel              | 144.966      | 144.966      | 131.787      | 131.787      | 118.608      | 112.019      | 379.466      | 509.443      | 495.241      | 481.040      | 466.839      | 452.637      | 452.637      | 424.235      |
| Empréstimos e Financiamentos            | 7.645.849    | 2.720.521    | 2.775.211    | 22.616       | 14.919       | 93.616       | 170.428      | 112.472      | 237.234      | 356.574      | 315.967      | 437.647      | 570.789      | 116.137      |
| Tributos correntes a Recolher           | 478.753      | 467.367      | 469.793      | 458.645      | 475.852      | 478.971      | 465.183      | 561.849      | 520.481      | 551.656      | 532.714      | 560.313      | 571.906      | 654.641      |
| Dividendos e JCP                        | 8.789        | 5.496        | 5.496        | 5.496        | 5.496        | 5.495        | 5.495        | 5.496        | 5.497        | 5.497        | 5.497        | 5.499        | 5.499        | 5.499        |
| Autorizações e Concessões a Pagar       | 2.581        | 3.066        | 3.541        | 4.006        | 4.462        | 4.908        | 5.344        | 5.769        | 6.173        | 6.338        | 6.492        | 6.636        | 6.772        | 6.896        |
| Programa de Refinanciamento Fiscal      | 112.082      | 106.053      | 99.949       | 98.000       | 99.721       | 90.529       | 88.238       | 89.003       | 89.721       | 90.535       | 67.825       | 78.546       | 62.318       | 62.563       |
| Provisões                               | 381.696      | 385.580      | 393.494      | 408.444      | 368.559      | 377.213      | 404.904      | 444.392      | 414.404      | 479.613      | 523.383      | 518.804      | 566.679      | 615.064      |
| Demais obrigações                       | 1.804.021    | 1.756.864    | 3.418.254    | 3.017.850    | 2.547.024    | 2.662.993    | 2.678.251    | 1.180.938    | 1.527.328    | 1.712.935    | 1.256.030    | 1.293.479    | 1.447.227    | 1.401.562    |
| Total do Passivo Circulante             | 17.425.673   | 12.064.575   | 11.938.532   | 8.356.271    | 8.120.759    | 8.533.738    | 9.093.294    | 7.179.107    | 7.508.691    | 8.113.907    | 7.180.538    | 7.389.830    | 7.846.910    | 7.465.391    |
| Fornecedores                            | 587.523      | 593.150      | 2.537.390    | 2.488.126    | 2.492.359    | 2.495.211    | 2.498.184    | 2.500.814    | 2.503.090    | 2.482.238    | 2.481.560    | 2.483.953    | 2.487.145    | 2.494.122    |
| Arrendamentos a Pagar                   | 2.600.357    | 1.375.843    | 1.309.218    | 1.231.421    | 1.169.735    | 1.079.496    | 1.016.067    | 950.960      | 877.376      | 842.993      | 758.312      | 685.114      | 621.310      | 536.186      |
| Empréstimos e Financiamentos            | 22.019.671   | 5.847.105    | 6.066.138    | 10.444.223   | 10.308.498   | 10.953.518   | 11.490.316   | 11.993.069   | 11.400.121   | 11.124.619   | 11.112.889   | 11.032.006   | 11.151.266   | 11.216.822   |
| Outros Tributos                         | 2.456.195    | 2.466.863    | 2.474.737    | 2.482.206    | 2.491.316    | 2.503.368    | 2.513.816    | 2.522.688    | 2.529.727    | 2.540.341    | 2.557.105    | 2.565.263    | 2.574.415    | 2.588.805    |
| Programa de refinanciamento fiscal      | 194.403      | 192.477      | 190.304      | 184.399      | 183.046      | 184.290      | 180.641      | 174.834      | 173.027      | 167.581      | 187.208      | 176.082      | 189.244      | 186.027      |
| Provisões                               | 3.372.731    | 3.406.072    | 3.372.395    | 3.372.144    | 3.431.495    | 3.299.322    | 3.232.355    | 3.224.025    | 3.309.734    | 3.261.748    | 3.230.305    | 3.262.246    | 3.241.492    | 3.242.851    |
| Provisões para fundos de pensão         | 829.730      | 655.819      | 660.997      | 666.290      | 668.245      | 671.208      | 677.760      | 680.121      | 685.902      | 688.453      | 701.161      | 707.329      | 524.513      | 528.293      |
| Provisões para Perda em Investimento    | 1.079.631    | 624.131      | 619.185      | 614.240      | 561.962      | 540.554      | 518.793      | 496.675      | 474.193      | 451.342      | 428.114      | 404.505      | 380.507      | 356.115      |
| Demais obrigações                       | 7.689.386    | 7.460.018    | 7.755.570    | 7.707.036    | 5.855.617    | 6.419.051    | 6.582.506    | 5.710.607    | 5.482.961    | 5.517.938    | 5.536.998    | 5.532.036    | 5.649.140    | 5.557.467    |
| Total do Passivo não Circulante         | 40.829.627   | 22.621.477   | 24.985.934   | 29.190.086   | 27.162.275   | 28.146.019   | 28.710.437   | 28.253.793   | 27.436.132   | 27.077.252   | 26.993.652   | 26.848.534   | 26.819.022   | 26.706.689   |
| Total do Patrimônio Líquido             | (35.644.322) | (13.232.014) | (15.929.518) | (16.845.553) | (14.802.063) | (16.471.139) | (17.316.121) | (16.316.376) | (16.144.033) | (15.530.084) | (14.660.024) | (15.070.448) | (15.626.271) | (15.495.963) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido   | 22.610.978   | 21.454.037   | 20.994.948   | 20.700.804   | 20.480.970   | 20.208.618   | 20.487.610   | 19.116.524   | 18.800.790   | 19.661.075   | 19.514.166   | 19.167.917   | 19.039.671   | 18.676.117   |

1.2.2.1 Ativo Circulante

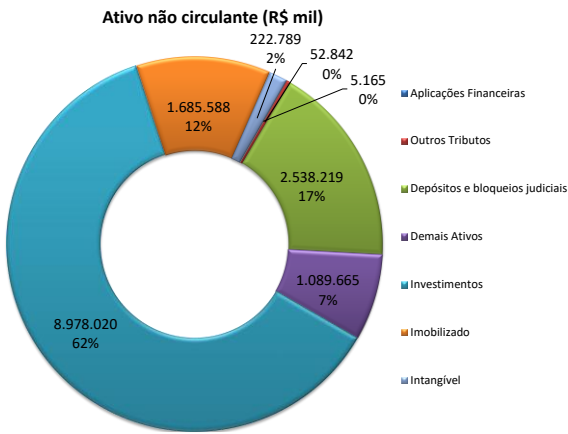
103. Destaca-se nas contas do ativo circulante, em junho de 2025, a rubrica “Demais Ativos” com 45%, a rubrica “Caixa e equivalente de caixa” com 16% e a rubrica “Depósitos e bloqueios judiciais” com 15% em relação ao total do ativo circulante.





1.2.2.2 Ativo não circulante

104. Dentre as contas que compõem o ativo não circulante em junho de 2025, destaca-se o “Investimentos” com 62%, “Imobilizado” com 12% e “Depósitos e Bloqueios Judiciais” com 17% em relação ao total do ativo não circulante.



1.2.2.3 Disponibilidade

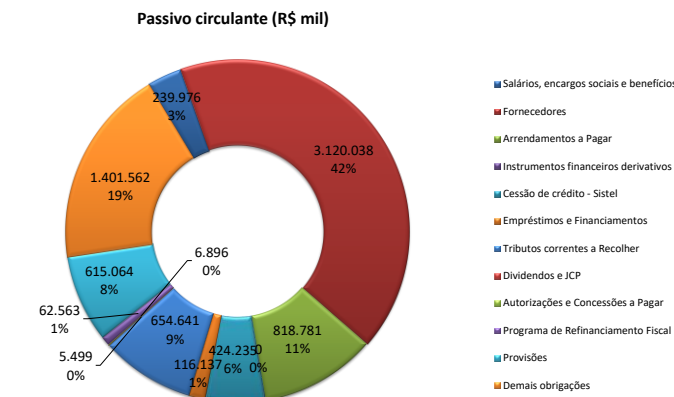
105. Em resposta a solicitação da Administração Judicial, as recuperandas apresentaram, tabela a seguir, com os ativos com liquidez imediata de cada uma delas, referente ao mês de junho de 2025.

Em R\$

| Empresa                          | Oi S.A.     | Oi Brasil Holdings | Portugal Telecom | TOTAL       |
|----------------------------------|-------------|--------------------|------------------|-------------|
| Caixa e equivalentes de caixa    | 648.763.988 | 5.156              | 549.822          | 649.318.966 |
| Aplicação Financeira Circulante  | 296.168.151 | -                  | -                | 296.168.151 |
| Aplicação Financeira Longo Prazo | 5.164.951   | -                  | -                | 5.164.951   |
| TOTAL                            | 950.097.090 | 5.156              | 549.822          | 950.652.068 |

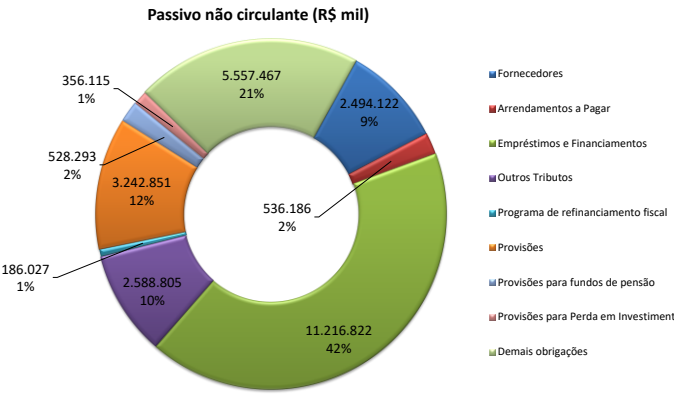
1.2.2.4 Passivo circulante

106. Considerando somente o passivo circulante, verifica-se a conta de “Fornecedores” com 42%, a conta de “Demais obrigações” com 19% e a conta de “Arrendamentos a pagar” com 11% em relação ao total do grupo.



1.2.2.5 Passivo não circulante

107. Na distribuição do passivo não circulante em junho de 2025 destaca-se a conta “Empréstimos e financiamentos” com 42%, e “Demais obrigações” com 21% em relação ao total deste grupo.



1.2.2.6 Passivo Total

108. A evolução do Passivo Total das recuperandas é apresentada na tabela abaixo. Destaca-se em junho de 2025, o montante de “Empréstimos e financiamentos” no valor de R\$ 11.332.958.671,98 e a rubrica “Demais obrigações” que totaliza R\$ 6.959.029.625,47.

109. O decréscimo no passivo observado no exercício de junho de 2025 em relação ao mês anterior decorre, principalmente, da variação das contas de “Empréstimos e Financiamentos” e “Demais Obrigações”.

| Em mil de R\$                           | mai-24     | jun-24     | jul-24     | ago-24     | set-24     | out-24     | nov-24     | dez-24     | jan-25     | fev-25     | mar-25     | abr-25     | mai-25     | jun-25     |
|-----------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Passivo Circulante e Não Circulante     |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
| Salários, encargos sociais e benefícios | 330.845    | 294.352    | 290.525    | 301.827    | 284.661    | 279.778    | 328.316    | 287.498    | 272.188    | 278.255    | 254.190    | 251.142    | 252.999    | 239.976    |
| Fornecedores                            | 6.131.538  | 5.906.665  | 6.027.230  | 5.546.408  | 5.832.206  | 6.082.704  | 6.232.146  | 5.661.030  | 5.624.849  | 5.810.311  | 5.374.011  | 5.424.231  | 5.563.803  | 5.614.159  |
| Arrendamentos a Pagar                   | 3.572.111  | 2.242.448  | 2.169.639  | 2.080.523  | 2.030.212  | 1.920.210  | 1.849.773  | 1.772.991  | 1.696.042  | 1.666.384  | 1.617.463  | 1.529.964  | 1.454.736  | 1.354.967  |
| Instrumentos financeiros derivativos    | 320        | 189        | 220        | 215        | 1.134      | 8          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          | 0          |
| Cessão de crédito - Sistel              | 144.966    | 144.966    | 131.787    | 131.787    | 118.608    | 112.019    | 379.466    | 509.443    | 495.241    | 481.040    | 466.839    | 452.637    | 452.637    | 424.235    |
| Empréstimos e Financiamentos            | 29.665.520 | 8.567.626  | 8.841.349  | 10.466.839 | 10.323.417 | 11.047.134 | 11.660.743 | 12.105.541 | 11.637.354 | 11.481.193 | 11.428.855 | 11.469.654 | 11.722.056 | 11.332.959 |
| Tributos correntes a Recolher           | 478.753    | 467.367    | 469.793    | 458.645    | 475.852    | 478.971    | 465.183    | 561.849    | 520.481    | 551.656    | 532.714    | 560.313    | 571.906    | 654.641    |
| Dividendos e JCP                        | 8.789      | 5.496      | 5.496      | 5.496      | 5.496      | 5.495      | 5.495      | 5.496      | 5.497      | 5.497      | 5.497      | 5.499      | 5.499      | 5.499      |
| Autorizações e Concessões a Pagar       | 2.581      | 3.066      | 3.541      | 4.006      | 4.462      | 4.908      | 5.344      | 5.769      | 6.173      | 6.338      | 6.492      | 6.636      | 6.772      | 6.896      |
| Programa de Refinanciamento Fiscal      | 306.485    | 298.529    | 290.253    | 282.400    | 282.766    | 274.819    | 268.879    | 263.837    | 262.748    | 258.116    | 255.033    | 254.628    | 251.562    | 248.591    |
| Provisões                               | 3.754.428  | 3.791.652  | 3.765.890  | 3.780.587  | 3.800.054  | 3.676.535  | 3.637.258  | 3.668.417  | 3.724.138  | 3.741.361  | 3.753.688  | 3.781.050  | 3.808.171  | 3.857.915  |
| Demais obrigações                       | 9.493.407  | 9.216.883  | 11.173.823 | 10.724.887 | 8.402.642  | 9.082.044  | 9.260.757  | 6.891.545  | 7.010.289  | 7.230.873  | 6.793.028  | 6.825.514  | 7.096.367  | 6.959.030  |
| Outros Tributos                         | 2.456.195  | 2.466.863  | 2.474.737  | 2.482.206  | 2.491.316  | 2.503.368  | 2.513.816  | 2.522.688  | 2.529.727  | 2.540.341  | 2.557.105  | 2.565.263  | 2.574.415  | 2.588.805  |
| Provisões para fundos de pensão         | 829.730    | 655.819    | 660.997    | 666.290    | 668.245    | 671.208    | 677.760    | 680.121    | 685.902    | 688.453    | 701.161    | 707.329    | 524.513    | 528.293    |
| Provisões para Perda em Investimento    | 1.079.631  | 624.131    | 619.185    | 614.240    | 561.962    | 540.554    | 518.793    | 496.675    | 474.193    | 451.342    | 428.114    | 404.505    | 380.507    | 356.115    |
| Total do Passivo                        | 58.255.300 | 34.686.052 | 36.924.466 | 37.546.357 | 35.283.033 | 36.679.756 | 37.803.732 | 35.432.900 | 34.944.823 | 35.191.159 | 34.174.190 | 34.238.365 | 34.665.942 | 34.172.080 |

1.2.3 Demonstração de Fluxo de Caixa Realizado

110. O Grupo Empresarial apresentou o fluxo de caixa consolidado realizado, referente ao período de janeiro de 2025 a janeiro de 2026, agregando dados das recuperandas Oi S.A, Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Portugal Telecom *International Finance* B.V, conforme indicado a seguir.



| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DIRETO |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|---------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Recuperandas do Grupo Oi S.A.         |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Em milhões de R\$                     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|                                       | fev/25 | mar/25 | abr/25 | mai/25 | jun/25 | jul/25 | ago/25 | set/25 | out/25 | nov/25 | dez/25 | jan/26 |
| Saldo Inicial - Caixa Contábil        | 1.396  | 1.010  | 1.036  | 953    | 949    | 951    | 941    | 916    | 932    | 941    | 452    | 417    |
| Recebimentos                          | 321    | 267    | 182    | 251    | 156    | 195    | 200    | 184    | 149    | 160    | 147    | 88     |
| Clientes                              | 318    | 266    | 182    | 250    | 156    | 186    | 192    | 183    | 148    | 159    | 142    | 87     |
| Serviços de Uso de Rede               | 2      | 1      | 0      | 1      | 1      | 9      | 8      | 1      | 1      | 1      | 4      | 1      |
| Pagamentos                            | -739   | -970   | -414   | -301   | -316   | -299   | -267   | -288   | -138   | -128   | -198   | -209   |
| Pessoal                               | -39    | -57    | -48    | -34    | -43    | -38    | -33    | -37    | -37    | -36    | -57    | -46    |
| Fornecedores de Materiais e Serviços  | -604   | -785   | -324   | -219   | -238   | -264   | -239   | -263   | -94    | -104   | -133   | -101   |
| Tributos                              | -23    | -61    | -14    | -8     | -5     | -16    | -10    | -9     | -17    | -24    | -22    | -24    |
| Depósitos Judiciais                   | 4      | 8      | 16     | 3      | -6     | 22     | 18     | 23     | 10     | 37     | 53     | 13     |
| Contingências                         | -10    | -8     | -12    | -18    | -2     | -1     | -2     | 0      | -1     | -1     | -2     | -2     |
| Mediação                              | -65    | -67    | -32    | -26    | -21    | -3     | -1     | -2     | -1     | 0      | -37    | -50    |
| Investimentos                         | -2     | -17    | -5     | -6     | -14    | -4     | -8     | -4     | 0      | -3     | -2     | 0      |
| Geração Operacional                   | -420   | -720   | -237   | -57    | -173   | -108   | -76    | -108   | 11     | 29     | -54    | -121   |
| Aumento de Capital                    | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Non Core                              | 9      | 738    | 13     | 72     | 32     | 72     | 11     | 61     | 2      | 37     | -25    | 29     |
| Operações Intra - Grupo               | 16     | 0      | 133    | -27    | 133    | 11     | 45     | 54     | -10    | -549   | 44     | 124    |
| Operações Financeiras                 | 9      | 8      | 8      | 8      | 10     | 15     | -6     | 8      | 7      | -7     | 0      | 5      |
| Dividendos e JCP                      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Caixa Contábil                        | 1.010  | 1.036  | 953    | 949    | 951    | 941    | 916    | 931    | 941    | 452    | 417    | 454    |
| Caixa Restrito                        | 900    | 900    | 906    | 909    | 913    | 915    | 882    | 918    | 939    | 443    | 415    | 447    |
| Colateral / Reciprocidade De Fiança   | 364    | 367    | 370    | 373    | 376    | 372    | 329    | 331    | 335    | 333    | 336    | 339    |
| Bloqueios Incentivo Fiscal            | 9      | 9      | 9      | 5      | 5      | 4      | 4      | 4      | 3      | 3      | 3      | 3      |
| Escrow Venda De Ativos                | 0      | 5      | 0      | 4      | 4      | 4      | 12     | 35     | 40     | 40     | 40     | 40     |
| Valores Vinculados Anatel             | 476    | 480    | 484    | 488    | 493    | 498    | 503    | 508    | 513    | 0      | 0      | 0      |
| Caução Operações Oi Soluções          | 1      | 1      | 1      | 1      | 1      | 2      | 1      | 1      | 1      | 0      | 0      | 0      |
| Caixa Restrito Vtal                   | 50     | 39     | 43     | 38     | 35     | 35     | 34     | 31     | 34     | 33     | 30     | 30     |
| Restrição Despacho RJ                 | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      |
| Residual Bancos                       | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 30     | 0      | 31     |
| Contas Retificadoras                  | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 0      | 5      | 16     | 3      | 3      | 4      |
| Caixa Líquido Contábil                | 110    | 136    | 47     | 40     | 37     | 25     | 34     | 14     | 2      | 8      | 1      | 7      |

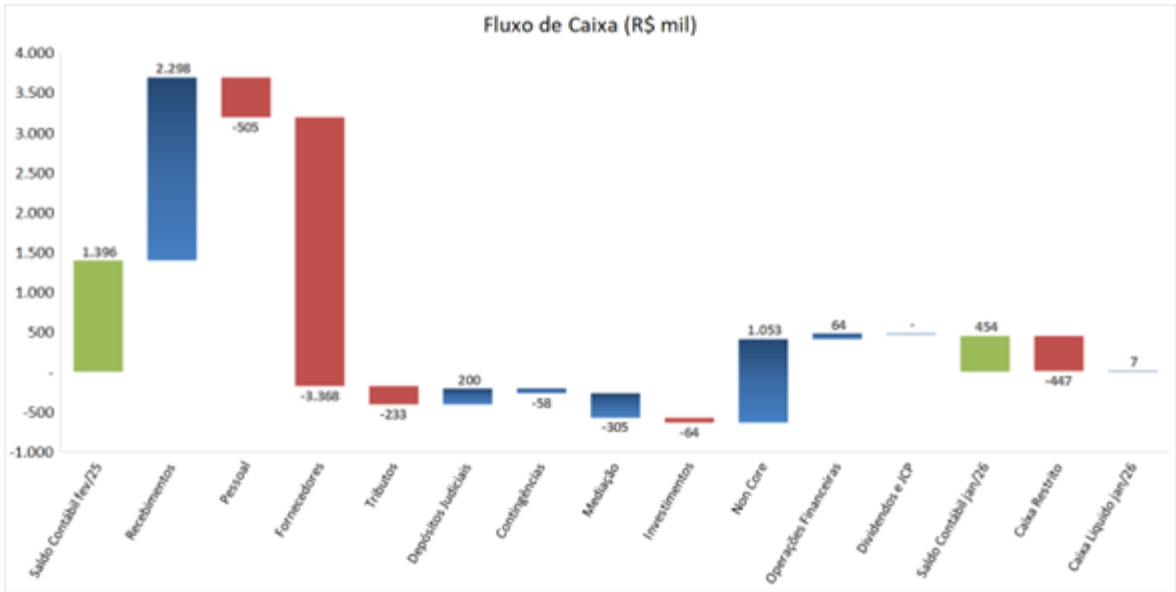
111. No fluxo de caixa, o saldo inicial de “Caixa Disponível” em fevereiro de 2025 foi no valor de R\$ 1.395.971.515,26.

112. Os ingressos de caixa, associados, principalmente, a recebimentos de “Clientes” e “Serviços de Uso de Rede”, contribuíram com o total de ingressos no valor de R\$ R\$ 2.298.188.837,34. Tais recursos foram utilizados para “Pagamentos” de despesas operacionais no montante de R\$ 4.268.726.113,81 e realização de “Investimentos” no valor de R\$ 64.366.705,85, resultando em geração operacional no valor total negativo de R\$ 2.034.903.982,33.

113. Após computar impacto no caixa de atividade “Non Core”, “Operações Intra-Grupo”, “Operações Financeiras” e “Dividendos e JCP”, registra-se o “Caixa Contábil Final”, em 31/01/2026, no valor positivo de R\$ 453.412.752,48. Ao descontar o caixa restrito, o saldo de “Caixa Líquido Contábil” é positivo de R\$ 6.610.022,53.



114. No gráfico apresentado a seguir, gerado a partir das informações acima, tem-se a indicação de como foram utilizados nos últimos 12 meses os recursos captados e gerados pela operação das Recuperandas, indicando redução no “Saldo de Caixa Contábil” entre os meses de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026.



115. Nota-se que o saldo de caixa final em janeiro de 2026 (R\$ 454.412.752,48) diminuiu em 67,4% comparativamente ao saldo inicial de caixa em fevereiro de 2025 (R\$1.395.971.515,26). No período analisado, a maior parcela de desembolso refere-se a fornecedores, que corresponde a 147% do total de recebimentos.

116. A tabela a seguir apresenta as principais variações no fluxo de caixa relacionadas aos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026.



| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DIRETO |        |        |     |
|---------------------------------------|--------|--------|-----|
| Recuperandas do Grupo Oi S.A.         |        |        |     |
| Em milhões de R\$                     |        |        |     |
|                                       | dez/25 | jan/26 | Δ   |
| Saldo Inicial - Caixa Contábil        | 452    | 417    | -34 |
| Recebimentos                          | 147    | 88     | -59 |
| Clientes                              | 142    | 87     | -55 |
| Serviços de Uso de Rede               | 4      | 1      | -3  |
| Pagamentos                            | -198   | -209   | -11 |
| Pessoal                               | -57    | -46    | 10  |
| Fornecedores de Materiais e Serviços  | -133   | -101   | 33  |
| Tributos                              | -22    | -24    | -2  |
| Depósitos Judiciais                   | 53     | 13     | -40 |
| Contingências                         | -2     | -2     | 0   |
| Mediação                              | -37    | -50    | -12 |
| Investimentos                         | -2     | 0      | 2   |
| Geração Operacional                   | -54    | -121   | -67 |
| Aumento de Capital                    | 0      | 0      | 0   |
| Non Core                              | -25    | 29     | 55  |
| Operações Intra - Grupo               | 44     | 124    | 80  |
| Operações Financeiras                 | 0      | 5      | 5   |
| Dividendos e JCP                      | 0      | 0      | 0   |
| Caixa Contábil                        | 417    | 454    | 37  |
| Caixa Restrito                        | 415    | 447    | 31  |
| Colateral / Reciprocidade De Fiança   | 336    | 339    | 3   |
| Bloqueios Incentivo Fiscal            | 3      | 3      | 0   |
| Escrow Venda De Ativos                | 40     | 40     | 0   |
| Valores Vinculados Anatel             | 0      | 0      | 0   |
| Caução Operações Oi Soluções          | 0      | 0      | 0   |
| Caixa Restrito Vtal                   | 33     | 30     | -3  |
| Restrição Despacho Rj                 | 0      | 0      | 0   |
| Residual Bancos                       | 0      | 31     | 31  |
| Contas Retificadoras                  | 3      | 4      | 1   |
| Caixa Liquido Contábil                | 1      | 7      | 6   |

117.       Conforme informado pelo Grupo Oi, houve uma variação negativa na rubrica “Clientes” devido a menor arrecadação em janeiro de 2026.
118.       Na rubrica “Fornecedores de Materiais e Serviços” a variação positiva se deve ao pagamento de fornecedores essenciais para continuidade das operações .
119.       A variação negativa na rubrica “Depósitos Judiciais” se deve ao menor volume de resgates judiciais em janeiro de 2026.
120.       Na rubrica “Non Core” apresentou variação positiva, principalmente devido ao repasse da Sistel de novembro de 2025 que foi realizado em dezembro de 2025.



1.2.4 Demonstração de Fluxo de Caixa realizado da empresa Tahto

121. Em atendimento a solicitação da Administração Judicial Conjunta, o Grupo Empresarial apresentou o fluxo de caixa realizado para o período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026, da empresa Tahto, conforme demonstrado a seguir.

| DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DIRETO |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |          |
|---------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|
| Tahto                                 |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |          |
| Em mil de R\$                         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |         |          |
|                                       | fev/25  | mar/25  | abr/25  | mai/25  | jun/25  | jul/25  | ago/25  | set/25  | out/25  | nov/25  | dez/25  | jan/26  | Total    |
| Saldo Inicial - Caixa Contábil        | 2.203   | 8.050   | 1.458   | 517     | 6.797   | 9.113   | 0       | 25      | 82      | -2      | 4.236   | 539     | 2.203    |
| Recebimentos                          | 31.696  | 29.032  | 31.309  | 31.189  | 30.472  | 28.989  | 35.179  | 32.701  | 33.199  | 32.806  | 28.670  | 39.394  | 384.636  |
| Clientes                              | 31.696  | 29.032  | 31.309  | 31.189  | 30.472  | 28.989  | 35.179  | 32.701  | 33.199  | 32.806  | 28.670  | 39.394  | 384.636  |
| Serviços de Uso de Rede               | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0        |
| Pagamentos                            | -25.861 | -35.652 | -32.902 | -24.983 | -28.201 | -22.754 | -23.513 | -26.304 | -31.602 | -30.647 | -40.413 | -36.722 | -358.973 |
| Pessoal                               | -19.657 | -23.217 | -25.413 | -20.914 | -23.724 | -20.637 | -21.817 | -23.765 | -26.196 | -27.480 | -35.803 | -24.766 | -293.390 |
| Fornecedores de materiais e serviços  | -4.968  | -9.156  | -6.033  | -4.143  | -5.539  | -1.138  | -1.162  | -2.212  | -2.438  | -513    | -2.564  | -10.002 | -49.868  |
| Tributos                              | -413    | -3.169  | -355    | -108    | -143    | -130    | -83     | -84     | -2.447  | -2.522  | -1.878  | -1.505  | -12.838  |
| Fluxo jurídico                        | -822    | -110    | -500    | 181     | 1.205   | -848    | -451    | -243    | -521    | -132    | -187    | -449    | -2.878   |
| Investimentos                         | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0        |
| Geração Operacional                   | 5.835   | -6.621  | -992    | 6.205   | 2.271   | 6.235   | 11.666  | 6.397   | 1.597   | 2.159   | -11.762 | 2.672   | 25.663   |
| Aumento de Capital                    | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0        |
| Non Core                              | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0        |
| Operações Intra - Grupo               | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | -15339  | -11642  | -6339   | -1642   | 2025    | 8095    | -1107   | -25950   |
| Operações Financeiras                 | 12      | 28      | 51      | 76      | 44      | -9      | 0       | 0       | -39     | 54      | -31     | -3      | 184      |
| Dividendos e JCP                      | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0       | 0        |
| Caixa Gerencial                       | 8.050   | 1.458   | 517     | 6.797   | 9.113   | 0       | 25      | 82      | -2      | 4.236   | 539     | 2.100   | 2.100    |

122. No fluxo de caixa, o saldo inicial de “Caixa Disponível” em fevereiro de 2025 foi no valor de R\$ 2.203.026,29.

123. Os ingressos de caixa, associados, principalmente, a recebimentos de “Clientes” e “Serviços de Uso de Rede”, contribuíram com o total de ingressos no valor de R\$ 384.636.393,48. Tais recursos foram utilizados para “Pagamentos” de despesas operacionais no montante de R\$ 358.972.985,48 e não ocorreu realização de “Investimentos”, resultando em geração operacional no valor total positivo de R\$ 25.663.408,00.

124. Após computar impacto no caixa de atividade “Operações Intra-Grupo” e “Operações Financeiras”, registra-se o “Caixa Gerencial”, em 31/01/2026, no valor positivo de R\$ 2.100.098,94.

125. Nota-se que o saldo de caixa final em janeiro de 2026 (R\$ 2.100.098,94) reduziu em 4,67% comparativamente ao saldo inicial de caixa em fevereiro de 2025 (R\$ 2.203.026,29). No período analisado, a maior parcela de desembolso refere-se a rubrica “Pessoal”, que corresponde a 76,28% do total de recebimentos.

### 1.3 INDICADORES

126. Neste tópico, serão apresentados os indicadores de solvência a curto prazo, que medem a capacidade da empresa de saldar as obrigações financeiras recorrentes, extraídos integralmente das Demonstrações Financeiras, bem como os indicadores financeiros e operacionais enviados pelas Recuperandas.

#### 1.3.1 Liquidez Corrente

127. A liquidez corrente (LC)<sup>6</sup> reflete a disponibilização de recursos de curto prazo no ativo circulante para liquidar as dívidas de curto prazo alocadas no passivo circulante.

128. O indicador igual a 1 (um) representa a equivalência entre o montante de ativos de curto prazo e passivos de curto prazo. O indicador superior a 1 (um) é geralmente considerado aceitável, pois indica que a empresa possui ativos circulantes suficientes para cobrir seus passivos circulantes. O indicador abaixo de 1 indica que a operação está sendo financiada com passivos circulantes, ou seja, com capitais de curto prazo, pois dívidas de curto prazo vencem antes que os ativos não circulantes comecem a gerar caixa.

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

---

<sup>6</sup> ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondon W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.47.

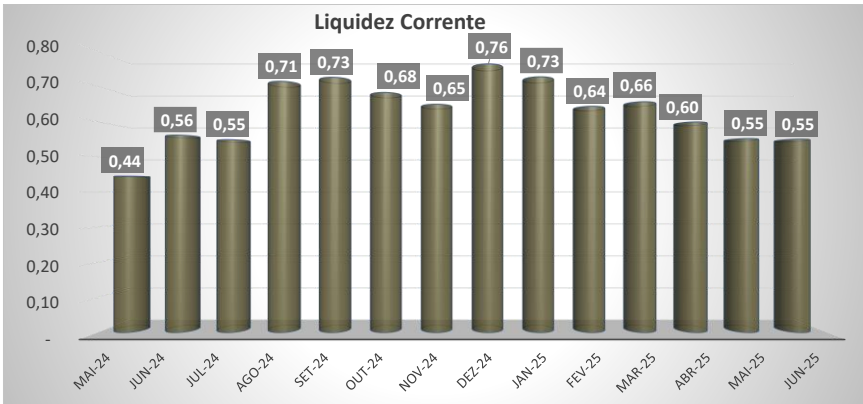


129. A aplicação da fórmula para o balanço apresentado pelas Recuperandas indica o resultado apresentado abaixo. O indicador mostra que o valor do Passivo Circulante correspondeu à 182% do valor do Ativo Circulante em junho de 2025.

| (R\$ mil)          | mai-24     | jun-24     | jul-24     | ago-24    | set-24    | out-24    | nov-24    | dez-24    | jan-25    | fev-25    | mar-25    | abr-25    | mai-25    | jun-25    |
|--------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ativo Circulante   | 7.751.199  | 6.770.607  | 6.546.456  | 5.965.452 | 5.890.467 | 5.821.860 | 5.899.909 | 5.480.026 | 5.456.170 | 5.217.638 | 4.709.522 | 4.422.547 | 4.326.675 | 4.103.829 |
| Passivo Circulante | 17.425.673 | 12.064.575 | 11.938.532 | 8.356.271 | 8.120.759 | 8.533.738 | 9.093.294 | 7.179.107 | 7.508.691 | 8.113.907 | 7.180.538 | 7.389.830 | 7.846.910 | 7.465.391 |
| Liquidez Corrente  | 0,44       | 0,56       | 0,55       | 0,71      | 0,73      | 0,68      | 0,65      | 0,76      | 0,73      | 0,64      | 0,66      | 0,60      | 0,55      | 0,55      |
|                    | 225%       | 178%       | 182%       | 140%      | 138%      | 147%      | 154%      | 131%      | 138%      | 156%      | 152%      | 167%      | 181%      | 182%      |

130. Observa-se que o ativo circulante das Recuperandas Oi S.A., Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Portugal Telecom International Finance B.V. diminuiu de aproximadamente R\$ 7.751.199.409,49 em maio de 2024, para cerca de R\$ 4.103.829.224,98 em junho de 2025.

131. O passivo circulante das Recuperandas registrou redução no mesmo período, de aproximadamente R\$ 17.425.672.858,71 em maio de 2024 para cerca de R\$ 7.465.390.669,07 em junho de 2025. Desta forma, o índice de liquidez corrente aumentou de 0,44 em maio de 2024, para 0,55 em junho de 2025.



1.3.2 Liquidez Seca

132. A liquidez seca (LS)<sup>7</sup> reflete a disponibilização de recursos de curto prazo em seu ativo circulante, para liquidar dívidas de curto prazo alocadas no passivo

<sup>7</sup> ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.47.

circulante, sendo que neste caso exclui-se do ativo o valor do estoque, por representar um ativo de liquidação não imediata.

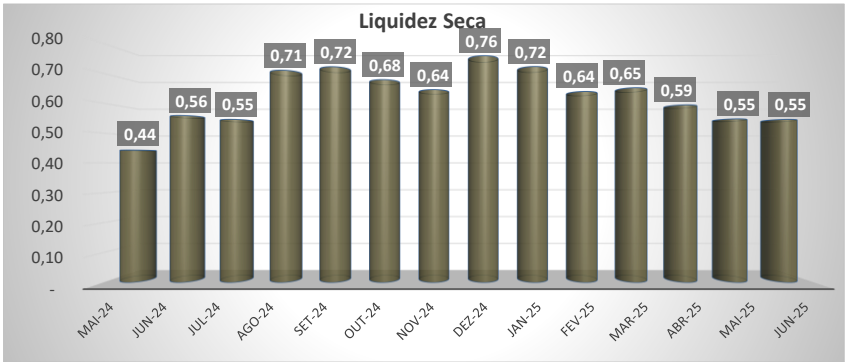
$$LS = (Ativo\ Circulante - Estoque) / Passivo\ Circulante$$

133. A aplicação da fórmula culminou no resultado indicado na tabela abaixo, de acordo com os dados do balanço apresentado pelas Oi S.A., Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. e Portugal Telecom International Finance B.V .

| (R\$ mil)          | mai-24     | jun-24     | jul-24     | ago-24    | set-24    | out-24    | nov-24    | dez-24    | jan-25    | fev-25    | mar-25    | abr-25    | mai-25    | jun-25    |
|--------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Ativo Circulante   | 7.751.199  | 6.770.607  | 6.546.456  | 5.965.452 | 5.890.467 | 5.821.860 | 5.899.909 | 5.480.026 | 5.456.170 | 5.217.638 | 4.709.522 | 4.422.547 | 4.326.675 | 4.103.829 |
| Estoque            | 31.450     | 33.353     | 33.973     | 33.937    | 32.689    | 34.667    | 36.321    | 37.154    | 34.981    | 35.093    | 34.453    | 33.965    | 34.252    | 32.743    |
| Passivo Circulante | 17.425.673 | 12.064.575 | 11.938.532 | 8.356.271 | 8.120.759 | 8.533.738 | 9.093.294 | 7.179.107 | 7.508.691 | 8.113.907 | 7.180.538 | 7.389.830 | 7.846.910 | 7.465.391 |
| Liquidez Seca      | 0,44       | 0,56       | 0,55       | 0,71      | 0,72      | 0,68      | 0,64      | 0,76      | 0,72      | 0,64      | 0,65      | 0,59      | 0,55      | 0,55      |

134. Nota-se que o fato do valor absoluto da conta “Estoque” ser pequeno torna o resultado do indicador liquidez seca muito próximo ao indicador liquidez corrente, não sendo percebida a diferença entre ambos quando consideradas somente duas casas decimais.

135. Desta forma, a liquidez seca em maio de 2024 foi de 0,44 e aumentou para 0,55 em junho de 2025.



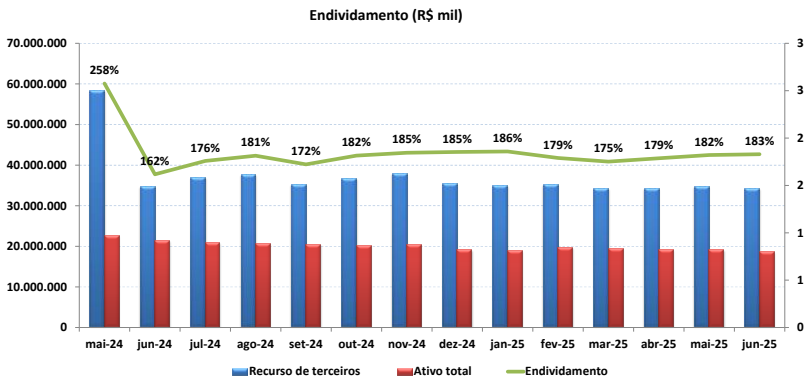
1.3.3 Endividamento Geral

136. Este indicador reflete a estrutura de capital e mostra qual a fração dos ativos está financiada através de dívidas com terceiros<sup>8</sup>.

$$\text{Endividamento Geral} = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativos}$$

| (R\$ mil)              | mai-24     | jun-24     | jul-24     | ago-24     | set-24     | out-24     | nov-24     | dez-24     | jan-25     | fev-25     | mar-25     | abr-25     | mai-25     | jun-25     |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Passivo Circulante     | 17.425.673 | 12.064.575 | 11.938.532 | 8.356.271  | 8.120.759  | 8.533.738  | 9.093.294  | 7.179.107  | 7.508.691  | 8.113.907  | 7.180.538  | 7.389.830  | 7.846.910  | 7.465.391  |
| Passivo Não Circulante | 40.829.627 | 22.621.477 | 24.985.934 | 29.190.086 | 27.162.275 | 28.146.019 | 28.710.437 | 28.253.793 | 27.436.132 | 27.077.252 | 26.993.652 | 26.848.534 | 26.819.032 | 26.706.689 |
| Total do Ativo         | 22.610.978 | 21.454.037 | 20.994.948 | 20.700.804 | 20.480.970 | 20.208.618 | 20.487.610 | 19.116.524 | 18.800.790 | 19.661.075 | 19.514.166 | 19.167.917 | 19.039.671 | 18.676.117 |
| Grau de endividamento  | 258%       | 162%       | 176%       | 181%       | 172%       | 182%       | 185%       | 185%       | 186%       | 179%       | 175%       | 179%       | 182%       | 183%       |

137. A participação do capital de terceiros diante do total de ativos foi de 183% em junho de 2025, indicando que o ativo total representa cerca de 55% do valor total da dívida apresentada no Balanço Patrimonial das recuperandas.



1.3.4 Prazos de Recebíveis (Aging)

138. O *Aging* dos Recebíveis indica a composição por idade dos valores a receber. Os recebíveis são agrupados em diferentes faixas de tempo, geralmente divididos em categorias como "até 30 dias", "31 a 60 dias", "61 a 90 dias" e assim por diante.

139. Em resposta a solicitação da Administração Judicial, as recuperandas

<sup>8</sup> ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.48.

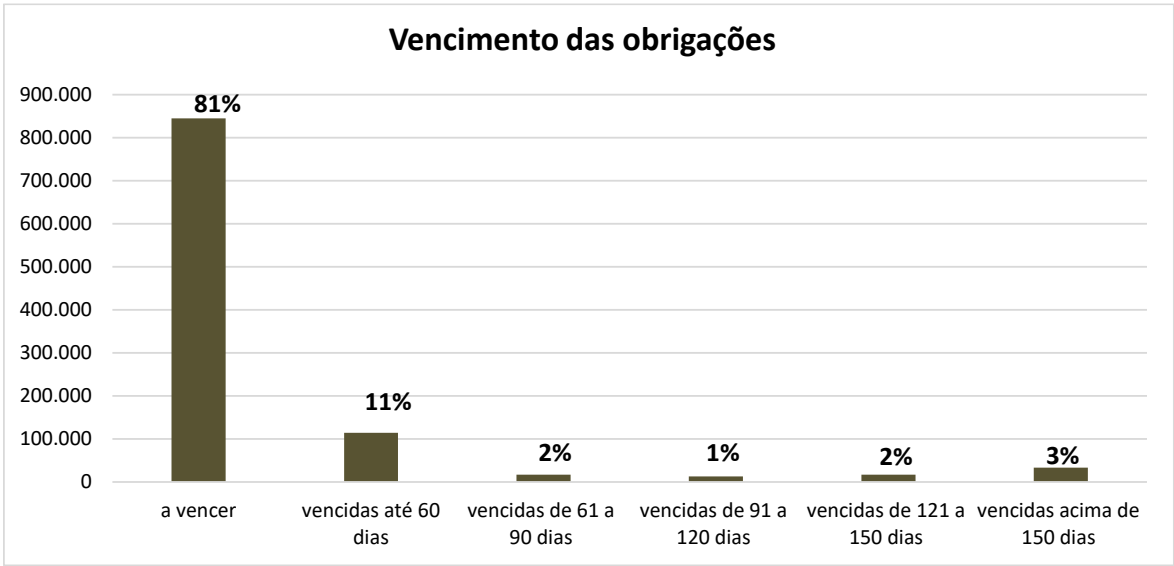
apresentaram os prazos de recebíveis (*aging*) do mês de junho de 2025 indicados na nota explicativa das demonstrações financeiras do Grupo Oi S.A.

140. A tabela a seguir mostra os valores esperados para recebimento classificados acordo com o tempo de vencimento.

Em milhares de R\$

| Agings                     | 30/06/2025 | %    |
|----------------------------|------------|------|
| a vencer                   | 844.780    | 81%  |
| vencidas até 60 dias       | 114.614    | 11%  |
| vencidas de 61 a 90 dias   | 17.090     | 2%   |
| vencidas de 91 a 120 dias  | 13.138     | 1%   |
| vencidas de 121 a 150 dias | 17.124     | 2%   |
| vencidas acima de 150 dias | 33.464     | 3%   |
| TOTAL                      | 1.040.210  | 100% |

141. Como informado à Administração Judicial, o valor dos recebíveis a vencer totaliza aproximadamente R\$ 844.780.000,00 e representa 81% do total de recebíveis no valor aproximado de R\$ 1.040.210.000,00.

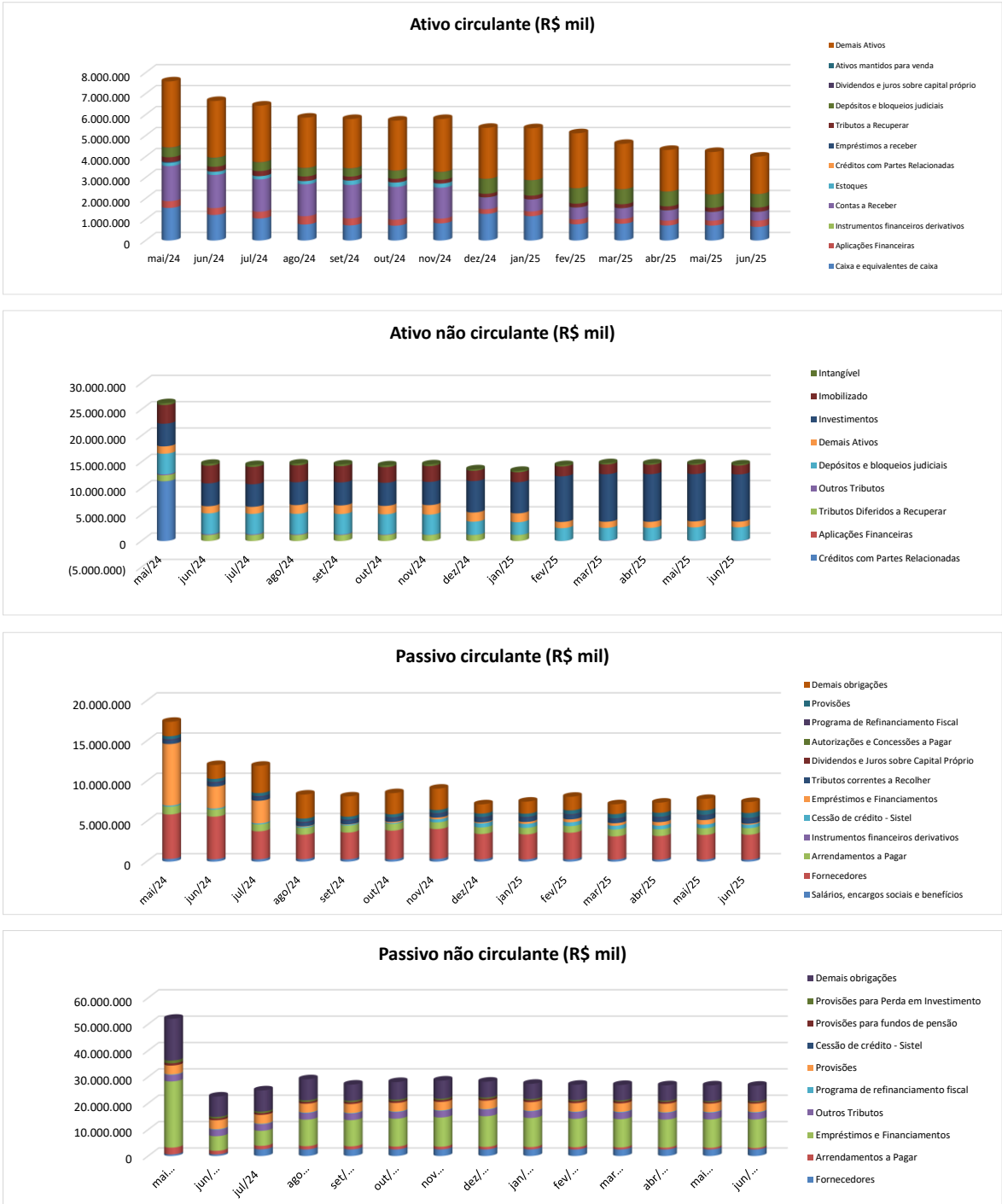


XI. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INDIVIDUALIZADA

2.1 OI S.A. (Controladora)

| BALANÇO PATRIMONIAL                      |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
|------------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| OI S.A. - Em RJ                          |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Em mil de R\$                            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| ATIVO                                    | mai/24       | jun/24       | jul/24       | ago/24       | set/24       | out/24       | nov/24       | dez/24       | jan/25       | fev/25       | mar/25       | abr/25       | mai/25       | jun/25       |  |
| Caixa e equivalentes de caixa            | 1.554.070    | 1.218.006    | 1.048.624    | 764.022      | 720.312      | 706.662      | 819.557      | 1.267.170    | 1.160.147    | 774.662      | 799.262      | 714.687      | 711.613      | 648.764      |  |
| Aplicações Financeiras                   | 322.404      | 324.325      | 327.044      | 394.818      | 330.982      | 283.007      | 223.081      | 224.558      | 226.455      | 226.233      | 228.013      | 230.077      | 231.805      | 296.168      |  |
| Instrumentos financeiros derivativos     | 999          | 2.929        | 440          | 2            | 8            | 1.299        | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |  |
| Contas a Receber                         | 1.670.929    | 1.580.778    | 1.539.479    | 1.522.174    | 1.598.431    | 1.565.668    | 1.477.163    | 552.070      | 570.339      | 565.741      | 504.351      | 478.357      | 407.740      | 415.336      |  |
| Estoques                                 | 157.760      | 155.024      | 153.629      | 153.770      | 209.848      | 209.745      | 196.451      | 9.338        | 1.925        | 6.190        | 5.858        | 10.223       | 8.479        | 6.803        |  |
| Créditos com Partes Relacionadas         | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |  |
| Empréstimos a receber                    | 34.067       | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |  |
| Tributos a Recuperar                     | 230.941      | 235.350      | 241.765      | 219.873      | 187.982      | 176.416      | 178.767      | 174.331      | 180.553      | 186.182      | 191.605      | 195.407      | 199.878      | 204.595      |  |
| Depósitos e bloqueios judiciais          | 449.054      | 422.385      | 410.429      | 391.460      | 381.694      | 377.246      | 360.803      | 703.999      | 725.455      | 720.537      | 704.829      | 694.473      | 622.887      | 631.325      |  |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 5.274        | 1.978        | 1.978        | 1.978        | 2.496        | 1.806        | 1.806        | 0            | 0            | 539          | 539          | 539          | 539          | 539          |  |
| Ativos mantidos para venda               | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.436        | 9.770        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        | 7.915        |  |
| Demaís Ativos                            | 3.150.687    | 2.701.250    | 2.697.751    | 2.400.302    | 2.350.294    | 2.385.940    | 2.524.303    | 2.430.350    | 2.479.034    | 2.624.812    | 2.162.581    | 1.985.434    | 2.029.261    | 1.788.811    |  |
| Total do Ativo Circulante                | 7.585.620    | 6.651.462    | 6.430.574    | 5.857.835    | 5.791.481    | 5.717.225    | 5.791.700    | 5.369.732    | 5.351.824    | 5.112.812    | 4.604.954    | 4.317.112    | 4.220.115    | 4.000.257    |  |
| Créditos com Partes Relacionadas         | 11.367.402   | 1.203        | 1.243        | 1.259        | 1.229        | 1.322        | 1.403        | 1.456        | 1.390        | 1.412        | 1.406        | 1.405        | 1.437        | 1.393        |  |
| Aplicações Financeiras                   | 9.950        | 8.590        | 8.374        | 8.133        | 8.194        | 8.262        | 8.321        | 8.390        | 8.267        | 8.090        | 7.823        | 7.573        | 5.354        | 5.165        |  |
| Tributos Diferidos a Recuperar           | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | 1.136.400    | (0)          | (0)          | (0)          | (0)          | (0)          |  |
| Outros Tributos                          | 169.323      | 150.475      | 131.534      | 123.172      | 110.700      | 98.003       | 33.648       | 24.808       | 10.267       | 8.583        | 60.124       | 57.827       | 54.508       | 52.842       |  |
| Depósitos e bloqueios judiciais          | 3.923.948    | 3.962.844    | 3.885.494    | 3.901.490    | 3.877.477    | 3.830.140    | 3.839.589    | 2.510.778    | 2.420.837    | 2.430.302    | 2.433.567    | 2.441.623    | 2.536.479    | 2.538.219    |  |
| Demaís Ativos                            | 1.396.056    | 1.354.872    | 1.338.074    | 1.660.950    | 1.633.362    | 1.606.223    | 1.810.437    | 1.745.230    | 1.682.655    | 1.177.686    | 1.162.802    | 1.147.436    | 1.137.807    | 1.089.665    |  |
| Investimentos                            | 4.310.636    | 4.355.408    | 4.294.146    | 4.345.965    | 4.386.632    | 4.394.218    | 4.414.140    | 5.984.186    | 5.928.942    | 8.687.656    | 9.040.162    | 9.062.347    | 8.998.905    | 8.978.020    |  |
| Imobilizado                              | 3.545.884    | 3.349.826    | 3.292.803    | 3.198.191    | 3.080.352    | 2.959.779    | 2.998.487    | 1.938.399    | 1.882.340    | 1.866.529    | 1.847.142    | 1.786.274    | 1.748.125    | 1.685.588    |  |
| Intangível                               | 367.581      | 365.016      | 361.667      | 361.050      | 357.388      | 353.734      | 346.680      | 288.307      | 274.911      | 264.589      | 253.025      | 242.289      | 231.819      | 222.789      |  |
| Total do Ativo não Circulante            | 26.227.181   | 14.684.633   | 14.449.734   | 14.736.610   | 14.591.733   | 14.388.080   | 14.589.105   | 13.637.954   | 13.346.010   | 14.444.849   | 14.806.050   | 14.746.775   | 14.714.434   | 14.573.680   |  |
| Total do Ativo                           | 33.812.801   | 21.336.095   | 20.880.308   | 20.594.445   | 20.383.214   | 20.105.305   | 20.380.804   | 19.007.686   | 18.697.834   | 19.557.661   | 19.411.004   | 19.063.887   | 18.934.549   | 18.573.937   |  |
| Em milhares de R\$                       |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| PASSIVO                                  | mai/24       | jun/24       | jul/24       | ago/24       | set/24       | out/24       | nov/24       | dez/24       | jan/25       | fev/25       | mar/25       | abr/25       | mai/25       | jun/25       |  |
| Salários, encargos sociais e benefícios  | 330.845      | 294.352      | 290.525      | 301.827      | 284.661      | 279.778      | 328.316      | 287.498      | 272.188      | 278.255      | 254.190      | 251.142      | 252.999      | 239.976      |  |
| Fornecedores                             | 5.534.671    | 5.303.729    | 3.479.767    | 3.048.000    | 3.329.867    | 3.577.183    | 3.724.838    | 3.149.638    | 3.111.796    | 3.318.075    | 2.882.262    | 2.929.716    | 3.066.012    | 3.109.481    |  |
| Arrendamentos a Pagar                    | 971.754      | 866.605      | 860.421      | 849.102      | 860.477      | 840.714      | 833.706      | 822.032      | 818.666      | 823.391      | 859.151      | 844.850      | 833.425      | 818.781      |  |
| Instrumentos financeiros derivativos     | 320          | 189          | 220          | 215          | 1.134        | 8            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |  |
| Cessão de crédito - Sistel               | 144.966      | 144.966      | 131.787      | 131.787      | 118.068      | 112.019      | 379.466      | 509.443      | 495.241      | 481.040      | 466.839      | 452.637      | 452.637      | 424.235      |  |
| Empréstimos e Financiamentos             | 7.645.849    | 2.720.521    | 2.808.535    | 55.939       | 48.243       | 126.940      | 203.751      | 112.472      | 237.234      | 356.574      | 315.967      | 437.647      | 570.789      | 116.137      |  |
| Tributos correntes a Recolher            | 469.789      | 457.979      | 460.131      | 448.781      | 466.279      | 469.081      | 453.717      | 551.701      | 510.924      | 542.065      | 522.939      | 550.182      | 561.693      | 644.514      |  |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio | 8.789        | 5.496        | 5.496        | 5.496        | 5.496        | 5.495        | 5.495        | 5.496        | 5.497        | 5.497        | 5.497        | 5.499        | 5.499        | 5.499        |  |
| Autorizações e Concessões a Pagar        | 2.581        | 3.066        | 3.541        | 4.006        | 4.462        | 4.908        | 5.344        | 5.769        | 6.173        | 6.338        | 6.492        | 6.636        | 6.772        | 6.896        |  |
| Programa de Refinanciamento Fiscal       | 112.082      | 106.053      | 99.949       | 98.000       | 99.721       | 90.529       | 88.238       | 89.003       | 89.721       | 90.535       | 67.825       | 78.546       | 62.318       | 62.563       |  |
| Provisões                                | 381.696      | 385.580      | 393.494      | 408.444      | 368.559      | 377.213      | 404.904      | 444.392      | 414.404      | 479.613      | 523.383      | 518.804      | 566.679      | 615.064      |  |
| Demaís obrigações                        | 1.787.126    | 1.730.288    | 3.390.866    | 2.989.695    | 2.519.636    | 2.634.707    | 2.649.219    | 1.151.440    | 1.499.223    | 1.688.174    | 1.230.719    | 1.263.259    | 1.416.801    | 1.371.331    |  |
| Total do Passivo Circulante              | 17.390.469   | 12.018.822   | 11.924.732   | 8.341.293    | 8.107.141    | 8.518.576    | 9.076.994    | 7.128.883    | 7.461.066    | 8.069.558    | 7.135.264    | 7.338.918    | 7.795.624    | 7.414.476    |  |
| Fornecedores                             | 587.169      | 592.774      | 2.537.000    | 2.487.880    | 2.492.259    | 2.495.106    | 2.498.075    | 2.500.703    | 2.502.984    | 2.482.130    | 2.481.449    | 2.483.836    | 2.487.025    | 2.494.001    |  |
| Arrendamentos a Pagar                    | 2.600.357    | 1.375.843    | 1.309.218    | 1.231.421    | 1.169.735    | 1.079.496    | 1.016.067    | 950.960      | 877.376      | 842.993      | 758.312      | 685.114      | 621.310      | 536.186      |  |
| Empréstimos e Financiamentos             | 25.107.952   | 5.538.942    | 5.711.773    | 10.079.917   | 9.949.971    | 10.577.607   | 11.100.891   | 11.628.244   | 11.051.617   | 10.770.376   | 10.749.504   | 10.653.939   | 10.764.628   | 10.830.863   |  |
| Outros Tributos                          | 2.456.195    | 2.466.863    | 2.474.737    | 2.482.206    | 2.491.316    | 2.503.368    | 2.513.816    | 2.522.688    | 2.529.727    | 2.540.341    | 2.557.105    | 2.565.263    | 2.574.415    | 2.588.805    |  |
| Programa de refinanciamento fiscal       | 194.403      | 192.477      | 190.304      | 184.399      | 183.046      | 184.290      | 180.641      | 174.834      | 173.027      | 167.581      | 187.208      | 176.082      | 189.244      | 186.027      |  |
| Provisões                                | 3.372.731    | 3.406.072    | 3.372.395    | 3.372.144    | 3.431.495    | 3.299.322    | 3.232.355    | 3.224.025    | 3.309.734    | 3.261.748    | 3.230.305    | 3.262.246    | 3.241.492    | 3.242.851    |  |
| Cessão de crédito - Sistel               | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            | 0            |  |
| Provisões para fundos de pensão          | 829.730      | 655.819      | 660.997      | 666.290      | 668.245      | 671.208      | 677.760      | 680.121      | 685.902      | 688.453      | 701.161      | 707.329      | 524.513      | 528.293      |  |
| Provisões para Perda em Investimento     | 1.079.631    | 624.131      | 619.185      | 614.240      | 561.962      | 540.554      | 518.793      | 496.675      | 474.193      | 451.342      | 428.114      | 404.505      | 380.507      | 356.115      |  |
| Demaís obrigações                        | 15.838.487   | 7.696.367    | 8.009.485    | 7.980.208    | 6.130.106    | 6.706.916    | 6.881.533    | 6.016.930    | 5.776.241    | 5.813.224    | 5.842.607    | 5.857.102    | 5.982.062    | 5.892.282    |  |
| Total do Passivo não Circulante          | 52.066.654   | 22.549.287   | 24.885.094   | 29.098.705   | 27.078.136   | 28.057.867   | 28.619.931   | 28.195.180   | 27.380.801   | 27.018.187   | 26.935.764   | 26.795.417   | 26.765.195   | 26.655.424   |  |
| Total do Patrimônio Líquido              | (35.644.322) | (13.232.014) | (15.929.518) | (16.845.553) | (14.802.063) | (16.471.139) | (17.316.121) | (16.316.376) | (16.144.033) | (15.530.084) | (14.660.024) | (15.070.448) | (15.626.271) | (15.495.963) |  |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido    | 33.812.801   | 21.336.095   | 20.880.308   | 20.594.445   | 20.383.214   | 20.105.305   | 20.380.804   | 19.007.686   | 18.697.834   | 19.557.661   | 19.411.004   | 19.063.887   | 18.934.549   | 18.573.937   |  |
| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| OI S.A. - Em RJ                          |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Em mil de R\$                            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
|                                          | mai/24       | jun/24       | jul/24       | ago/24       | set/24       | out/24       | nov/24       | dez/24       | jan/25       | fev/25       | mar/25       | abr/25       | mai/25       | jun/25       |  |
| Receita operacional bruta                | 845.649      | 839.587      | 831.522      | 813.076      | 789.156      | 777.029      | 747.752      | 320.710      | 295.677      | 283.581      | 179.946      | 162.724      | 152.555      | 156.495      |  |
| Deduções da receita bruta                | (202.196)    | (200.859)    | (195.005)    | (187.059)    | (158.658)    | (177.440)    | (175.045)    | (89.740)     | (85.439)     | (80.407)     | (25.341)     | (22.152)     | (21.348)     | (21.503)     |  |
| Receita Líquida                          | 643.453      | 638.728      | 636.517      | 626.016      | 630.498      | 599.589      | 572.707      | 230.971      | 210.238      | 203.174      | 154.605      | 140.572      | 131.207      | 134.991      |  |
| Custo dos serviços/produtos              | (755.002)    | (691.894)    | (742.840)    | (705.543)    | (733.703)    | (729.559)    | (763.735)    | (245.171)    | (384.868)    | (1.050.544)  | 20.673       | (307.573)    | (284.304)    | (281.770)    |  |
| Lucro/Prejuízo bruto                     | (111.549)    | (53.166)     | (106.323)    | (79.527)     | (103.205)    | (129.970)    | (191.028)    | (14.201)     | (174.629)    | (847.370)    | 175.278      | (167.001)    | (153.097)    | (146.779)    |  |
| Margem bruta %                           | -17%         | -8%          | -17%         | -13%         | -16%         | -22%         | -33%         | -6%          | -83%         | -417%        | 113%         | -119%        | -117%        | -109%        |  |
| Despesas com Vendas                      | (153.759)    | (147.808)    | (140.031)    | (119.365)    | (157.976)    | (149.422)    | (149.650)    | (51.933)     | (42.162)     | (521.421)    | (29.654)     | (28.451)     | (29.863)     | (25.435)     |  |
| Despesas Gerais e Administrativas        | (77.605)     | (72.604)     | (70.643)     | (73.265)     | (79.177)     | (55.423)     | (86.658)     | (181.879)    | (61.424)     | (59.998)     | (52.674)     | (68.448)     | (46.609)     | (42.321)     |  |
| Outras Recreitas Operacionais            | 47.105       | 2.660.520    | 58.522       | 73.172       | 88.316       | 97.9         |              |              |              |              |              |              |              |              |  |

142. Os gráficos a seguir evidenciam a composição do Ativo e do Passivo da Recuperanda.



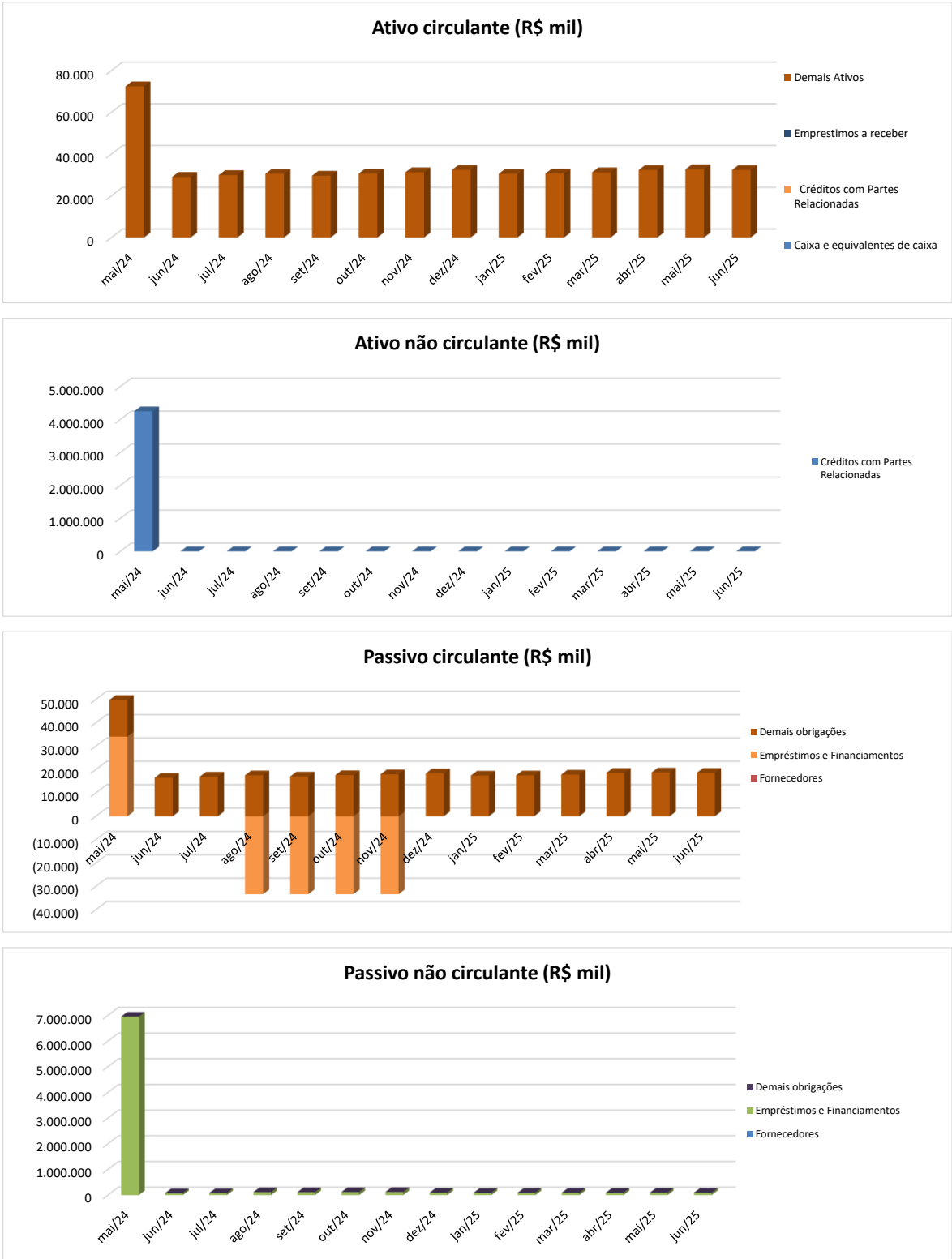
2.2 OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.

| BALANÇO PATRIMONIAL                         |             |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---------------------------------------------|-------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em RJ |             |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| Em mil de R\$                               |             |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| ATIVO                                       | mai/24      | jun/24   | jul/24   | ago/24   | set/24   | out/24   | nov/24   | dez/24   | jan/25   | fev/25   | mar/25   | abr/25   | mai/25   | jun/25   |
| Caixa e equivalentes de caixa               | 37          | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        | 5        |
| Créditos com Partes Relacionadas            | 0           | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Empréstimos a receber                       | 0           | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Demais Ativos                               | 72.398      | 29.006   | 29.882   | 30.524   | 29.596   | 30.606   | 31.219   | 32.406   | 30.519   | 30.626   | 31.212   | 32.352   | 32.614   | 32.339   |
| Total do Ativo Circulante                   | 72.435      | 29.011   | 29.887   | 30.529   | 29.601   | 30.611   | 31.224   | 32.411   | 30.524   | 30.631   | 31.217   | 32.357   | 32.619   | 32.344   |
| Créditos com Partes Relacionadas            | 4.247.457   | 3.692    | 3.843    | 3.957    | 3.886    | 4.097    | 4.262    | 4.369    | 4.172    | 4.240    | 4.340    | 4.505    | 4.606    | 4.589    |
| Total do Ativo não Circulante               | 4.247.457   | 3.692    | 3.843    | 3.957    | 3.886    | 4.097    | 4.262    | 4.369    | 4.172    | 4.240    | 4.340    | 4.505    | 4.606    | 4.589    |
| Total do Ativo                              | 4.319.892   | 32.702   | 33.730   | 34.487   | 33.487   | 34.708   | 35.487   | 36.780   | 34.696   | 34.870   | 35.558   | 36.862   | 37.225   | 36.933   |
| Em mil de R\$                               |             |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| PASSIVO                                     | mai/24      | jun/24   | jul/24   | ago/24   | set/24   | out/24   | nov/24   | dez/24   | jan/25   | fev/25   | mar/25   | abr/25   | mai/25   | jun/25   |
| Fornecedores                                | 0           | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Empréstimos e Financiamentos                | 34.067      | 0        | 0        | (33.324) | (33.324) | (33.324) | (33.324) | (0)      | (0)      | (0)      | (0)      | (0)      | (0)      | 0        |
| Demais obrigações                           | 15.722      | 16.476   | 16.965   | 17.513   | 17.018   | 17.588   | 17.945   | 18.337   | 17.414   | 17.480   | 17.825   | 18.566   | 18.726   | 18.570   |
| Total do Passivo Circulante                 | 49.789      | 16.476   | 16.965   | (15.811) | (16.306) | (15.735) | (15.379) | 18.337   | 17.414   | 17.480   | 17.825   | 18.566   | 18.726   | 18.570   |
| Fornecedores                                | 81          | 86       | 89       | 167      | 23       | 24       | 25       | 25       | 24       | 25       | 25       | 27       | 27       | 27       |
| Empréstimos e Financiamentos                | 6.952.075   | 78.784   | 81.551   | 116.284  | 114.455  | 120.188  | 125.151  | 95.015   | 90.748   | 92.225   | 92.451   | 93.256   | 95.391   | 93.096   |
| Demais obrigações                           | 0           | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        |
| Total do Passivo não Circulante             | 6.952.156   | 78.869   | 81.640   | 116.451  | 114.478  | 120.212  | 125.176  | 95.041   | 90.772   | 92.250   | 92.476   | 93.283   | 95.418   | 93.123   |
| Total do Patrimônio Líquido                 | (2.682.054) | (62.643) | (64.875) | (66.154) | (64.686) | (69.769) | (74.310) | (76.598) | (73.490) | (74.859) | (74.744) | (74.988) | (76.919) | (74.760) |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido       | 4.319.892   | 32.702   | 33.730   | 34.487   | 33.487   | 34.708   | 35.487   | 36.780   | 34.696   | 34.870   | 35.558   | 36.862   | 37.225   | 36.933   |

| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO     |          |           |           |         |          |          |          |          |          |         |          |         |          |          |
|---------------------------------------------|----------|-----------|-----------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|---------|----------|---------|----------|----------|
| Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em RJ |          |           |           |         |          |          |          |          |          |         |          |         |          |          |
| Em mil de R\$                               |          |           |           |         |          |          |          |          |          |         |          |         |          |          |
|                                             | mai/24   | jun/24    | jul/24    | ago/24  | set/24   | out/24   | nov/24   | dez/24   | jan/25   | fev/25  | mar/25   | abr/25  | mai/25   | jun/25   |
| Receita Líquida                             | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Custos dos serviços/produtos                | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Lucro/Prejuízo bruto                        | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Margem bruta %                              | -        | -         | -         | -       | -        | -        | -        | -        | -        | -       | -        | -       | -        | -        |
| Despesas Gerais e Administrativas           | (21)     | (5)       | 0         | (189)   | (24)     | (5)      | 1.009    | (1.200)  | (93)     | (5)     | 82       | (88)    | (6)      | (88)     |
| Outras Despesas Operacionais                | 0        | (28)      | 0         | 0       | 0        | 0        | (1.014)  | 1.014    | (54)     | 0       | (93)     | (3)     | (3)      | 85       |
| Total de Despesas Operacionais              | (21)     | (33)      | 0         | (189)   | (24)     | (5)      | (5)      | (185)    | (147)    | (5)     | (11)     | (91)    | (9)      | (3)      |
| Lucro/Prejuízo operacional (EBIT)           | (21)     | (33)      | 0         | (189)   | (24)     | (5)      | (5)      | (185)    | (147)    | (5)     | (11)     | (91)    | (9)      | (3)      |
| Margem EBIT %                               | -        | -         | -         | -       | -        | -        | -        | -        | -        | -       | -        | -       | -        | -        |
| Receitas Financeiras                        | 7        | (44.624)  | (186.083) | 2.318   | (34.267) | 52.203   | 42.437   | 20.869   | (60.931) | 3.188   | (12.307) | (6.010) | 8.080    | (37.016) |
| Despesas Financeiras                        | (51.182) | 2.664.068 | 183.852   | (3.408) | 35.759   | (57.281) | (46.973) | (22.971) | 64.186   | (4.552) | 12.434   | 5.856   | (10.003) | 39.177   |
| Resultado financeiro líquido                | (51.175) | 2.619.443 | (2.231)   | (1.090) | 1.492    | (5.078)  | (4.536)  | (2.102)  | 3.255    | (1.365) | 126      | (153)   | (1.922)  | 2.161    |
| IRPJ e CSLL - Corrente                      | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| IRPJ e CSLL- Diferido                       | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Incentivo fiscal lucro da exploração        | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Operação Descontinuada                      | 0        | 0         | 0         | 0       | 0        | 0        | 0        | 0        | 0        | 0       | 0        | 0       | 0        | 0        |
| Resultado líquido                           | (51.195) | 2.619.410 | (2.231)   | (1.279) | 1.468    | (5.083)  | (4.541)  | (2.287)  | 3.108    | (1.370) | 116      | (244)   | (1.931)  | 2.158    |
| Margem líquida %                            | -        | -         | -         | -       | -        | -        | -        | -        | -        | -       | -        | -       | -        | -        |



143. Os gráficos a seguir demonstram a composição dos grupos patrimoniais da Recuperanda.



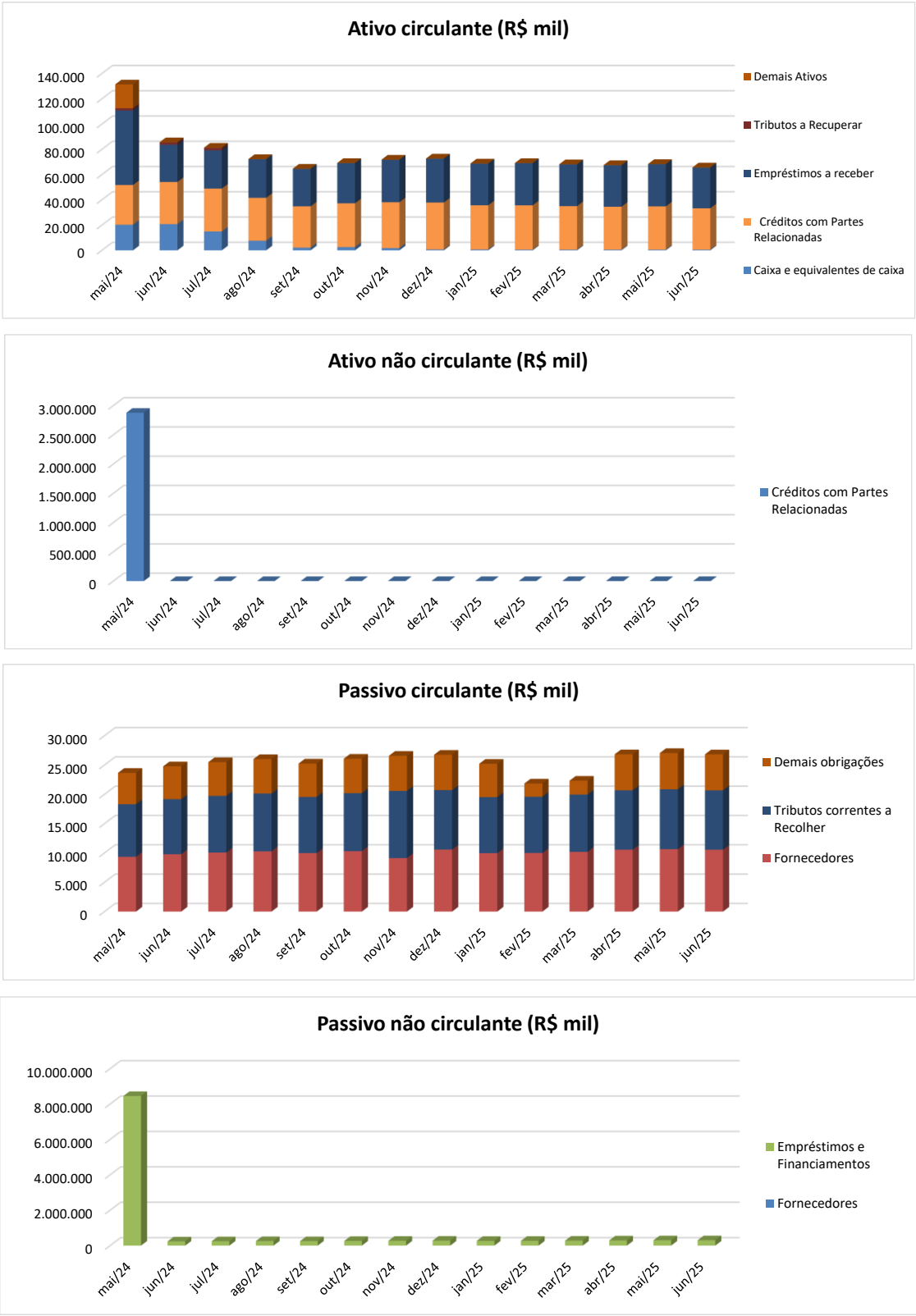
2.3 PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.

| BALANÇO PATRIMONIAL                                 |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|-----------------------------------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Portugal Telecom International Finance B.V. - Em RJ |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Em mil de R\$                                       |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| ATIVO                                               | mai/24      | jun/24    | jul/24    | ago/24    | set/24    | out/24    | nov/24    | dez/24    | jan/25    | fev/25    | mar/25    | abr/25    | mai/25    | jun/25    |
| Caixa e equivalentes de caixa                       | 20.289      | 20.765    | 14.940    | 7.644     | 2.154     | 2.562     | 1.766     | 701       | 689       | 550       | 552       | 557       | 558       | 550       |
| Créditos com Partes Relacionadas                    | 31.450      | 33.353    | 33.973    | 33.937    | 32.689    | 34.667    | 36.321    | 37.154    | 34.981    | 35.093    | 34.453    | 33.965    | 34.252    | 32.743    |
| Empréstimos a receber                               | 58.985      | 29.481    | 30.321    | 30.581    | 29.728    | 31.827    | 33.647    | 34.739    | 33.008    | 33.387    | 33.075    | 32.889    | 33.462    | 32.261    |
| Tributos a Recuperar                                | 1.805       | 1.891     | 1.946     | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         |
| Demais Ativos                                       | 18.866      | 141       | 145       | 148       | 144       | 149       | 152       | 153       | 144       | 144       | 147       | 152       | 154       | 152       |
| Total do Ativo Circulante                           | 131.396     | 85.631    | 81.324    | 72.311    | 64.715    | 69.205    | 71.885    | 72.746    | 68.821    | 69.173    | 68.228    | 67.564    | 68.426    | 65.705    |
| Créditos com Partes Relacionadas                    | 2.878.119   | 2.063     | 2.154     | 2.231     | 2.195     | 2.300     | 2.378     | 2.428     | 2.319     | 2.357     | 2.437     | 2.561     | 2.619     | 2.633     |
| Total do Ativo não Circulante                       | 2.878.119   | 2.063     | 2.154     | 2.231     | 2.195     | 2.300     | 2.378     | 2.428     | 2.319     | 2.357     | 2.437     | 2.561     | 2.619     | 2.633     |
|                                                     |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Total do Ativo                                      | 3.009.515   | 87.695    | 83.478    | 74.542    | 66.910    | 71.505    | 74.263    | 75.173    | 71.140    | 71.531    | 70.665    | 70.125    | 71.045    | 68.338    |
| Em mil de R\$                                       |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| PASSIVO                                             | mai/24      | jun/24    | jul/24    | ago/24    | set/24    | out/24    | nov/24    | dez/24    | jan/25    | fev/25    | mar/25    | abr/25    | mai/25    | jun/25    |
| Fornecedores                                        | 9.345       | 9.787     | 10.073    | 10.283    | 9.980     | 10.309    | 9.125     | 10.579    | 9.963     | 9.998     | 10.189    | 10.561    | 10.647    | 10.557    |
| Tributos correntes a Recolher                       | 8.964       | 9.389     | 9.663     | 9.864     | 9.573     | 9.890     | 11.466    | 10.148    | 9.557     | 9.591     | 9.774     | 10.131    | 10.213    | 10.127    |
| Demais obrigações                                   | 5.358       | 5.597     | 5.751     | 5.865     | 5.701     | 5.879     | 5.987     | 6.024     | 5.692     | 2.259     | 2.363     | 6.140     | 6.187     | 6.138     |
| Total do Passivo Circulante                         | 23.667      | 24.773    | 25.487    | 26.012    | 25.254    | 26.078    | 26.579    | 26.751    | 25.211    | 21.847    | 22.326    | 26.832    | 27.047    | 26.821    |
| Fornecedores                                        | 273         | 289       | 301       | 79        | 77        | 81        | 84        | 86        | 82        | 83        | 86        | 90        | 92        | 93        |
| Empréstimos e Financiamentos                        | 8.452.622   | 236.337   | 246.731   | 255.469   | 251.381   | 263.442   | 272.318   | 278.062   | 265.637   | 270.027   | 279.118   | 293.282   | 299.910   | 301.479   |
| Total do Passivo não Circulante                     | 8.452.895   | 236.627   | 247.032   | 255.548   | 251.459   | 263.523   | 272.402   | 278.147   | 265.719   | 270.110   | 279.204   | 293.372   | 300.002   | 301.571   |
| Total do Patrimônio Líquido                         | (5.467.047) | (173.705) | (189.041) | (207.018) | (209.803) | (218.096) | (224.717) | (229.725) | (219.790) | (220.426) | (230.865) | (250.079) | (256.003) | (260.055) |
|                                                     |             |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido               | 3.009.515   | 87.695    | 83.478    | 74.542    | 66.910    | 71.505    | 74.263    | 75.173    | 71.140    | 71.531    | 70.665    | 70.125    | 71.045    | 68.338    |

| DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO             |          |           |           |          |          |           |          |          |           |          |          |           |          |          |
|-----------------------------------------------------|----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|
| Portugal Telecom International Finance B.V. - Em RJ |          |           |           |          |          |           |          |          |           |          |          |           |          |          |
| Em mil de R\$                                       |          |           |           |          |          |           |          |          |           |          |          |           |          |          |
|                                                     | mai/24   | jun/24    | jul/24    | ago/24   | set/24   | out/24    | nov/24   | dez/24   | jan/25    | fev/25   | mar/25   | abr/25    | mai/25   | jun/25   |
| Receita operacional bruta                           | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Deduções da receita bruta                           | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Receita Líquida                                     | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Custos dos serviços/produtos                        | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Lucro/Prejuízo bruto                                | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Margem bruta %                                      | -        | -         | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        |
| Despesas com Vendas                                 | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Despesas Gerais e Administrativas                   | (12.856) | 15.857    | 0         | 0        | 0        | (14)      | 0        | (35)     | (2)       | (167)    | (2)      | (136)     | (2)      | 0        |
| Outras Despesas Operacionais                        | (2)      | (2)       | (2)       | 92       | 5        | 281       | (2)      | 15       | 28        | 26       | (4)      | (2)       | (2)      | (2)      |
| Total de Despesas Operacionais                      | (12.857) | 15.856    | (2)       | 92       | 5        | 266       | (2)      | (20)     | 26        | (141)    | (6)      | (138)     | (4)      | (2)      |
| Lucro/Prejuízo operacional (EBIT)                   | (12.857) | 15.856    | (2)       | 92       | 5        | 266       | (2)      | (20)     | 26        | (141)    | (6)      | (138)     | (4)      | (2)      |
| Margem EBIT %                                       | -        | -         | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        |
| Receitas Financeiras                                | 1.671    | (65.553)  | 131.199   | 52.986   | (95.775) | 99.566    | 60.060   | 20.376   | (183.118) | 14.080   | 55.944   | 105.498   | 25.667   | (27.514) |
| Despesas Financeiras                                | (85.166) | 5.343.040 | (146.534) | (71.056) | 92.985   | (108.125) | (66.680) | (25.363) | 193.027   | (14.575) | (66.378) | (124.574) | (31.587) | 23.465   |
| Resultado financeiro líquido                        | (83.495) | 5.277.487 | (15.334)  | (18.070) | (2.789)  | (8.559)   | (6.620)  | (4.987)  | 9.908     | (495)    | (10.433) | (19.076)  | (5.920)  | (4.049)  |
| IRPJ e CSLL - Corrente                              | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| IRPJ e CSLL - Diferido                              | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Incentivo fiscal lucro da exploração                | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Operação Descontinuada                              | 0        | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0        |
| Resultado líquido                                   | (96.352) | 5.293.342 | (15.336)  | (17.977) | (2.784)  | (8.293)   | (6.622)  | (5.007)  | 9.935     | (636)    | (10.439) | (19.214)  | (5.924)  | (4.051)  |
| Margem líquida %                                    | -        | -         | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        | -         | -        | -        |



144. Os gráficos a seguir demonstram a composição dos grupos patrimoniais da Recuperanda.



## XII. DA CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES DO GRUPO OI

---

145. No âmbito da análise das operações das Recuperandas e do respaldo patrimonial para que a mesma possa fazer frente aos compromissos assumidos no P.R.J., cumpre à A.J. lembrar que o *“Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Financeiras do 1º trimestre de 2025”*, elaborado pela auditoria independente Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda e divulgado ao mercado em 14/05/2025<sup>9</sup>, apontou a existência de *“incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”*.

146. Isto porque, segundo o relatado, *“a continuidade das operações da Companhia depende do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização integral das previsões dispostas no referido Plano de Recuperação Judicial”*.

147. Conforme destacado pela auditoria, a continuidade das operações do Grupo Oi enfrentava desafios, ante as incertezas quanto à concretização de eventos futuros que impactam diretamente em seu fluxo de caixa e em suas operações, tais como:

- (i) Venda de ativos e participações societárias relevantes, cuja realização pode ser afetada por variáveis externas, como condições de mercado e aprovações regulatórias, incluindo-se aí a venda da participação da Oi na V.Tal, cujo resultado será utilizado conforme as regras de cash sweep previstas no P.R.J., bem como a venda de aproximadamente 7.800 imóveis, com valores na ordem de R\$ 5,57 bilhões; e venda de “cobre aéreo”, com valor contábil na ordem de R\$ 670 milhões, conforme planilhas encaminhadas pelas Recuperandas.
- (ii) Antecipação de créditos judiciais, como superávits do Plano PBS-A da SISTEL, créditos de PIS/COFINS e ações em curso contra o DNIT;

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6aebbd40-9373-4b5a-8461-9839bd41cbbb/a15990c4-6370-2f63-ab98-3d2b87d7f454?origin=1>



(iii) Geração de caixa das unidades de negócios remanescentes, cujos resultados ainda são incertos e podem ser impactados por fatores operacionais e econômicos imprevistos.

148. Em resposta aos questionamentos formulados pela A.J., ao tempo da elaboração do 25º RMA apresentado, as Recuperandas informaram que para o atingimento do seu equilíbrio econômico-financeiro (breakeven), dependiam da realização dos eventos futuros indicados abaixo, sendo registrada a previsão das mesmas em alcançar o referido equilíbrio no último trimestre de 2026:

- ✓ Venda de ativos (Participação na V.Tal, Imóveis e Cobre Aéreo, previstas para ocorrer em 2025/2026, além de créditos relacionados a processos judiciais e recebíveis não performados);
- ✓ Melhora nas margens operacionais (Legado e Oi Soluções);
- ✓ Captação de recursos;
- ✓ Solução de disputas legais (Arbitragem/Disputa Anatel).

149. Observa-se, portanto, que a continuidade das operações estava atrelada à execução bem-sucedida de uma série de eventos previstos no PRJ homologado nesta 2ª Recuperação Judicial, que buscavam a implementação do seu Plano Estratégico voltado para a aceleração de novas receitas decorrentes dos negócios “core” e dos novos negócios de soluções digitais e a readequação da sua estrutura de custos e endividamento, conforme as condições aprovadas em AGC, de modo a assegurar a viabilidade operacional da Companhia.

150. Contudo, em 01/07/2025, foi juntado aos autos petição das recuperandas, onde as mesmas apresentaram Aditamento ao P.R.J. e respectivo Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira, com pedido de tutela cautelar de urgência *para “(i) suspender, por 180 dias, a exigibilidade das obrigações previstas no PRJ, com a subsequente proibição de alegação de descumprimento do PRJ e/ou ajuizamento de ações de falência ou de execuções movidas contra o GRUPO OI relativas a créditos ou obrigações*



*sujeitas ao ADITAMENTO; (ii) proibir, por 180 dias, qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial e/ou extrajudicial sobre os bens das RECUPERANDAS, oriunda de demandas judiciais e/ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se ao ADITAMENTO; e (iii) impedir a decretação de inadimplemento e/ou vencimento antecipado de qualquer obrigação com fundamento na apresentação do ADITAMENTO (cláusulas ipso facto)”.*

151. De acordo com as informações prestadas, o aditamento ao P.R.J. decorreu da frustração de algumas *“premissas regulatórias, financeiras e mercadológicas adotadas pela antiga gestão do Grupo Oi na elaboração do PRJ”*.

152. Em síntese, as recuperandas sustentaram que:

- a. O PRJ expectou o ingresso de R\$ 7,3 bilhões em dinheiro no caixa da empresa para o biênio de 2024/2025, com a venda da UPI ClientCo, mas tal premissa não se aperfeiçoou já que venda se deu pelo valor de R\$ 5,7 bilhões, mediante contrapartidas não pecuniárias (transferência de participações societárias, amortização de crédito extraconcursal e dação em pagamento de debêntures).
- b. O PRJ projetou uma redução substancial nos custos de manutenção da infraestrutura de serviços STFC a partir de junho de 2024, mas *“os custos para a manutenção da infraestrutura necessária à prestação dos serviços de telefonia STFC continuaram a ser impostos pela ANATEL até novembro de 2024 por 5 (cinco) meses após o período projetado originalmente”*.
- c. O passivo trabalhista foi reduzido em *“uma velocidade muito inferior à projetada pela antiga gestão do GRUPO OI quando da elaboração do PRJ”*.

153. Por conta dessa quebra das projeções do P.R.J. aprovado, as recuperandas informaram que a nova gestão do Grupo vem encontrando dificuldades para cumprir as obrigações financeiras de curto prazo, o que vem colocando em risco a conclusão do processo de soerguimento, o que tornou necessária a apresentação de aditamento para *“(i) reestruturar créditos concursais trabalhistas que não tiveram condições de*



*pagamento alteradas pelo PLANO; (ii) modificar condições e prazos de pagamento de determinados fornecedores, de forma a reduzir custos imediatos e aliviar a pressão momentânea por caixa de curto prazo; e (iii) repactuar a forma de pagamento de fornecedores take-or-pay vinculados a linhas de negócio descontinuadas ou com baixa utilização (itens 94/95 abaixo).”*

154. De acordo com as informações prestadas, diante do insucesso da angariação de recursos em dinheiro com a venda da ClientCo, as recuperandas precisaram “*obter waivers e deslocar a quitação de tais créditos para o futuro, passando a depender, sobretudo, dos prazos de concretização da alienação da UPI V.tal*”, ante o não atingimento das projeções esperadas para o fluxo de caixa, que restou comprometido, dificultando o incremento das operações e o pagamento das obrigações de curto prazo.

155. Foi informado ainda que houve aumento substancial das condenações trabalhistas, gerando um aumento significativo dos desembolsos com tais dívidas, que passou de uma média de R\$ 2,43 milhões por mês (entre mar/23 a mai/2024) para um gasto mensal médio de R\$ 32,5 no último ano, o que vem impactando o fluxo de caixa e “*comprometendo a sua liquidez e capacidade de pagamento das obrigações do plano*”.

156. O aditamento ao P.R.J. apresentado propôs, dentre outros pontos: “*(i) a alteração das condições de pagamento dos Créditos detidos por Credores Trabalhistas (Cláusula 4.1), Credores Fornecedores Parceiros (Cláusula 4.2.6), Credores Take or Pay com Garantia (Cláusula 4.2.8), Credores Take or Pay sem Garantia – Opção I (Cláusula 4.2.9), Credores Take or Pay sem Garantia – Opção II (Cláusula 4.2.10) e Credores Extraconcursais Aderentes (Cláusula 4.10); (ii) a utilização de depósitos recursais para a obtenção de recursos imediatos e pagamento dos credores (Cláusulas 5.4); e (iii) a possibilidade de contratação de empresa especializada para gerir os Imóveis por meio de veículo a ser criado para esse fim (Cláusula 5.3.5).*”

157. Diante do novo cenário apresentado, a Administração Judicial apresentou



relatório acerca do novo Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira que instruiu o Aditamento apresentado, o qual encontra-se acostado às fls. 115.999/116.062 dos autos do processo principal, onde concluiu que:

- No cenário de manutenção das obrigações previstas no PRJ, a nova projeção do fluxo de caixa apresentada pela Companhia, indica um saldo inicial positivo de R\$ 10 milhões em 01.07.2025, com previsão de caixa final negativo de R\$ 129 milhões no dia 31.07.2025, com manutenção da situação nos meses subsequentes e agravamento sucessivo, culminando em caixa negativo de R\$ 650 milhões em 31.10.2025, alcançando saldo negativo de mais de R\$ 1 bilhão em dezembro do corrente ano. O novo saldo inicial do fluxo de caixa, no importe de R\$ 10 milhões, foi impactado principalmente pela frustração no processo de venda da UPI ClientCo, que não alcançou o valor esperado, bem como, pelo fato de que a operação resultou em contrapartidas financeiras não pecuniárias, ou seja, não houve entrada de recursos no caixa, comprometendo a robustez da posição inicial de liquidez. Adicionalmente, foi constatado também que o passivo trabalhista apresenta redução inferior a inicialmente prevista no PRJ homologado, o que gerou impactos nas rubricas “Contingências” e “Classe I”, agravando a situação financeira das Recuperandas; e
- No cenário de deferimento do aditamento ao PRJ e suspensão das obrigações contidas no PRJ homologado, a projeção do fluxo de caixa indica um saldo inicial positivo de R\$ 22 milhões em 01.07.2025, com previsão de caixa final positivo de R\$ 66 milhões no dia 31.07.2025, com variações positivas nos meses subsequentes.

158. Na oportunidade, a AJ registrou, ainda, que o Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira não possui elementos suficientes e minimamente concretos que permitam aos credores afetados uma análise adequada quanto à viabilidade da continuidade dos negócios e da nova reestruturação proposta, uma vez que lastreado em eventos futuros e incertos e em premissas subjetivas, com similaridade às premissas anteriormente adotadas no P.R.J. aprovado e homologado, não havendo clareza nas projeções sobre os efetivos desembolsos e ingressos esperados e da compatibilidade das informações com o cumprimento das obrigações não afetadas pelo Aditamento.



159. Diante de tais premissas, a Administração Judicial Conjunta elencou em sua manifestação, todos os elementos que, em seu entender, carecem de esclarecimentos por parte das Recuperandas, para que seja possível realizar uma escoreita avaliação pelos credores acerca da viabilidade econômico-financeira do aditamento proposto.

160. Para além disso, a AJ noticiou, no 26º RMA, a ausência de envio dos comprovantes de pagamento dos créditos Take or Pay previstos nas Cláusulas 4.2.8.2, 4.2.8.3 e 4.2.10.1, bem como da 10ª parcela dos créditos de titularidade dos Credores Fornecedores Parceiros acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00, na forma do Cláusula 4.2.6(ii). Já com relação aos créditos trabalhistas, foi informado pela Administração Judicial, em sua manifestação de fls. 115.999/116.062, que as Recuperandas deixaram de comprovar o pagamento de todos os créditos vencidos em junho de 2025. Assim, foi determinado por este d. Juízo, através de decisão acostada às fls. 114.138/114.142 do processo principal, a intimação das Recuperandas para que se manifestassem sobre o descumprimento do P.R.J., bem como da Administração Judicial Conjunta *“inclusive sobre o dever inserto no inciso II, inciso ‘b’ da LRE”*.

161. Em cumprimento à r. decisão de fls. 114.138/114.142, as Recuperandas apresentaram manifestação às fls. 116.517/116.557, onde aduziram que:

- *“não se verificou o descumprimento substancial do PRJ, mas apenas o descumprimento pontual de determinadas obrigações previstas no PRJ, em virtude das restrições de caixa expostas na petição de fls. 113.147/113.191, as quais impossibilitam o GRUPO OI de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo e justificaram a apresentação do ADITAMENTO e do requerimento de tutela de urgência de fls. 113.147/113.191”;*
- *do “ponto de vista jurídico, como bem reconhecido por esse MM. Juízo, o aditamento a planos de recuperação judicial é bastante usual e amplamente aceito pela jurisprudência”;*
- *“não há na lei qualquer impedimento ou exigência de adimplemento integral do plano de recuperação judicial para a apresentação de*



*eventual aditamento”, conforme parecer acostado às fls. 116.560/116.573, da lavra do Professor Paulo Penalva; e*

- *“considerando a importância do GRUPO OI, eventual decretação de falência, em especial com fundamento no art. 73, inciso IV, da Lei nº 11.101/2005 (“LRE”), violaria o princípio da função social e da preservação da empresa, bem como representaria medida prematura, excessivamente gravosa e com impactos sociais seríssimos”.*

162. A Administração Judicial Conjunta, por sua vez, apresentou suas considerações às fls. 117.366/117.386, onde, atendendo ao que foi determinado por este d. Juízo informou que *“restou confirmado, ainda que pontual até o momento, o descumprimento do PRJ, o que, partindo de uma interpretação literal e estrita da Lei nº 11.101/2005, ‘acarretará a convolação da recuperação em falência, nos termos do art. 73 desta Lei” (art. 61, § 1º)’.*”.

163. Em todo caso, diante da relevância social das atividades das recuperandas, que transcende os interesses privados e assumem dimensão pública, a AJ ponderou que *“o estado falimentar deve levar em consideração que as Recuperandas atuam na prestação de serviços públicos essenciais, extrapolando o universo dos credores concursais para atingir até questões de ordem pública, relacionadas, exemplificadamente, a fornecimento de serviços de comunicação a milhares de localidades longínquas do território brasileiro e serviços de emergência como 190 e 193, além de sustentar cerca de 70% do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA)”.*

164. Nesse sentido, a AJ submeteu à ponderação deste d. Juízo sobre a pertinência de deferimento da tutela de urgência requerida pelas Recuperandas, com base em seu poder geral de cautela, por prazo que este d. Juízo entenda pertinente para viabilizar:

- que as Recuperandas complementem as informações e apresentem elementos concreto que possibilitem uma escoreita avaliação



quanto à viabilidade da continuidade dos seus negócios, notadamente os pontos indicados pela AJ. às fls. 115.999/116.062, submetendo-se, ainda, a pertinência de designação de audiência de mediação, com a presença das recuperandas, da AJ e do Watchdog, para debater a viabilidade econômica do aditamento e eventuais ajustes;

ii. a realização de negociações entre as Recuperandas e os credores afetados pela proposta de Aditamento;

iii. a intimação da ANATEL e TCU, como entes da Administração Pública *“interessados nos serviços prestados pelas Recuperandas e nos impactos do seu inadimplemento à sociedade”*;

iv. *“a intimação da Anatel e do TCU para que apresentem plano de contingência para o caso de inadimplemento ou transição dos serviços prestados pelas Recuperandas nas Localidades sem Alternativa de Comunicação, para os Serviços de Emergência e de Utilidade Pública e na transição dos Pontos de Interconexão”*;

v. a apresentação de todos os elementos necessários a viabilizar a análise, por este d. Juízo, *“da viabilidade da continuidade dos negócios das Recuperandas, bem como o exame do cabimento e viabilidade da proposta de Aditamento ao PRJ”*.

165. Em 22/08/2025, este d. Juízo proferiu decisão às fls. 118.173/118.176, por meio da qual determinou a suspensão da exigibilidade das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, no período de 13/08/2025 a 31/08/2025, sem adentrar no exame do aditamento, ante a necessidade de se aguardar o laudo do Observador Judicial nomeado.

166. Na mesma decisão, foi estabelecida a obrigação de apresentação, pela Recuperanda, de plano de transição destinado à continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, bem como determinada a intimação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Administração Judicial (AJ), para ciência. O decisum destacou, ainda, a importância da preservação da regularidade da prestação dos serviços de telecomunicações em regime público e de interesse coletivo.



167. Contra a decisão de fls. 118.173/118.176, foi interposto, pela Recuperanda, o Agravo de Instrumento nº 0071515-22.2025.8.19.0000, onde sustentaram, em síntese, que o prazo fixado pelo Juízo de origem seria insuficiente diante da complexidade das negociações em curso com os credores, bem como da necessidade de prazo razoável para que este Juízo pudesse apreciar o aditamento apresentado.

168. Na sequência, a Relatora proferiu decisão em 29/08/2025, deferindo parcialmente a tutela recursal para determinar que a suspensão da exigibilidade das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial permanecesse em vigor até que este d. Juízo analise o pedido de aditamento ao PRJ, estendendo a suspensão quanto à implementação das medidas direcionadas à ANATEL e ao TCU, bem como em relação à apresentação, pelas recuperandas, de plano de transição, consignando-se que a medida tem por finalidade resguardar a regularidade da prestação dos serviços desempenhados pelo Grupo Oi, inclusive aqueles vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (CINDACTA).

169. No âmbito das discussões envolvendo a possibilidade das recuperanda se valerem do Chapter 11 para reestruturarem parte de suas dívidas, cumpre dizer que a matéria está sendo discutida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0070880-41.2025.8.19.0000, onde a Exma. Desembargadora Relatora Mônica Maria Costa di Piero determinou a realização de mediação entre as Recuperandas e a V. Tal, com vistas a solucionar as diversas controvérsias havidas entre as partes, designando audiência prévia para o dia 11/09/2025 para indicação de mediador, prazos, escopo e alcance da mediação.

170. Nos autos principais da recuperação judicial, o Observador Judicial nomeado, em cumprimento à r. decisão de fls. 116.202/116.209, apresentou Laudo Técnico com a análise dos resultados operacionais, do demonstrativo de fluxo de caixa, do capital líquido circulante, da conferência das avaliações de ativos realizadas e da apuração de eventual esvaziamento patrimonial, concluindo que as atividades



empresariais têm sido subsidiadas por eventos extraordinários, como a venda de ativos, o que acarreta em um resultado operacional negativo, destacando que:

- i. O Fluxo de Caixa Realizado foi negativo, de modo que o desequilíbrio entre os recebimentos e pagamentos vem consumindo o caixa disponível, que iniciou janeiro/2025 com R\$ 1,5 bilhão e encerrou julho do ano corrente com R\$ 941 milhões.
- ii. As operações foram preservadas, em sua maior parte, por entradas não operacionais (NonCore), movimentações intragrupo e operações financeiras relevantes em 2024, as quais não têm ocorrido em 2025;
- iii. O Aditivo ao PRJ projetou leve variação líquida positiva de caixa, entre agosto a dezembro de 2025, mas dependente de desinvestimentos líquidos e não de recomposição operacional. O EBITDA projetado segue negativo e o fluxo operacional continua consumindo caixa;
- iv. A estabilidade do caixa (R\$ 40–50 milhões/mês) está condicionada à execução pontual do *pipeline* de alienações e à disciplina de Capex, impondo risco de execução caso ocorram atrasos.
- v. O Capital Circulante Líquido - CCL apresentou melhora relativa (déficit menor) pela redução do passivo circulante, mas a Liquidez Corrente permaneceu abaixo de 1, indicando que ativos de curto prazo não cobrem integralmente as obrigações exigíveis, sendo que *“a empresa continua dependente de geração operacional positiva”*.

171. O Observador pontuou que a previsibilidade de pagamentos e a continuidade operacional no curto prazo exigem estrita execução do cronograma de desinvestimentos e disciplina financeira, além do monitoramento mensal dos vetores críticos, tais como, EBITDA, Capital de Giro, Capex, NonCore, Intragrupo e obrigações do PRJ, com correções imediatas sempre que houver desvios em relação ao planejado.



172. Em relação aos números apurados entre janeiro e julho de 2025, destacou:

- i. Que os recebimentos e pagamentos dependem de eventos extraordinários para manter o caixa positivo, de modo que tal desequilíbrio tem consumido o caixa disponível, que de R\$ 1,5 bilhão em janeiro, encerrou julho com R\$ 941 milhões, sendo que, em julho/2025, as entradas de recurso em caixa somaram R\$ 195 milhões frente a despesas de R\$ 297 milhões, o que enseja risco de liquidez e dificulta o cumprimento das obrigações do PRJ;
- ii. Que *“a venda da UPI Client.Co reduziu o recebimento médio mensal de R\$ 745 milhões no segundo semestre de 2024, para R\$ 247 milhões no primeiro semestre de 2025”*;
- iii. Que, desde março de 2025, os documentos demonstram redução nos pagamentos dos credores, de R\$ 67 milhões para R\$ 3 milhões em julho;
- iv. *“As Recuperandas possuem como Total em Caixa e Equivalentes (valor em conta ou em fundos de investimento), a quantia de R\$ 936.232.791 ,71”*;
- v. Que *“de maio a julho de 2025, a operação das Recuperandas ficou negativa em R\$ 313 milhões, de forma que, caso mantida tal média, o caixa será integralmente consumido entre 8 e 9 meses”*;
- vi. Em consulta às Recuperandas, o Observador Judicial obteve a informação da existência de débito de R\$ 96,3 milhões com fornecedores essenciais para o desenvolvimento de suas atividades, dos quais R\$ 26,9 milhões seriam pagos até 29/08/2025; R\$ 61,8 milhões foram negociados e; R\$ 7,6 milhões encontram-se em vias de negociação. Apesar da informação, aponta o Observador que até a data do protocolo do Laudo (02/09/2025, não obteve informações atualizadas da conclusão das composições – com a exceção do fornecedor Hispamar Satélites S.A, o qual promoveu a comunicação nos autos (fls. 118.600);

173. Instada a se manifestar sobre o laudo do Observador Judicial apresentado nos autos, a Administração Judicial pontuou que a análise do profissional reportou o cenário deficitário registrado nos relatórios mensais de atividades das Recuperandas, já que o caixa obtido com as atividades das empresas não vem se mostrando suficiente para suprir os custos e as despesas da operação, reiterando-se o relatório apresentado às fls. 116.055/116.058, no qual foram apontadas as fragilidades e inconsistências do laudo de viabilidade que acompanha o Aditamento ao P.R.J.



174. As Recuperandas formularam pedido de tutela de urgência liminar nº 0960108-88.2025.8.19.0001, requerendo a suspensão temporária da exigibilidade das obrigações extraconcursais por 60 (sessenta) dias, diante da relatada restrição de caixa, decorrente de transformações estruturais no setor de telecomunicação, *“mercado pela obsolescência de serviços historicamente oferecidos e por contratos onerosos — em sua maioria, na modalidade take-or-pay”*.

175. Sustentaram que, apesar das medidas adotadas para a superação da crise, as Recuperandas contam com um passivo extraconcursal relevante de R\$ 1,5 bilhão e que o endividamento não sujeito aos efeitos da RJ gerará um acréscimo mensal de aproximadamente R\$ 70 milhões até novembro de 2025, intensificando de forma progressiva a pressão sobre o caixa do Grupo, o que poderia gerar um caixa negativo em R\$ 178 milhões em outubro.

176. Diante desse cenário e do pedido formulado, foi proferida decisão em 30/09/2025, no incidente 0960108-88.2025.8.19.0001, que deferiu a suspensão das obrigações extraconcursais por 30 dias e antecipou os efeitos da liquidação do Grupo, com a finalidade de promover a transição da prestação dos serviços públicos essenciais, afastando a diretoria e conselho de administração da Companhia e das subsidiárias SEREDE e Tahto, nomeando gestores judiciais para assumirem a gestão das empresas no período de transição (Dr. Bruno Rezende – Ol e Dra. Tatiana Binato - Serede e Tahto).

177. A decisão foi complementada pela decisão liminar proferida no Agravo de Instrumento sob o nº 0083339-75.2025.8.19.0000 pela Exmo. Desembargadora Relatora Dra. Mônica Maria Costa di Piero que, indeferindo a concessão de efeito suspensivo, determinou aos gestores judiciais *“a indicação de manutenção de diretores estatutários da empresa recuperanda, para fins de auxílio tão somente em atos de transição, dentro dos limites da decisão recorrida, sendo certo que, não poderão exceder ao número de quatro”*.



178. No incidente, se efetivou a transição da operação CINDACTA para a Claro, após diligências preparatórias realizadas entre a Gestão Judicial, Aeronáutica, Claro e ANATEL, bem como após a audiência presidida por este d. Juízo, tendo a Advocacia Geral da União apresentado os termos para uma rescisão amigável dos contratos com a Oi e da contratação emergencial da Claro, em substituição, o que foi homologado por este d. Juízo naqueles autos (Id. 239294199).

179. A Gestão Judicial apresentou seu Relatório Geral de Gestor Judicial onde apresentou as medidas de gestão e para a transição dos serviços públicos prestados pela Oi, realizadas no período de transição estabelecido por este d. Juízo, tendo apresentado o retrato da situação econômico-financeira da Recuperanda no período.

180. Na decisão de id. 239294199, este d. Juízo determinou que as partes e todos os interessados se manifestassem até 07/11/2025 acerca da eventual caracterização do estado falimentar do Grupo Oi, com consequente prosseguimento da recuperação judicial ou convolação em falência, à luz das informações de descumprimento de obrigações concursais e extraconcursais, do relatório da Gestão Judicial, dos RMA's apresentados pela AJ, da diversidade de serviços públicos e essenciais prestados e da possibilidade de continuação provisória dos serviços, na forma do artigo 99, XI, da Lei nº 11.101/2005.

181. A mesma decisão ainda prorrogou a suspensão das obrigações extraconcursais, nos exatos moldes da decisão antes proferida no id. 230429628, por mais 10 (dez) dias.

182. Posteriormente, em 10/11/2025, sobreveio a decisão de id. 241764452, que convolou a recuperação judicial em Falência do Grupo OI, tendo a decisão sido suspensa pelo TJERJ, através de decisão liminar deferida nos autos dos Agravos de Instrumento nº 0096877-26.2025.8.19.0000 e 0096871-19.2025.8.19.0000 que determinou a retomada da Recuperação Judicial, com o cumprimento do Plano de



Recuperação Judicial pela Administração Judicial, reprimando os efeitos dos itens 3.1, 3.2 e 3.3, da decisão de id. 230429628 do incidente 0960108-88.2025.8.19.0001.

183. Diante da determinação de seguimento ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e visando resguardar a manutenção dos serviços essenciais, a Administração Judicial opinou, em 24.11.2025, dentre outras matérias, pela liberação do valor retido a título de garantia financeira prevista na Cláusula 10.3.5, do Termo de Autocomposição com a Anatel, para que o montante de R\$ 517 milhões fosse destinado para viabilizar a manutenção de todos os serviços essenciais e pagamentos de verbas trabalhistas.

184. O pleito de liberação da garantia financeira prevista no Termo de Autocomposição foi autorizado pelo d. Juízo recuperacional (fls. 124.074/124.077) e referendado pela Ilma. Des. Mônica Di Piero, conforme resposta de Ofício colacionada à fl. 124247, sendo ainda ratificado pelo STJ, nos autos da Tutela de Provisória nº 1974650/DF (em 10/12/2025).

185. Com vistas à obtenção de recursos para o cumprimento do PRJ e pagamento das obrigações concursais, este d. Juízo deferiu medidas de incremento de receitas operacionais/não operacionais, que, se efetivadas em sua totalidade, podem representar um ingresso estimado de quase R\$ 2 Bilhões, a ser utilizado em benefício do concurso de credores, do pagamento dos créditos extraconcursais e da continuidade das operações e manutenção dos serviços essenciais, referentes às seguintes providências:

**(a)** deferimento de medida de cooperação junto aos Juízos Especializados do Trabalho, para a liberação, em favor das recuperandas, de todo e qualquer valor depositado judicialmente, a título de constrição ou depósito judicial/recursal, o que vem sendo diligenciado pela Gestão Judicial, o que pode resultar no ingresso de aproximadamente R\$ 700 MILHÕES;



(b) deferimento de medida de cooperação junto aos Juízos cíveis, onde se processam ações/execuções em que as recuperandas figurem como parte ou interessada, para a liberação em favor das recuperandas de todo e qualquer valor depositado judicialmente pelas mesmas ou derivado de constrição implementada por tais Juízos, o que vem sendo diligenciado pela Gestão Judicial e pode resultar em ingressos de até R\$ 1,13 BILHÃO;

(c) intimação da Caixa Econômica Federal para o desbloqueio de aproximadamente R\$ 26 MILHÕES, derivados de operações manuais realizadas nas agências Planalto (Brasília/DF) e Bandeira (Rio de Janeiro/RJ), sem registro de ordem de autoridade, o que já foi efetivado, sendo o valor disponibilizado para o caixa da Oi;

186. Em complemento, a Gestão Judicial noticiou nos autos e no Agravo de Instrumento nº 0096871-19.2025.8.19.0000 a adoção de medidas para a venda da “Oi Soluções” e da participação da Oi na V.Tal, além de uma potencial expectativa de proferimento da sentença arbitral que trata de potencial crédito da Oi em face da ANATEL.

187. Em paralelo, visando a amortização do passivo em aberto da Companhia, a Gestão Judicial requereu nos autos principais a realização de rateio, no valor de R\$ 100 MILHÕES, para pagamento do passivo concursal em aberto, assim como a realização de leilão reverso com a disponibilização de R\$ 250 MILHÕES para pagamento de créditos extraconcursais inadimplidos, o qual foi deferido pelo Juízo Recuperacional nas fls. 126.653/126.655, já tendo sido realizados pagamentos e medidas para a viabilização das verbas concursais em aberto, bem como foi apresentado Edital nas fls. 126.719/126.723.

188. O Edital do Leilão Reverso foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/01/2025, de modo que fora facultado aos credores o envio de proposta de participação até 27/01/2025, tendo a Gestão Judicial informado o resultado do Leilão Reverso nos autos principais em 13/02/2026 (fls. 130.092/130.097), quando foi



noticiada a participação de 122 credores com créditos no valor total de R\$ 490.495.760,57, que seria quitado com a quantia de R\$ 106.314.852,79, importando em uma redução total de 78,33% da referida dívida, ante as propostas apresentadas.

189. Outrossim, as empresas ATV BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA e MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, apresentaram em conjunto, às fls. 126425/126429, propostas e análises preliminares para a aquisição da infraestrutura e serviços de Voz (STFC), Tridígitos, COLR, TUPs e Interconexão. A primeira proposta consistente na aquisição dos serviços telefônicos fixos comutados, pelo valor – não vinculante – de R\$ 45 milhões, tudo sem prejuízo às obrigações assumidas no Termo de Autocomposição firmado com a ANATEL. A segunda demonstra o interesse na aquisição da infraestrutura de telecomunicações composta por Torres, mastros, postes, cavaletes e ativos correlatos, ofertando, para tanto, o importe de R\$ 15 milhões.

190. Em relação a tais propostas a Gestão Judicial manifestou-se no Incidente de Transição de Serviços Públicos Essenciais (nº 0960108-88.2025.8.19.0001), onde requereu a adoção de providências para instauração de processo competitivo para a alienação dos serviços constantes nas propostas, com observação das autorizações regulatórias cabíveis e mediante prévia intimação das partes integrantes do Termo de Autocomposição (ANATEL, TCU, União Federal, V.Tal), bem como do CADE e da Telebrás, o que pende de apreciação pelo d. Juízo.

191. Em 11/12/2025, foi proferida decisão, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0096871-19.2025.8.19.0000, mantendo suspensa as obrigações extraconcursais das recuperandas até o dia 20/01/2026.

192. Após a apresentação de relatório da Gestão Judicial atualizando as medidas implementadas para o cumprimento do P.R.J. e continuidade das atividades e pagamento das obrigações extraconcursais, foi proferida nova decisão, em 16/01/2025, nos autos do referido recurso, prorrogando por mais 90 dias o prazo de



suspensão das obrigações extraconcursais, iniciando-se do dia 20/01/2026.

193. Ressalte-se que contra a decisão acima, foi interposto Agravo Interno pela LEMVIG RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., tendo a Exma. Des. Relatora mantido a decisão atacada.

194. Nos autos principais, visando o seguimento da alienação ordenada de ativos, as Recuperandas requereram, em 27/01/2026, a alienação de ativos não essenciais, relacionadas à participações societárias da Oi no Timor Leste, que abrange: i) 100% (cem por cento) das ações da Telecomunicações Públicas de Timor S.A. - "TPT", controlada pela subsidiária PT Participações SGPS S.A. ("PT Participações"); ii) 3,05% (três vírgula zero cinco por cento) da Timor Telecom S.A. - "Timor Telecom", também detido pela PT Participações, em favor da Esperança Timor OAN, Ltda. ("ETO"), sociedade sediada em Timor Leste; e (iii) cessão da integralidade dos créditos detidos pela PTIF com a Timor Telecom para a República Democrática de Timor Leste. O pleito em questão contou com parecer favorável da Gestão Judicial e aguarda provimento judicial.

195. O Grupo Oi, em 28/01/2026, apresentou manifestação nos autos principais requerendo a publicação do edital para a alienação judicial da UPI V.tal, o que foi acolhido pelo Juízo às fls. 128.005, onde designou audiência para abertura das propostas para o dia 05/03/2026, às 15:00 horas, O edital de alienação foi publicado em 03/02/2026.

196. Realizada a audiência anteriormente mencionada e procedido ao pregão, foi apresentada proposta pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica e outras empresas do grupo. Contudo, após a abertura do envelope e análise pela Administração Judicial, constatou-se que o valor ofertado era inferior ao preço mínimo previsto em edital, razão pela qual o procedimento deverá prosseguir com a oitiva dos credores, nos termos do Edital. Em razão disso, e com a



anuência dos presentes, a audiência foi suspensa, sendo redesignada para o dia 30/03/2026, às 15h.

197. Diante do êxito obtido com a proposição do Leilão Reverso, que resultou na expressiva redução do passivo extraconcursal em aberto, a Gestão Judicial submeteu à apreciação do d. Juízo a realização da 2ª rodada do procedimento, com a disponibilização de R\$ 140 milhões para pagamento de créditos extraconcursais relativos a notas fiscais emitidas até 31/01/2026 e ainda não adimplidas.

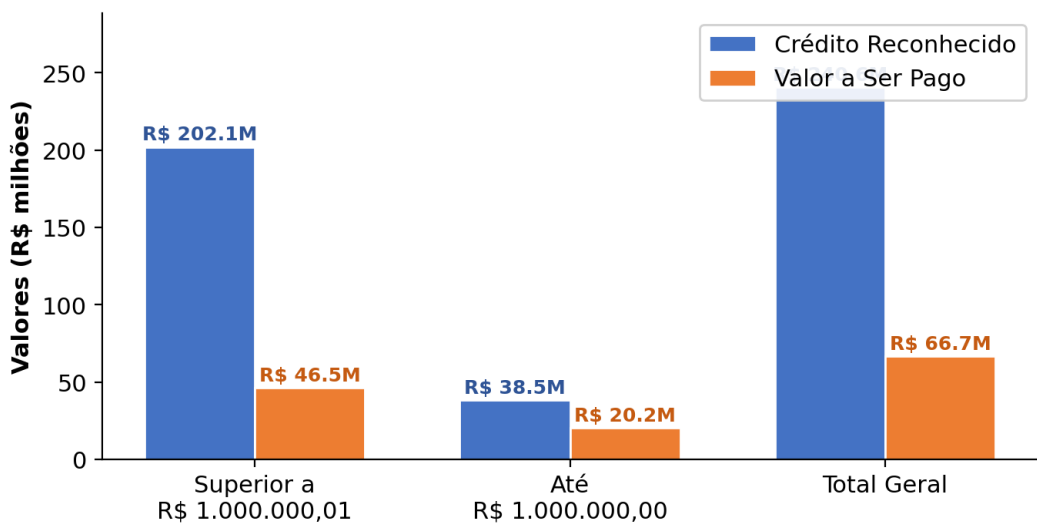
198. O pedido foi deferido em 23/02/2026 (fls. 130.517), tendo o respectivo edital sido publicado em 27/02/2026, com a abertura do prazo de 10 dias para envio de propostas pelos credores. Encerrado o prazo em 11/03/2026, a Gestão Judicial apresentou o resultado da 2ª rodada do Leilão Reverso, registrando a participação de 241 credores, cujos créditos somaram R\$ 240.573.510,89, a serem quitados, nos termos do edital, pelo montante de R\$ 66.686.340,00, o que representa redução de 72,28% do passivo submetido ao procedimento.

Tabela – Resumo da 2ª Rodada do Leilão Reverso dos Créditos Extraconcursais

| Indicador                      | Total Geral        | Superior a R\$ 1M  | Até R\$ 1M        |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Nº de Credores                 | 241                | 30                 | 211               |
| Total de Créditos Reconhecidos | R\$ 240.573.510,89 | R\$ 202.107.173,27 | R\$ 38.466.337,62 |
| Valor a Ser Pago               | R\$ 66.686.340,48  | R\$ 46.467.780,56  | R\$ 20.218.559,92 |
| Economia (Desconto Total)      | R\$ 173.887.170,41 | R\$ 155.639.392,71 | R\$ 18.247.777,70 |
| Desconto Médio Simples         | 47,83%             | 75,26%             | 43,93%            |
| Desconto Médio Ponderado       | 72,28%             | 77,01%             | 47,44%            |



Crédito Reconhecido vs. Valor a Ser Pago por Faixa



199. Concomitantemente, a Gestão Judicial apresentou, em 05/03/2026, requerimento de instauração de processo competitivo para a alienação da Unidade de Negócios “Serviços Telefônicos”, composta por ativos do Grupo Oi relacionados aos Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC), por meio dos quais são prestados serviços de telefonia fixa a clientes corporativos, além de serviços de Tridígito, Interconexão e COLR/TUP. O pleito foi deferido em 06/03/2026, sendo designado o dia 08/04/2026, às 15h, para a abertura das propostas, e publicado o respectivo edital de alienação em 13/03/2026.

200. Diante das informações acima e da manutenção da suspensão das obrigações concursais e extraconcursais, a Companhia segue o curso de suas atividades, tendo implementado neste interregno medidas para o cumprimento das obrigações concursais vencidas, com rateio da quantia de R\$ 100 milhões, bem como para o pagamento otimizado das obrigações extraconcursais, através de duas rodadas de leilão reverso que resultaram na redução de cerca de R\$ 730 milhões do passivo extraconcursal, através do dispêndio de R\$ 172 milhões, sendo ainda adotadas medidas pela Gestão Judicial para a implementação da alienação de relevantes ativos, com vistas a se obter reforço de caixa para a continuidade dos negócios e pagamento dos créditos.



201. Desse modo, a continuidade das atividades e o próprio prosseguimento da Recuperação Judicial, dependem, neste momento, do julgamento definitivo dos recursos interpostos contra a decisão de convolação em Falência, bem como das medidas de liquidação ordenada de ativos determinada pelo E. TJERJ e que vem sendo implementadas pela Gestão Judicial, conforme informações prestadas nos autos principais, no incidente de transição e no Agravo de Instrumento nº 0960108-88.2025.8.19.0001.

### **XIII. DAS APURAÇÕES RELACIONADAS AO DIP**

---

202. Nos autos do incidente nº 0867969-88.2023.8.19.0001, onde a Administração Judicial apresenta a versão pública dos Relatórios Mensais de Atividade das recuperandas, foi determinado o restabelecimento do incidente nº 0896298-13.2023.8.19.0001, instaurado pelas recuperandas para que fossem prestadas informações ao Juízo e ao TJRJ quando do pedido de financiamento DIP Emergencial tomado pelas mesmas, conforme decisão proferida nos autos da Ação Cautelar nº 0809863-36.2023.8.19.0001, ratificada nos autos do Agravo de Instrumento nº 0029219-53.2023.8.19.0000.

203. Em síntese, o d. Juízo Recuperacional entendeu que deveria haver uma prestação de contas do DIP com maior detalhamento sobre a destinação e uso dos valores recebidos com o financiamento.

204. Desse modo, a Administração Judicial informa que, em atendimento à demanda do d. Juízo, apresentou relatório detalhado nos autos do incidente nº 0896298-13.2023.8.19.0001, tendo concluído, após a análise do fluxo de caixa das Recuperandas, em cotejo com a documentação de suporte apresentada, que os recursos captados através dos financiamentos DIP foram absorvidos pela operação



do Grupo, em razão da recorrente geração negativa de caixa operacional, uma vez que as receitas das Recuperandas não são suficientes para fazer frente às despesas, tratando-se, portanto, de atividade operacional deficitária.

205. Restou demonstrado, no referido relatório, que os recursos DIP foram utilizados para cobrir desequilíbrios financeiros de curto prazo, sendo certo que os saldos de caixa líquido foram reduzidos gradualmente em razão dos montantes destinados a fornecedores, pessoal e tributos. Em resumo, o déficit operacional acumulado:

- **de junho a setembro de 2023**, superou o valor captado na 1ª Tranche do DIP Emergencial, ingressado em **12/06/2023**;
- **de janeiro a março de 2024**, superou o valor captado da 3ª Tranche do DIP Emergencial, ingressado em **30/01/2024**;
- **de maio a junho de 2024**, superou o valor captado da 4ª Tranche, ingressado em **20/05/2024**; e
- **de agosto a outubro de 2024**, superou o valor captado do “Novo Financiamento – Terceiros”, ingressado em **08/08/2024**.

206. Assim, os dados analisados demonstraram que os recursos obtidos por meio do financiamento DIP foram consumidos em razão da insuficiência da geração operacional de caixa, sendo direcionados ao pagamento de despesas recorrentes, notadamente aquelas relativas a fornecedores, tributos e despesas com pessoal.

207. Por fim, a AJC deixou registrado que as Recuperandas não possuem mais qualquer saldo a receber em decorrência dos financiamentos DIP, restando saldo devedor a ser quitado, conforme valores indicados abaixo, ressaltando-se que o vencimento da operação ocorrerá em junho de 2027:

- a. USD 676,82 milhões devidos aos credores do AHG, relativo ao Novo Financiamento – Opção Reestruturação 1, integralmente utilizado para a amortização/pagamento do DIP Emergencial contraído pelas



recuperandas junto ao mencionado grupo de credores; e

- b. R\$ 710,32 milhões devidos ao tomador BGC Fibra Participações S/A (filiada da V.Tal), referente ao Novo Financiamento – Terceiros.

208. No referido incidente processual, em 10/12/2025, foi proferida decisão homologando “o relatório apresentada pela Administração judicial” e declarando “prestadas as contas referentes ao financiamento DIP contraído” (ID 248561970).

#### XIV. DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

---

209. A partir de sua nomeação, ocorrida em 02.02.2023, a Administração Judicial vem investindo na ampliação da capacidade de seu ambiente virtual, possibilitando o atendimento de credores de todo o Brasil e do exterior de forma eficaz e com segurança de informação.

210. Nesse sentido, durante a fase administrativa de habilitação e divergência, a Administração Judicial disponibilizou uma plataforma com formulários de upload de documentação de credores e das Recuperandas para a fase administrativa, no site da Administração Judicial.

211. Diante do elevadíssimo número de credores e da consequente demanda de atendimento, a Administração Judicial também vem investindo na ampliação de seus canais de atendimento - call center, whatsapp, site e email -, sendo certo que desde o início dos trabalhos, vem sendo contatada por credores nacionais e internacionais, seja por meio dos telefones +55 (21) 2272-9300, +55 (21) 2272-9313 e +55 (21) 2272-9335, pelo e-mail credoroi@wald.com.br ou por atendimentos presenciais, para prestar esclarecimentos com relação aos seus créditos.

212. Até o momento, a Administração Judicial já respondeu mais de 21.000 e-mails de credores e vem recebendo uma média de 300 ligações por dia, além dos



diversos atendimentos presenciais.

213. Além disso, a Administração Judicial apresentou diversas manifestações em processos ajuizados contra as Recuperandas em resposta a ofícios e solicitações endereçadas diretamente ao AJ pelos mais diversos Tribunais do País. Para fins de transparência e publicidade do processo, a Administração Judicial disponibilizou o site <https://recuperacaojudicialoi.com.br/inicio-2/principal-2/>, que contém: (i) as principais informações acerca da Recuperação Judicial; (ii) as peças processuais mais relevantes e relatórios elaborados pelo AJ; (iii) as decisões mais relevantes proferidas nos autos da Recuperação Judicial; (iii) Perguntas e Respostas (Q&A) para sanar as principais dúvidas dos credores e; (iv) os endereços e telefones para contato direto com o AJ.

214. Com a publicação do Edital previsto no artigo 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, ocorrida em 05.06.2023, teve início o prazo de apresentação das habilitações e divergências pelos credores, o qual se encerrou em 20.06.2023. Ao longo de toda a fase administrativa, o AJ realizou diversas reuniões com as Recuperandas assim como atendeu os credores que entraram em contato solicitando esclarecimentos sobre os pedidos de habilitação e divergência apresentados.

215. No dia 18.09.2023, a Administração Judicial, em cumprimento ao art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, apresentou a Relação de Credores e o Relatório da fase administrativa de verificação de créditos (id. 77946840), após realizar a análise de 20.201 divergências/habilitações de créditos. Além da verificação dos pedidos apresentados pelos credores e pelas Recuperandas, o AJ também se debruçou na análise (i) das solicitações de individualização de créditos formulados pelos credores ECAs (Export Credit Agreement) e pelos Debenturistas, após o envio das notificações com as instruções acerca do procedimento estabelecido em petição de ID 64699736; (ii) das habilitações retardatárias da 1ª Recuperação Judicial realizadas por meio do Formulário Digital e (iii) dos créditos reconhecidos por sentença nos incidentes



processuais sentenciados até a data do pedido da 2ª Recuperação Judicial, em cumprimento à decisão de processamento (ID 49913036).

216. Ao final, a Administração Judicial identificou e relacionou 164.707 credores concursais e um passivo total das Recuperandas conforme a seguir:

| Classe                     | Nº de credores por classe | Valor em R\$          | Valor em USD         | Valor em EUR       |
|----------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|
| Trabalhista – Classe I     | 8328                      | R\$ 1.033.101.157,68  |                      |                    |
| Quirografário – Classe III | 151961                    | R\$ 18.624.489.508,18 | USD 4.159.967.696,31 | EUR 597.870.130,32 |
| Microempresa – Classe IV   | 4418                      | R\$ 106.141.971,70    |                      |                    |
| Total Geral                | 164707                    | R\$ 19.763.732.637,56 | USD 4.159.967.696,31 | EUR 597.870.130,32 |

| Intercompany               | Nº de credores por classe | Valor em R\$       | Valor em USD         | Valor em EUR         |
|----------------------------|---------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Quirografário – Classe III | 5                         | R\$ 205.719.959,40 | USD 3.475.196.453,75 | EUR 8.048.005.089,98 |
|                            | 5                         | R\$ 205.719.959,40 | USD 3.475.196.453,75 | EUR 8.048.005.089,98 |

217. Na sequência, em razão do volume de dados tratados, a Administração Judicial, proativamente, realizou a depuração da lista de credores para a retificação de meros erros materiais, totalizando 49 casos, tais como: (i) números de CPF's/CNPJ's digitados com equívoco; (ii) duplicidades; (iii) grafia equivocada do nome do credor; (iv) equívoco na consolidação do CNPJ ou CPF; e (v) e 01 classificação equivocada.

218. A Relação de Credores retificada, prevista no art. 7, §2º da Lei 11.101/05, foi publicada em 13.11.2023 e está disponível no site <https://recuperacaojudicialoi.com.br/inicio-2/principal-2/>. Após a publicação da Relação de Credores, foi encerrado, em 23.11.2023, o prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentar impugnação de crédito, por meio de incidente processual, nos termos do art. 8º da Lei 11.101/2005. Até o momento, se encontram em andamento 10.071 incidentes processuais vinculados à presente Recuperação Judicial.

219. Os credores interessados em acessar a documentação que foi examinada pelo AJ para a elaboração da Lista de Credores poderão encaminhar a sua solicitação

para o e-mail: [credoroi@wald.com.br](mailto:credoroi@wald.com.br).

220. Em 13.11.2023, também foi publicado o Edital de Recebimento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), dando início ao prazo de 30 dias para eventuais objeções ao PRJ, encerrado em 13.12.2023. Posteriormente, em 05.12.2023, foi publicado o Edital dos Bondholders, estabelecendo o procedimento para individualização dos créditos para exercício ao direito de petição, voz e voto em AGC, tendo o prazo fixado no Edital se encerrado em 15.01.2024.

221. Por fim, Administração Judicial informa que, após decisão homologando as datas sugeridas pelas Recuperandas para a realização da Assembleia Geral de Credores, em 05.03.2024 foi instalada a AGC do Grupo Oi, em primeira convocação, tendo os credores presentes votado pela sua suspensão para continuidade em 25.03.2024. Reiniciada a AGC no dia 25.03.2024, somente os credores que estiveram presentes no ato de instalação, realizado no dia 05.03.2024, puderam participar da sua continuação, nos termos do que estabelece o art. 37, §3º, da Lei 11.101/2005. Após a apresentação do Plano de Recuperação Judicial, os trabalhos foram suspensos em diversos momentos, a pedido das Recuperandas, para a evolução da negociação de alguns pontos do PRJ. Após o reinício dos trabalhos, os credores presentes votaram pela suspensão da AGC para continuação no dia 26.03.2024.

222. Na continuidade da AGC em 26.03.2024, o representante das Recuperandas prestou esclarecimentos acerca da evolução das negociações entre o Grupo Oi e determinados grupos de credores, tendo solicitado a suspensão do ato por algumas horas, o que foi concedido pela Administração Judicial. No retorno das atividades, as Recuperandas informaram terem chegado a bom termo, cujos Termos e condições (Term sheet) foram divulgados no telão para todos os presentes. Após nova deliberação dos credores, a AGC do Grupo Oi foi suspensa, com a prorrogação do *stay period* até a conclusão da AGC que deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial, para continuação no dia 10.04.2024, no mesmo local.



223. Posteriormente, alguns credores requererem nos autos da Recuperação Judicial a redesignação da data da AGC para 17.04.2024, com a prorrogação do *stay period* até seu encerramento, o que foi deferido pelo Juízo recuperacional.

224. Retomados os trabalhos no dia 17.04.2024, às 11:00 horas, houve novo pedido de suspensão da AGC por parte de um grupo de credores, tendo os demais credores presentes concordado com a suspensão para continuidade no dia 18.04.2024, com a prorrogação do *stay period*.

225. No dia 18.04.2024, foi dado prosseguimento à AGC, sendo realizadas diversas suspensões da AGC para a finalização dos documentos e instrumentos anexos ao PRJ.

226. Após mais de 14 horas de negociação, o Plano de Recuperação Judicial foi colocado em votação, tendo sido aprovado por 79,87% (setenta e nove e oitenta e sete por cento) por cabeça, e 56,15% (cinquenta e seis e quinze por cento) por valor dos créditos votantes da classe quirografária, nos termos do artigo 45 da Lei 11.101/05, conforme exposto nos gráficos abaixo, projetados aos credores na AGC:



227. A AGC foi encerrada às 04:20h da manhã do dia 19.04.2024, estando sua gravação disponível no Youtube, no seguinte link: <https://youtu.be/ThdiUxhiQnU>.

228. Em 28.05.2024, foi proferida decisão homologando, com ressalvas, o Plano de Recuperação Judicial aprovado pelos credores em AGC e concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Oi, cuja publicação se deu em 29.05.2024. Para os credores que optaram pela Opção de Pagamento prevista na Cláusula 4.2, o prazo de 20 dias corridos foi no dia 19.06.2024. Para as demais Opções de Pagamento, o prazo de até 30 dias corridos se encerrou em 01.07.2024.

229. O PRJ e a decisão de homologação encontram-se disponíveis para consulta no site da Recuperação Judicial, na aba "*Peças Processuais*". Os credores que desejarem esclarecimentos acerca do PRJ podem contatar a Administração Judicial pelo e-mail [credoroi@wald.com.br](mailto:credoroi@wald.com.br).

230. No curso do presente mês, a Administração Judicial acompanhou o andamento processual dos 18.371 incidentes vinculados a esta Recuperação Judicial, tendo protocolado 1.230 manifestações. No total, desde o início da presente Recuperação, essa Administração Judicial já protocolou 27.368 manifestações nos incidentes distribuídos por dependência à 1ª e à 2ª RJ.

231. Além disso, no contexto da decisão de fls. 102.900/102.913, que estabeleceu o novo procedimento de habilitação administrativa de créditos, a AJ informa que já recebeu na plataforma de upload de documentos pelos credores, disponibilizada no seu site, 23.819 requerimentos de credores.

232. Abaixo, seguem as manifestações apresentadas pelo AJ no último mês:



| Referência da Petição           | Objeto da Petição                                                                                                                                                                                                                               | Data do Protocolo |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Fls.<br>132.266<br>(RJ)         | Manifestação requerendo a lavratura de certidão esclarecendo que a decisão proferida na Ação de Responsabilidade por Abuso de Poder de Controle (proc. nº 3019135-31.2026.8.19.0001) é pública, pois foi transladada e juntada aos autos da RJ. | 10.03.2026        |
| Fls.<br>132.280/132.281<br>(RJ) | Manifestação sobre a petição da EDP Espírito Santo, na qual requereu o pagamento de crédito no valor de R\$ 954.966,34.                                                                                                                         | 10.03.2026        |
| Fls.<br>132.934/132940<br>(RJ)  | Manifestação sobre (i) a regularização dos imóveis alienados ao Colégio Porto Real e à Tomasetto Empreendimentos Imobiliários Ltda; e (ii) o pedido de desbloqueio de constrições em contas da OI Soluções.                                     | 20.03.2026        |



XV. INCIDENTES RECURSAIS VINCULADOS AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

233. Buscando sintetizar as informações oriundas dos recursos já interpostos no transcurso do processamento deste feito e facilitar o acesso, conhecimento e consulta pelos credores, esta AJ conjunta apresenta o relatório do qual consta todos os incidentes deflagrados até o fechamento deste relatório:

| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                     | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0007092-24.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | GRUPO OI                                                                      | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido (perda do objeto).</u> ED opostos pela Agravante não conhecidos. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                |
| 0009137-98.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                | 44532251                        | <u>Recurso desprovido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                               |
| 0009434-08.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                | 45335542                        | <u>Recurso provido.</u> Recurso Especial interposto pela Agravada inadmitido. Agravo em REsp interposto e homologado desistência no STJ. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |
| 2.621.736                 | Agravo em REsp        | GRUPO OI                                                                      | AI nº 0009434-08.2023.8.19.0000 | <u>Homologado pedido de desistência feito pela Recorrente.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                           |
| 0010617-14.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                       | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                            |
| 0010756-63.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                            | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido (perda do objeto).</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                          |
| 0010819-88.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                            |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                     | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                                                                                                          |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0011716-19.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.                                              | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido (perda do objeto).</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                 |
| 0011729-18.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO BRADESCO S.A.                                                           | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                                   |
| 0011737-92.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO SANTANDER BRASIL S.A.                                                   | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                                   |
| 0012792-78.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | 45335542                        | <u>Recurso provido.</u> Recurso Especial interposto pelo Agravado inadmitido. Agravo em REsp interposto pelo Agravado e homologada desistência. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |
| 2.590.028                 | Agravo em REsp        | GRUPO OI                                                                      | AI nº 0012792-78.2023.8.19.0000 | <u>Homologada a desistência do recurso.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                     |
| 0013184-18.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CHINA DEVELOPMENT BANK                                                        | 44532251                        | <u>Recurso não conhecido.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                                   |
| 0019846-95.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ACCENTURE DO BRASIL LTDA.                                                     | 49913036                        | <u>Homologada a desistência do recurso.</u> Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                     |
| 0023074-78.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA                                                |                                 | -                                                                                                                                                                                                                   |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                                                         | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                                               |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0024795-65.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A                                                                                   | 49913036                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Recurso Especial interposto e inadmitido por deserção. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |
| 0025327-39.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | TERAVOZ TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.                                                                            | 45335542 e 49913036             | <u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pelo Agravante e homologada desistência. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.   |
| 0026477-55.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CHINA DEVELOPMENT BANK                                                                                            | 49913036                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Recurso Especial interposto pelo Agravante inadmitido. Agravo em REsp interposto e encaminhado ao STJ.                     |
| 2.720.308                 | Agravo em REsp        | CHINA DEVELOPMENT BANK                                                                                            | AI nº 0026477-55.2023.8.19.0000 | Aguardando julgamento.                                                                                                                                   |
| 0026487-02.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA NEOENERGIA COELBA                                                    | 49913036                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado.                                                                                             |
| 0028150-83.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CONCOURSE TELECOMUNICAÇÕES BRASIL LTDA.                                                                           | 50984522                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado.                                                                                             |
| 0029088-78.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | AMERICAN TOWER DO BRASIL CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A. e AMERICAN TOWER DO BRASIL – COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA. | 52194035 - item 5               | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                        |
| 0029219-53.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                                                                | 53213365                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                        |
| 0030203-37.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.                                     | 49913036 e 50984522             | <u>Recurso desprovido.</u><br>Recurso Especial interposto pelo Agravante inadmitido. Agravo em REsp interposto e encaminhado ao STJ.                     |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                     | ID. da decisão recorrida                                  | Julgamento                                                                                                                                                                     |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.748.677                 | Agravo em REsp        | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | AI nº 0030203-37.2023.8.19.0000                           | Aguardando julgamento.                                                                                                                                                         |
| 0030407-81.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                            | 49913036                                                  | <u>Recurso desprovido.</u><br>Recurso Especial interposto pelo Agravante inadmitido. Agravo em REsp interposto e encaminhado ao STJ.                                           |
| 2.786.341                 | Agravo em REsp        | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                            | AI nº 0030407-81.2023.8.19.0000                           | Aguardando julgamento.                                                                                                                                                         |
| 0030438-04.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | 53213365                                                  | <u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos Agravante julgados improcedentes. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                |
| 0031009-72.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                       | 54274514                                                  | <u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos Agravante julgados improcedentes. Recurso Especial inadmitido. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.   |
| 2.834.525                 | Agravo em REsp        | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                       | AI nº 0031009-72.2023.8.19.0000                           | <u>Recurso não conhecido.</u><br>Agravo interno interposto pelo Recorrente. Decisão transitada em julgado e baixa ao TJRJ.                                                     |
| 0031030-48.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                       | 53213365                                                  | <u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pelo Agravante julgados improcedentes. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                           |
| 0043166-77.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                                      | 49913036, integrada pelas decisões id 50984522 e 57555310 | <u>Recurso provido.</u><br>EDs opostos pelo Agravado julgados improcedente. Recurso Especial interposto pelo Agravado admitido. Encaminhado ao STJ. Arquivado definitivamente. |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                                                                              | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                         |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.181.058                 | REsp                  | GRUPO OI                                                                                                                               | AI nº 0043166-77.2023.8.19.0000 | <u>Protocolado pedido de desistência feito pela Recorrente.</u><br>Decisão transitada em julgado e baixa ao TJRJ.                  |
| 0052953-33.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | OI S.A.                                                                                                                                | 63160974                        | <u>Homologada a desistência do recurso.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                 |
| 0053297-14.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO, BANCO DO BRASIL S/A, BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | 63900374                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                  |
| 0055282-18.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.                                                                                                          | 63900374                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado.                                                                       |
| 0061819-30.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | RK PARTNERS ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.                                                                                                | 64512957                        | <u>Homologada a desistência do recurso.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                 |
| 0082497-66.2023.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A                                                                                                        | 76938915                        | <u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                  |
| 0011177-19.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAU UNIBANCO S.A.                                                                                                                     | fls. 42817/42829                | <u>Homologada a desistência do recurso.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                 |
| 0012987-29.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.                                                          | fls. 42817/42829                | <u>Homologada a desistência do recurso.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                 |
| 0013842-08.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                                                                                | fls. 42817/42829                | Efeito suspensivo indeferido.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                                                        | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0024363-12.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D e EQUATORIAL GOIÁS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | fls. 48750/48761                | <u>Homologada a desistência do recurso.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| 0028254-41.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ODD-DAY INVESTMENTS LTD.                                                                                         | fls. 53060/53061                | Efeito suspensivo indeferido.<br><u>Recurso não conhecido.</u> ED opostos pela Agravante julgado improcedente.<br>Recurso Especial interposto pelo Agravante inadmitido.<br>Agravo em REsp interposto e encaminhado ao STJ                                                                                                                                                                  |
| 2.969.415                 | Agravo em REsp        | ODD-DAY INVESTMENTS LTD.                                                                                         | AI nº 0028254-41.2024.8.19.0000 | Tramitando.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| 0046007-11.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                                                               | fls. 61100/61135                | Efeito suspensivo deferido.<br>Opostos ED por ambas as partes.<br><u>Recurso desprovido e EDs prejudicados.</u><br>Novos ED opostos por ambas as partes julgado improcedente os EDs da Agravante e parcialmente procedentes os EDs da Agravada.<br>Recurso Especial interposto por ambas as partes inadmitido.<br>Agravo em Recurso Especial interposto por ambas as partes.<br>Tramitando. |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                     | ID. da decisão recorrida | Julgamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0046479-12.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO BRASIL S.A. e BB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | fls. 61100/61135         | Efeito suspensivo deferido. Opostos ED por ambas as partes.<br><u>Recurso desprovido e EDs prejudicados.</u><br>Novos ED opostos por ambas as partes julgado improcedente os EDs da Agravante e parcialmente procedentes os EDs da Agravada.<br>Recurso Especial interposto por ambas as partes inadmitido.<br>Agravo em REsp interposto por ambas as partes e encaminhado ao STJ.<br>Tramitando. |
| 0047880-46.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | SEK SECURITY ECOSYSTEM KNOWLEDGE S.A.                                         | fls. 61100/61135         | Indeferido efeito suspensivo.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pelo Agravante julgados improcedentes.<br>Recurso Especial interposto pela Agravante inadmitido.<br>Agravo em REsp interposto pelo Agravante e encaminhado ao STJ.<br>Tramitando.                                                                                                                                      |
| 0048248-55.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL                                                       | fls. 61100/61135         | Efeito suspensivo deferido. Opostos EDs por ambas as partes.<br><u>Recurso desprovido e EDs prejudicados.</u><br>Novos EDs opostos por ambas as partes julgados parcialmente procedente.<br>Recurso Especial interposto por ambas as partes inadmitidos.<br>Agravo em REsp interposto por ambas as partes.<br>Tramitando.                                                                         |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                 | ID. da decisão recorrida        | Julgamento                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0048413-05.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ODD-DAY INVESTMENTS LTDA                  | fls. 61100/61135                | <u>Recurso parcialmente provido.</u><br>EDs opostos por ambas as partes julgados parcialmente procedente. Recurso Especial interposto por ambas as partes inadmitidos. Agravo em REsp interposto pelo Agravado e encaminhado ao STJ    |
| -                         | Agravo em REsp        | GRUPO OI                                  | AI nº 0048413-05.2024.8.19.0000 | Tramitando                                                                                                                                                                                                                             |
| 0050900-45.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CHINA DEVELOPMENT BANK CDB                | fls. 61100/61135                | <u>Recurso parcialmente provido.</u><br>EDs opostos por ambas as partes julgados improcedentes. Recurso Especial interposto por ambas as partes inadmitidos. Agravo em REsp interposto pelo Agravado e encaminhado ao STJ.             |
| 0051379-38.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A           | fls. 61100/61135                | Efeito suspensivo indeferido.<br><u>Recurso parcialmente provido.</u><br>ED opostos pelo Agravado julgado improcedente. Recurso Especial interposto por ambas as partes. Agravo em REsp interposto pelo Agravado e encaminhado ao STJ. |
| 0069530-52.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | NEOENERGIA PERNAMBUCO E NEOENERGIA COELBA | fls. 71297/71305                | Efeito suspensivo indeferido.<br>Agravo interno interposto sobre efeito suspensivo. Acórdão dando parcial provimento ao recurso ED opostos pelo Agravante Tramitando.                                                                  |
| 0069602-39.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.     | fls. 71297/71305                | Efeito suspensivo indeferido.<br>Acórdão dando parcial provimento ao recurso ED opostos pelo Agravante Tramitando.                                                                                                                     |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                          | ID. da decisão recorrida                 | Julgamento                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------|-----------------------|----------------------------------------------------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0069733-14.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ELEKTRO REDES S.A.                                 | fls. 71297/71305                         | Efeito suspensivo indeferido.<br>Agravo interno interposto sobre efeito suspensivo.<br>Recurso parcialmente provido<br>ED opostos pela Agravante. Tramitando.                                                                                                                                                      |
| 0072455-21.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A.                        | fls. 61.100/61.135<br>fls. 71.297/71.305 | <u>Recurso não conhecido.</u> ED opostos pela Agravante. Pedido de desistência requerido pela Agravante. Homologada a desistência do recurso.<br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                               |
| 0078244-98.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | TLD HUB DE CIBERSEGURANÇA & CONECTIVIDADE LTDA     | fls. 79.014/79.026                       | Efeito suspensivo indeferido.<br><u>Recurso parcialmente provido.</u><br>EDs opostos por ambas as partes julgado improcedente o EDs do Agravantes e parcialmente procedente os EDs do Agravado.<br>Recurso Especial interposto por ambas as partes. Agravo em REsp interposto pelo Agravante e encaminhado ao STJ. |
| 0078276-06.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BERNADETE SANTANA ALVES E OUTROS                   | fls. 61.100/61.135<br>fls. 71.297/71.305 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                                                                                                                              |
| 0078735-08.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | fls. 61.100/61.135<br>fls. 71.297/71.305 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso parcialmente provido.</u><br>EDs opostos pelo Agravante julgados parcialmente procedente. Recurso Especial interposto pela Agravante inadmitido. Agravo em REsp interposto pela Agravante e encaminhado ao STJ. Arquivado definitivamente.                          |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                       | ID. da decisão recorrida                 | Julgamento                                                                                                                                                                 |
|---------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0079524-07.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL – REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                                    | fls. 80.447/80.450                       | <u>Recurso não conhecido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                       |
| 0079542-28.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | SC LOWY P.I. (LUX) S.À.R.L., PACIFIC INVESTMENT MANAGEMENT COMPANY LLC e OUTRAS | fls. 80.447/80.450                       | <u>Recurso não conhecido.</u><br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.                                                                       |
| 0079915-59.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ALESSANDRO ESPOSITO                                                             | fls. 79.014/79.027                       | Aguardando julgamento.                                                                                                                                                     |
| 0080534-86.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | INTRALINKS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.                                        | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.026 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pelo Agravante julgado improcedente. Recurso Especial interposto pela Agravante. Tramitando. |
| 0080757-39.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                                        | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.027 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pela Agravante. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente.          |
| 0081304-79.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | QUOD – GESTORA DE INTELIGÊNCIA DE CRÉDITO S.A.                                  | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.028 | Antecipação recursal indeferida. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente                                                                        |
| 0081307-34.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | CORNING COMUNICAÇÕES OPTICAS S.A.                                               | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.029 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pela Agravante. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente           |
| 0081339-39.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | TUCANA DWARF EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA. e UFV BR X EQUIPAMENTOS LTDA.     | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.030 | Antecipação recursal indeferida. Aguardando julgamento.                                                                                                                    |
| 0081837-38.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO FIBRA S.A.                                                                | fls. 79.014/79.026                       | Antecipação recursal indeferida. Aguardando julgamento.                                                                                                                    |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | ID. da decisão recorrida                                       | Julgamento                                                                                                                                                                              |
|---------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0100329-78.2024.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | SITEWARE SOLUÇÕES S/A                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | fls. 61.100/61.135<br>fls. 79.014/79.026<br>fls. 84.561/84.571 | Antecipação recursal indeferida.<br><u>Recurso desprovido.</u><br>EDs opostos pela Agravante julgados improcedente. Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |
| 0027025-12.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | RADIOCELL ENGENHARIA LTDA.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | fls. 102.900/102.913<br>fls. 104.459/104.462                   | Antecipação recursal indeferida.<br>Tramitando.                                                                                                                                         |
| 0043463-16.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ESTADO DO RIO DE JANEIRO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | fls. 107.722/107.726                                           | Antecipação recursal indeferida.<br>EDs opostos pelo Agravante. Tramitando.                                                                                                             |
| 0059754-91.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL – REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | fls. 114.138/114.142<br>fls. 116.202/116.209                   | Antecipação recursal parcialmente deferida. Tramitando.                                                                                                                                 |
| 0067124-24.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | id. 213513708 do processo nº 0911813-20.2025.8.19.0001         | Efeito suspensivo indeferido. Processo sobrestado.                                                                                                                                      |
| 0069775-29.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA RONDONIA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA ACRE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ERGISA MINAS RIO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | id. 213513708 do processo nº 0911813-20.2025.8.19.0001         | Efeito suspensivo indeferido. Processo sobrestado.                                                                                                                                      |
| 0069755-38.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COPEL DISTRIBUIDORA S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | id. 213513708 do processo nº 0911813-20.2025.8.19.0001         | Efeito suspensivo indeferido.<br><u>Recurso desprovido</u><br>Tramitando.                                                                                                               |
| 0070880-41.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL – REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | fls. 117.355/117.359                                           | Antecipação recursal requerida. Tramitando.                                                                                                                                             |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | ID. da decisão recorrida                               | Julgamento                                                                                           |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0071515-22.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | GRUPO OI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | fls. 118.173/118.176                                   | Antecipação recursal requerida.<br><u>Recurso parcialmente provido</u><br>Tramitando.                |
| 0071710-07.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D; EQUATORIAL GOIÁS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.; COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ – CEA; EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.; EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.; EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.; E EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | fls. 118.173/118.176                                   | Tramitando.                                                                                          |
| 0071718-81.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ; COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ; RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. e COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA                                                                                                                                                                                                                   | id. 213513708 do processo nº 0911813-20.2025.8.19.0001 | Efeito suspensivo indeferido.<br>Processo sobrestado.                                                |
| 0074381-03.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL – REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Fls. 119.453/119.455                                   | Efeito suspensivo concedido em parte.<br>Tramitando.                                                 |
| 0077060-73.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Fls. 118.173/118.176                                   | Efeito suspensivo indeferido.<br>Tramitando.                                                         |
| 0083339-75.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | GRUPO OI                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | id. 230429628 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0001 | Efeito suspensivo indeferido.<br>Decisão transitada em julgado e processo arquivado definitivamente. |
| 0096871-19.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO BRADESCO S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | id. 241764452 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0001 | Efeito suspensivo concedido.<br>Tramitando.                                                          |
| 0096877-26.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ITAÚ UNIBANCO S.A.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | id. 241764452 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0001 | Efeito suspensivo concedido.<br>Tramitando.                                                          |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                 | ID. da decisão recorrida                               | Julgamento                                                                                                                             |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0098326-19.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                | id. 241764452 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0002 | Efeito suspensivo concedido. Tramitando.                                                                                               |
| 0102589-94.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | UMB BANK                                                  | id. 241764452 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0003 | Efeito suspensivo não concedido. Tramitando.                                                                                           |
| 0102234-84.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA                            | -                                                      | -                                                                                                                                      |
| 0102251-23.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA                            | -                                                      | -                                                                                                                                      |
| 0103174-49.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL               | fls. 124.074/124.077                                   | Tutela recursal concedida em plantão judiciário. Decisão sobre tutela recursal reconsiderada pela Desembargara preventiva. Tramitando. |
| 0103041-07.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES ANATEL               | fls. 124.074/124.077                                   | <u>Recurso não conhecido.</u> Aguardando trânsito em julgado.                                                                          |
| 0103381-48.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | BANCO BRADESCO S.A                                        | fls. 124.084/124.088                                   | Efeito suspensivo concedido. Tramitando.                                                                                               |
| 0103255-95.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | UNIÃO                                                     | id. 241764452 do processo nº 0960108-88.2025.8.19.0003 | Efeito suspensivo não concedido. Tramitando.                                                                                           |
| 0001493-02.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | UMB BANK                                                  | fls. 126.653/126.655                                   | Tramitando.                                                                                                                            |
| 0069445-32.2025.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | V.TAL REDE NEUTRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.                | id. 218634672                                          | Efeito suspensivo concedido. Tramitando.                                                                                               |
| 0015425-57.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | HUGHES TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA                    | fls. 126.653/126.655<br>fls. 130.515/130.517           | Antecipação de tutela requerida. Tramitando.                                                                                           |
| 0015044-49.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | LEMVIG RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. | fls. 130.515/130.517                                   | Efeito suspensivo não concedido. Tramitando.                                                                                           |
| 0012164-84.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | UMB BANK N.A.                                             | fls. 129.768/129.771                                   | Antecipação de tutela requerida. Tramitando.                                                                                           |
| 0010031-69.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | NAVA SERVIÇOS E OUTSORCING SA                             | fls. 126.653/126.655                                   | Efeito suspensivo não concedido. Tramitando.                                                                                           |
| 0010298-41.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO            | fls. 127.999                                           | Efeito suspensivo concedido. Tramitando.                                                                                               |
| 0010065-44.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | ASCENTY DATA CENTERS E TELECOMUNICAÇÕES S A               | fls. 126.653/126.655                                   | Efeito suspensivo requerido. Tramitando.                                                                                               |



| PROCESSO                  | CLASSE                | AGRAVANTE                                                 | ID. da decisão recorrida | Julgamento                                   |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------|
| 0009682-66.2026.8.19.0000 | Agravo de Instrumento | LEMVIG RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. | fls. 126.653/126.655     | Efeito suspensivo não concedido. Tramitando. |

XVI. CONCLUSÃO

234. A partir das informações analisadas, a A.J. informa que:

- i. **DO CUMPRIMENTO DO P.R.J.:** Conforme exposto no tópico 8º deste RMA, na forma do Plano de Recuperação Judicial homologado, no mês de fevereiro de 2026, as Recuperandas teriam que cumprir obrigações no valor total de R\$ 90.627.236,84, sendo: (i) R\$ 66.435.220,93, decorrentes de 72 credores Take or Pay; e (ii) R\$ 24.192.015,91, decorrentes de 1402 credores trabalhistas, incluindo honorários advocatícios. Cabe pontuar que, às fls. 126.653/126.655, este d. Juízo deferiu pedido da Gestão Judicial de fls. 126.409, no sentido de autorizar a realização de rateio para pagamento do passivo concursal em atraso, no montante de R\$100 milhões. Com base nas informações prestadas pelas Recuperandas, a AJ verificou que foram pagos 2.512 credores, de forma integral ou parcial, no valor total de R\$ 90.315.359,04.
- ii. **DA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS EM DECORRÊNCIA DAS CONTAS EXISTENTES E RESPALDO PATRIMONIAL:** Em cumprimento à decisão proferida nos autos dos Agravos de Instrumento de nº 0096877-26.2025.8.19.0000 e 0096871-19.2025.8.19.0000, a Companhia vem promovendo diligências para dar cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial e viabilizar a continuidade dos negócios. A Companhia segue o curso de suas atividades, tendo



implementado neste interregno medidas para o cumprimento das obrigações concursais vencidas, com rateio da quantia de R\$ 100 milhões, bem como para o pagamento otimizado das obrigações extraconcursais, através de duas rodadas de leilão reverso que resultaram na redução de cerca de R\$ 730 milhões do passivo extraconcursal, através do dispêndio de R\$ 172 milhões, sendo ainda adotadas medidas para a alienação de relevantes ativos, com vistas a se obter reforço de caixa para a continuidade dos negócios e pagamento dos créditos. Nos autos dos Agravos de Instrumento nº 0096877-26.2025.8.19.0000 e 0096871-19.2025.8.19.0000, foi prorrogado o prazo de suspensão das obrigações extraconcursais por 90 dias a iniciar de 20/01/2025.

235. Sendo o que cabia, a Administração Judicial submete o presente relatório à análise desse d. Juízo, do Ministério Público e de todos os credores/interessados.

Nestes termos, pede juntada.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

  
**WALD ADMINISTRAÇÃO DE FALÊNCIAS E  
EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL LTDA**

